



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ARMAS

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0474/05	DATA: 28/4/2005
INÍCIO: 10h48min	TÉRMINO: 16h49min	DURAÇÃO: 06h01min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 06h	PÁGINAS: 214	QUARTOS: 72

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA – Funcionário de empresa de armamento e munições.
LEANDRO BRUSTOLIN – Proprietário da empresa Brustolin & Brustolin Ltda.
ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS – Proprietário de empresas de armamento e munições.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos e deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Há intervenção inaudível.
Há expressão ininteligível.
Grafia não confirmada: Glaus Clause.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Havendo número regimental, dou início à 13ª reunião da CPI que apura as organizações criminosas do tráfico de armas.

Esta reunião foi convocada para realização de audiência, com a presença dos Srs. Paulo Roberto Schiling da Silva, Leandro Brustolin e Antônio Ferreira Farias, e ainda para deliberação de requerimentos.

Peço à Secretaria da Comissão que leve as testemunhas e os advogados até uma sala ao lado, a fim de darmos início à oitiva.

Convido o Sr. Paulo Roberto Schiling da Silva a tomar assento à Mesa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não, Deputada.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Apenas para que a gente possa contar com a presença do advogado que acompanha o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele pode sentar atrás do depoente. Não tem problema. Só não pode ter contato com o depoente.

Informamos que o contato com o advogado é preliminar ao depoimento. Esse contato, pelo que vi, já aconteceu. Então, o advogado, durante a sessão, não pode interferir no depoimento.

Antes de passar a palavra ao depoente, peço atenção dos senhores presentes para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado durante esse tempo.

Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Cada Deputado inscrito terá o prazo de até 3 minutos para fazer as suas indagações, dispondo o depoente de igual tempo para resposta, facultadas a réplica e a tréplica no mesmo prazo.

A Presidência tem sido condescendente nesse prazo, mas peço aos Deputados que sejam o mais objetivo possível, porque temos 3 depoentes hoje e o tempo vai ser escasso para todos os depoimentos.

Por se tratar da oitiva de testemunha, solicito ao Sr. Paulo Roberto Schiling da Silva que preste juramento, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal, na qualidade de testemunha, lógico.



O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado.

Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto ao depoente das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal:

“Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em processo judicial, policial, administrativo ou em juízo arbitral.”

Conseqüentemente, esperamos que o Sr. Paulo Roberto possa colaborar conosco na investigação que estamos fazendo em todo o País. Tivemos alguns problemas. Claro que tudo que for para auto-incriminação da pessoa, a pessoa tem o direito constitucional de dizer que não gostaria de responder, justamente para não se auto-incriminar, apesar que este Presidente tem uma assertiva de muitas CPIs: quem fala a verdade não tem medo de qualquer coisa.

Então, não vejo muita razão para coisas desse tipo. Nós gostaríamos de ouvir a verdade. V.Sa. tem o prazo de 20 minutos para falar a esta CPI.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Sobre que assunto?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sobre o assunto que o senhor quiser. Os 20 minutos são seus.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sobre tráfico de armas, sobre o que o senhor puder ajudar nessa maratona que vamos fazer no País contra o tráfico de armas e munições.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Correto. Bom, o meu nome é Paulo Roberto SCHILING da Silva, eu resido no Rio Grande do Sul, na cidade de São Leopoldo, sou casado, tenho 2 filhos — uma menina de 20 anos e um menino de 15 —, trabalho há 28 anos, sendo 7 numa empresa, 3 noutra e 18 anos na Amadeo Rossi.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Na Rossi. Dezoito anos na Rossi.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - É. São 18 anos na Amadeo Rossi e 3 anos numa empresa imobiliária e mais 7 em outra imobiliária.



Bom, sobre esse assunto do tráfico de arma, eu acho que é um assunto bastante polêmico, com bastante discussão. E pelo que eu tenho observado, ele tem dado um bom resultado, principalmente com relação a esse assunto da entrega das armas, que sugere à pessoa que se desarme, no caso, que não tenha arma em casa justamente para não ser usada contra si próprio, quem sabe. Acredito que, com certeza, agora, em outubro, possivelmente, este assunto, que entrará em pauta, com relação à fabricação e comercialização de armas, deverá ter a sua votação efetuada. Eu assim até espero, mesmo até trabalhando numa empresa. Acredito eu que a fiscalização em cima dessa parte de armamento poderia até ser, digo assim, não digo maior, mas um pouco até mais efetiva por base de todos os órgãos, como se diz, com comandos, abordando pessoas na rua, porque hoje a gente não sabe mais quem está ao lado da gente, se essa pessoa está...se é boa pessoa, se é má pessoa, como é que ela age com relação a esse assunto. Procurei sempre ter na minha vida uma vida totalmente ilibada, uma vida correta, até por tradição de família, por ser filho de militar, neto de militar. Procurei sempre seguir uma linha, uma conduta muito regular, tentando passar essas orientações para a minha família, o que, graças a Deus, eu tenho conseguido. Estou-me colocando, aqui, à disposição da CPI para o que for possível, o que eu puder ajudar. Com relação a esse assunto tráfico, praticamente, eu posso opinar alguma coisa, ajudar, quem sabe até, porque na nossa empresa – digo nossa, porque é na Amadeo Rossi – nós trabalhamos em um determinado tempo com armas, depois, em um determinado tempo, foi desfeito uma parte, foi parado de fabricar armas curtas, só fabricamos armas de caça, produtos de...e microfusão. Então, alguma coisa, com certeza, poderei, assim, opinar e ajudar em cima disso aí. Acho que seria mais ou menos em cima disso aí que eu teria para falar a meu respeito, para dizer alguma coisa. Eu fico à disposição dos senhores no que eu puder ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixa eu colocar — se é da sua vontade falar alguma coisa. O senhor foi envolvido num inquérito que apurou um envio ilegal de munições, principalmente, do Rio Grande do Sul para Pernambuco, inclusive para um fornecedor em Pernambuco, que eu não sei como até hoje ainda é fornecedor. Eu não consigo acreditar que um homem que respondeu por tráfico de armas ainda tem legalidade para continuar sendo revendedor. Eu realmente fico



preocupado. Eu queria saber sobre isso. É a sua grande chance para expor aos Deputados o que aconteceu.

Nós estamos ouvindo, preliminarmente, vocês, depois nós ouviremos os outros, depois nós faremos as devastas telefônicas, fiscais e contábeis. Então, é a chance agora de falar alguma coisa sobre isso.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Sobre esse assunto. Positivo. Nesse tempo todo em que já trabalho na fábrica, sempre trabalhei na área comercial. Praticamente, sempre foi em área comercial. E, no decorrer do tempo, tu fazes o relacionamento comercial com os teus clientes; tu crias uma certa...A relação comercial, hoje, é bem próxima, como se diz. Tu te tornas amigo, não. Mas tu te tornas parceiro comercial, como se diz. Bom, nesse caso, exatamente nesse caso, aí, que V.Exa. mencionou, é o seguinte: como eu efetuava vendas pela empresa, pela Rossi, eu tinha conhecimento de vários clientes dentro do Brasil. Conseqüentemente, com o tempo todo de casa que a gente tem, os clientes acreditam na empresa e acreditam na pessoa. Bom, com viagens eventuais, principalmente menores nesses últimos anos, agora, porque com essa questão do desarmamento, desde da lei do SINARM, a venda de armas caiu sensivelmente, sensivelmente, mesmo... Neste último ano, desde que saiu a nova lei, então, ela caiu praticamente a zero. Só estão comprando arma hoje, praticamente, atiradores e colecionadores com a devida autorização do Exército, de Brasília. Bom, tendo isso, surgiu, então, esse caso específico desse cliente, como disse V.Exa., que continua com 3 ou 4 lojas abertas até hoje ainda, surgiu uma pessoa que tinha oportunidade, de Recife. Surgiu a pergunta: "Tem alguém no Rio Grande do Sul que possa me vender munição?" "Não, existe alguém lá no Rio Grande do Sul." Claro que existe, porque existe entre lojistas esse tipo de ocorrência, como o fornecedor de munição deve ter regras para fornecer munição: ou fornece muito, ou pouca, ou não fornece, fornece só através de atravessadores ou através de atacadistas, pode-se dizer. Eu conheci, no Rio Grande do Sul, através da fábrica, o Leandro Brustolin, que era um atacadista da CBC e era nosso cliente dentro da fábrica, com uma autorização do Exército, para compra da CBC em grandes quantidades, etc., etc. e etc. porque CR nós temos na fábrica, mesmo na cópia, porque eu exijo de todos os clientes. Bom, o que aconteceu? Perguntei: "Tu tens interesse?" "Tenho". Daí, eu fiz essa aproximação. Disse: "Olha, tem um cliente que tem todas as condições e tem um



cliente que tem todas as condições de comprar, todas as condições de vender, dentro do que exige a lei.” “Não, não tem problema nenhum.” Foi, então, que começou esse tipo de negociação com o Sr. Antônio Farias e com o Sr. Brustolin. Tá. Eu trabalhava na fábrica normal, via, aí, uma possibilidade de ter, auferir alguma coisa a mais de rendimento durante o mês. Porque normalmente, hoje, quando uma pessoa trabalha com representação comercial, ela trabalha com várias empresas, no caso. E como o produto desse cliente, lá, do Rio Grande do Sul, de Estação, não conflitava com produtos da fábrica, eu presumi que não haveria nenhum problema. E era eventual. Não era sempre. Bom, então, providenciei e disse: “Não, tudo bem, vamos aproximar...” Só falei via telefone, desculpe, via fax, no caso. Ele passava o pedido que ele queria, eu encaminhava para o Sr. Brustolin, lá, e ele providenciava tudo, porque ele era o empresário, no caso, o responsável pelo negócio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu estou sentindo franqueza nas suas palavras.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu gostaria de evoluir. Quantas vezes aconteceu esse negócio entre eles?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu acredito que em torno de umas 6, 7 ou 8 vezes. Não tenho como lhe afirmar exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - De 6 a 8 vezes?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - É. Umas 6, 7, 8 vezes. Mais ou menos em torno disso aí, acredito, assim, não com muita certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu tinhas noção das quantidades de munição que esse senhor pegava? Porque, necessariamente, é aquilo que você falou: tu não podias saber que ele já respondia a um inquérito.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não tinha idéia. Jamais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nesse sentido, eu acredito que talvez, até, não fosse fazer...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Estou sabendo agora. É surpresa para mim, excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, é uma coisa que...

Nesse grau de franqueza que a gente está tendo...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Correto.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...sabe as quantidades que aconteciam, geralmente, as solicitações?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Sim, eu sei. Ele passava por pedido. Eu sei as quantidades, porque eram pedidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Os pedidos vinham na sua mão e o senhor passava para o Brustolin?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Isso. Às vezes, ele me dizia por telefone: "Me dá tantos modelos tal, tantos modelos tal." Eu passava para ele. Porque isso aí, Excelência, é o seguinte: o Brustolin tem mais outros representantes, provavelmente, com certeza. É uma empresa que trabalha com representações. Ele venderia Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, acredito, Mato Grosso, etc. Então, ele tem outros representantes, quer dizer, então, eu lhe digo, não tem problema de ter mais uma pessoa vendendo, ajudando a vender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque, teoricamente, a venda em si não teria grandes problemas.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - As irregularidades foram justamente a quantidade, sem cobertura legal, de munição que foi encontrada, inclusive, em fundo falso de caminhão. Se tivesse cobertura legal não precisaria fundo falso. Mostra em cima da carroceria.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Em cima do caminhão.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E o tipo de munição, não é? Munição de AR-15...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não. Mas aí já foi outra. A AR-15 foi encontrada lá no...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não. No caminhão não tinha esse tipo de munição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É. AR-15 foi encontrada lá na firma do...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu não tenho ciência disso em cima do caminhão, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Foi na firma do Antônio. Mas, aí, ele não vai ter conhecimento disso.



A munição que foi encontrada na firma do Antônio tinha até munição de AR-15, o que é totalmente proibido.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Munição de uso proibido. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Exatamente.

De quanto em quanto tempo que ele fazia esses pedidos?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Dependia. Às vezes, no mês, uma média, vamos dizer, de 2 em 2 meses, às vezes. Demorava. Dependia da necessidade. Não tem como afirmar uma média.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Dessa vez, 62 mil cartuchos foram encontrados. Era mais ou menos isso o pedido?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu acredito que deveria ser mais ou menos isso aí. Cinqüenta mil, uma coisa assim, porque eram diversos modelos, vários calibres, no caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer, sempre era um pedido grande, nesse sentido?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Nesse caso, aí, porque eles faziam pedidos pequenos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora, eu fiquei interessado quando tu falaste que deveria ter uma fiscalização mais efetiva. Acho até que para ti era bom se tivesse uma fiscalização nesse sentido, porque ia informar: "Olha, fulano de tal e sicrano não têm condições." Como poderia ser mais efetiva essa fiscalização?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu acho que ela melhorou sensivelmente neste último ano. Sensivelmente, ela melhorou. Eu falo mais em termos, Excelência, no Rio Grande do Sul, porque a gente vive no Rio Grande do Sul. Nas outras cidades, eu não tenho como...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O que melhorou? O que não acontecia nos últimos anos e neste último ano...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não. Ela acontecia. Por exemplo, nós tínhamos fiscalização do Exército...Eu não vou lhe dizer que ela é diária, porque seria uma redundância. Mas ela é quase que semanal. Sempre tem alguém do Exército na fábrica, na empresa. Sempre.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim. Fazendo o quê?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Ele visita empresa; ele vai lá, dentro da empresa, circula na empresa; onde... o que está ocorrendo, faz perguntas: como é que é? Como é que tudo funciona?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Por exemplo, essa fábrica do Brustolin, será que tinha fiscalização?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu não sei lhe responder, porque ela é 350 quilômetros da cidade de São Leopoldo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer, porque ele tinha, na fábrica, um excesso daquilo que ele tinha permissão para fazer. Quer dizer, qualquer fiscalização que fosse lá iria ver o problema.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Claro, com certeza. O senhor me permite — nós estamos conversando — que eu lhe interrompa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não. Claro.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Justamente, caberia uma fiscalização, exatamente. Eu só quero fazer um parêntese bem pequenininho. Em São Leopoldo, por exemplo, abriu um supermercado, um hipermercado, muito grande. Uma condição foi a seguinte: dessa rua, retiram-se todos os vendedores ambulantes — vamos dizer assim. Nada contra, só uma menção. Se retirou tudo. O hiper abriu, voltou tudo ao normal, estão lá, alguns já se instalando novamente. E todo o mundo sabe, no caso. Então, é por isso que eu digo: se houvesse um tipo de fiscalização, seja lá qual for, um pouco mais efetiva, até a própria pessoa, acho, que está no negócio, se sentiria mais segura, como o senhor comentou agora, poucos instantes atrás. Melhor, tu sabes que tens de estar sempre dentro daquelas quantidades e parâmetros que são determinados pela lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu passo, por enquanto... Acho que essas são algumas questões. Eu passo a palavra ao Relator, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deixe-me entender uma questão: nesse último período, tu estavas trabalhando normalmente com a...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu estou trabalhando na Amadeo Rossi.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Continua trabalhando, normalmente?



O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Continuo trabalhando, normalmente, na Amadeo Rossi, na área de vendas. Só que eu pedi o afastamento da área de vendas, até por questão de respeito com relação a esse assunto. Então, eu estou dando assessoramento na área de recursos humanos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Hoje em dia, a Rossi praticamente comercializa arma de caça?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Armas longas. Armas longas, de caça.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Arma de caça?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Caça é chumbo, no caso; e à bala, também.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Munição?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Munição, não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não. Não trabalha com munição.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Cartucho, não? Nada?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Só arma...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Só armas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Certo.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - E componentes de recarga, não é?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Um componente de recarga, que é espoleta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Espoleta.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - É, mas nada de munição. Somente armas longas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Certo. Eventualmente, tu fazias a intermediação de outros negócios de outras empresas ou fornecedores ligados à Rossi?



O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Sim, na fábrica, na Rossi. Isso, exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não, não. Digo, assim, como essa do...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu estou ali... Alguém que tinha interesse de comprar a mercadoria, tu sabias, então ajudava na...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Ligava para a fábrica, a área de vendas atendia e, exatamente, efetuava a negociação

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E esse cidadão, lá, de Pernambuco, era um cliente da Rossi também?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Cliente da Amadeo Rossi.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Compra...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Como ele é cliente da Taurus, como ele é cliente da Boito e da CBC.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Certo. Normalmente, já estabeleceu uma relação comercial com vocês...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Correto, excelência. Correto.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ...para compra de armas, evidente, que é o que a Rossi vende.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quando ocorreu esse episódio, esse caminhão que estava subindo para Pernambuco tinha arma de vocês, também, dentro do caminhão?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não. Não tinha arma. Não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Só munição?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Só. Só espoleta da fábrica. Não era munição.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tinha cartucho?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Se o senhor me permite, munição é uma coisa. Munição é, propriamente, o produto pronto, como se diz no caso.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Certo.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Lá, na fábrica, ele só coletou espoletas, componentes de recarga.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Certo. Que ele tinha adquirido de vocês?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Como?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Que ele tinha adquirido de vocês?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Da empresa Amadeo Rossi, exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Posteriormente, ele foi para Estação?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Ele seguiu o caminho dele, foi para Estação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Essa mercadoria toda é vendida com nota, e assim por diante?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Tudo. Exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, por que razão a Polícia Federal implicou contigo?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Comigo?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - É porque o motorista, quando passou na fábrica, chegou lá, saiu dali e disse: "*Não, passei na Rossi.*" E falou no meu nome, junto.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, mas não tinha nota?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Tinha nota fiscal, claro. Normal.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, mas, então, por que foi preso?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Por quê?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Porque ele perguntou de quem é que ele havia comprado. Aí, ele disse: "*Quem intermediava a venda era o Paulo Roberto Schiling*". O motorista comentou.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas o produto do Brustolin também não tinha nota?



O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não sei lhe informar, porque eu não participei do carregamento. Essa pergunta eu não sei lhe informar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Teoricamente, tu foste preso porque tu ajudaste na intermediação do negócio do cara de Pernambuco com o Brustolin?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não tem nada a ver com a venda do teu produto, lá do Amadeo Rossi?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não tem nada a ver com aquela venda do Amadeo Rossi. Correto.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, teoricamente, o único problema, digamos assim, que poderia ter prejudicado foi ter feito uma intermediação de uma venda.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Infelizmente, foi só isso. Infelizmente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - De uma venda que, supostamente, teria ocorrido sem nota?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Se o Brustolin tivesse vendido com nota, estaria tudo dentro dos conformes?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Como eu tinha certeza que tinha. Eu fiquei sabendo disso daqui depois que eu fui preso pela Polícia Federal. Eu não sabia, eu não sabia o motivo por que estava acontecendo. Eu fui pego, realmente, de surpresa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Correto.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Porque não é da minha índole, excelência. Eu não sou... Eu sempre digo: eu sou um homem do bem, não sou do mal. Mal, longe de mim, sempre. Para a minha família e para os meus filhos eu prego isso, direto. Fui criado dessa maneira. Então, jamais... Isso aí, como posso lhe dizer?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tu fazias negócio com o Brustolin, também, há mais tempo, no sentido de intermediar, de ajudar?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Com relação a quê?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Assim como foi feita essa...



O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Vendia da fábrica, vendia para ele. Vendia pela fábrica. A fábrica vendia para ele.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Normalmente, o Brustolin comprava com nota.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Ele sempre comprava com nota da fábrica. Normalmente, não. Ele sempre comprou. Nossa fábrica sempre vende com nota.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Essa empresa Brustolin, a Brustolin é uma empresa tradicional, conhecida também, estabelecida no comércio.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Muito estabelecida. É por isso que...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não está meio estranha essa história?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Para mim, foi surpresa. Para mim, foi uma surpresa. Uma surpresa para mim. Por isso é que eu lhe digo... Por isso é que eu estava efetuando esse relacionamento entre as pessoas, empresas estabelecidas comercialmente, cadastradas, acredito eu que visitadas pelo Exército, também. Eu não entendi o porquê.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Correto. Então, a rigor, tu nem sabes por que estás aqui.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não. Aí, não. Eu, a rigor, digo assim: qual é o motivo que eu estou, que eu fiquei lá — como se diz? — retido?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Era a pessoa errada, na hora errada, para fazer a intermediação do negócio.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Com exata certeza.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Correto. Tu tens alguma sugestão, alguma idéia, por toda a sua experiência na área, de mecanismos que pudessem ser alterados, em termos de fiscalização, de controle, de fabricação, de venda de armas, para que a gente pudesse ter uma legislação no País, ou mesmo procedimentos, por parte das autoridades da área da segurança, que evitassem que situação como essa se repetisse?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu vou ser bem franco com o senhor, e o senhor pode acreditar: eu não sei nem o que dizer. Eu, hoje,



tenho 3 armas na minha casa: tenho 2 armas curtas e tenho 1 arma longa. As armas foram apreendidas pela Polícia Federal e já me foram entregues. Na semana passada, conversando com a minha mulher, com a minha esposa, e com a minha mãe, disse o seguinte... um troço absurdo. Porque, eu, de vez em quando, viajo, vou visitar meu sogro, vou para tal lugar, então, eu pegava o meu revólver, quando eu tinha o porte da Polícia Federal, botava ele no piso do meu carro e viajava, porque eu não estou livre de furar o pneu, alguma coisa assim, para poder ter uma defesa. Ou, num trecho, no Rio Grande do Sul, na *freeway*, dentro de Porto Alegre, porque se furar o pneu, ali, tu és assaltado e morto, como já aconteceram vários casos. Então, tu tens... não que eu vá atirar nada disso aí, porque eu, andando, uma pessoa me xingou, me falou tudo mais, e eu, com a arma, não dei bola, deixei passar. Mas, tudo bem. O que vou fazer? Eu vou entregar as minhas armas. Eu vou entregar, não quero mais arma, acabou, fim. Então, o que eu sugiro é o seguinte: eu acho que, como está andando, acho que a fiscalização está cada vez melhor, está melhorando: é Exército, é Polícia Federal, é Polícia Civil, todo o mundo junto se unindo, fiscalizando, fazendo... Eu digo sempre assim: ao chegar numa rua principal de uma cidade, com vários barzinhos, ali, vai naquela gurizada toda que está ali, chama uns e diz: *“Olha, vamos dar uma olhadinha aqui e vamos ver quem está armado e quem não está armado”*.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. E o trabalho do Exército, em fiscalização, tu achas que ele funciona bem, pela sua experiência?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Funciona.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O Exército consegue controlar?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Funciona. Funciona muito bem.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas se funciona bem, como é que tinha essa montanha de produtos lá em...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu lhe falo com relação à nossa empresa, à nossa região. Porque, logo no começo, agora, quando foi a troca do chefe do SFPC, lá, houve uma visita a várias empresas, onde alguns foram autuados por ter suporte de luneta. Disse: isso nunca, antigamente, até... Quer dizer, está mais rígida a coisa, como vinha acontecendo. Então, eu acho que realmente o Exército contribui, e contribui bastante para isso aí. Contribui muito.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas como é que o Brustolin tinha essa quantidade de produtos? O Exército não sabia disso?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Essa pergunta, eu não sei lhe responder, infelizmente. Eu não sei lhe responder essa pergunta. Eu não quero... eu nem me omito, mas eu não sei lhe responder. Eu não entendo como é que...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A rigor, o Exército teria que ter controle do estoque.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - A rigor, eu acredito que ele tenha controle do estoque, não é?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Se ele tivesse controle de estoque, ele saberia que o Brustolin tinha essa quantia de munição. Correto o meu raciocínio?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Sim. Inclusive, ele tem um certificado de registro que lhe permite ter quantidade, determinados estoques, etc.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Teoricamente, uma loja, por exemplo, o Exército tem condições de saber qual é o estoque que ela tem de arma e de munição?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu acredito que sim. Porque eu nunca passei por esse tipo de experiência, porque eu sou só fornecedor. Eu acredito que sim. Acredito que deva ter.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quando tu vendes uma arma, o Exército sabe para quem tu vendeste?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Sabe. Sabe, porque ele é informado. Ele é informado até...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Por exemplo, se eu prender uma arma na mão de um bandido e ela não tiver sido adulterada, não tiver sido raspada, e eu conseguir ter a numeração dela, e for uma arma da Rossi, eu teria condições de saber para quem ela foi vendida.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Pela Rossi e pelo SINARM, atualmente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, atualmente.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Atualmente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, mas pegar uma arma, digamos assim, mais... de 87 para cá...



O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Pela fábrica, tem. A fábrica tem condições de informar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tem condições?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Tem condições de informar. Tanto que chegam, diariamente...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Solicitações.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Solicitações. E, diariamente — é uma redundância, é exagero, vamos dizer assim —, chegam bastante solicitações: para quem foi vendida a arma número tal, etc., etc.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E a Rossi exporta bastante arma, também?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - A Rossi exporta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Para quem? Mais, assim, os países...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - A Rossi já exportou para mais de 70 países. E, atualmente — é porque não é a minha área. Por isso, não tenho como lhe responder isso aí. Sei que os Estados Unidos e outros. Eu não tenho como lhe responder, porque essa parte não é a minha área. Então, eu não me envolvo nessa área de exportação. Porque ela é uma empresa grande, tem 500 funcionários, mais ou menos. Então, tem responsável por essa área.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Da parte de exportação. A sua parte é mais comércio...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Comércio interno.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Comércio Interno. E os mecanismos de controle para rastreamento, basicamente, é a numeração da arma?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Somente a numeração.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Raspou a numeração...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Raspou a numeração, não tem como identificar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas hoje em dia já existem outros mecanismos mais sofisticados de controle?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Existe um... me desculpe se eu lhe mentir; se eu lhe mentir, não, se eu não estiver falando corretamente, mas



o mecanismo que o Exército agora está implantando de numerar a arma em vários locais diferentes, numerar no...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - No cano.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - ... no corpo, no cano, nos lugares que...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A Rossi já está fabricando arma com numeração...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Ela... Já está começando a funcionar esse sistema, aí.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Já vem com a numeração, além daquela...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Em vários lugares. É porque, daí, o elemento riscou, apagou num canto, não apaga do outro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Já está implantado o sistema?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Está sendo implantado, já.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas já está funcionando?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Já está começando a funcionar. Já está começando a funcionar, já.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Está certo. Então, quer dizer que... Alguma sugestão que queira nos dar?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu posso fazer uma pergunta, antes de mais nada?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Só que não queira.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Fatalmente, acho que deverão ser convidados a ajudar a esta CPI mais pessoas de empresas, etc., etc., etc. Eu acredito que sim. Eu acho que isso é muito interessante, porque eu acho que nós, todos juntos, nós, fabricantes... Eu digo nós, porque eu trabalho numa empresa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Todos juntos, teremos condições de melhorar o mercado, porque o maior interesse, hoje, das empresas fabricantes é tirar arma clandestina do mercado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Está certo. O.k. Por hora é isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agradeço ao Relator. A próxima Deputada inscrita é a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Paulo Roberto, primeiro o senhor disse que o senhor trabalha há 18 anos na Rossi, não é isso?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Positivo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor podia declarar o seu patrimônio?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu tenho uma casa, um apartamento na praia, um carro ano 2000 e um outro carro, um outro simples 2004, acho que é 2004.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor podia nos informar qual é a sua renda mensal?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Ela gira em torno de 5 mil reais aproximadamente, 5 mil e 500, aproximadamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Qual é o tamanho do patrimônio? No imposto de renda? O senhor acabou de fazer, está tudo na cabeça. Termina daqui a 2 dias.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu não entendi, desculpe.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor se lembra do valor patrimonial? O senhor acabou de declarar no Imposto de Renda.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Foi. A casa é 90, se não me engano, 100 mil.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, o total.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Total, 100 mil, eu não... Deve dar na faixa de uns cento e... Eu não tenho certeza, 150 mil mais ou menos, eu acredito.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Paulo Roberto, o senhor trabalhou 18 anos. Há quanto tempo o senhor conhecia o Seu Antônio?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Ele sempre foi cliente da fábrica.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sempre?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Sempre.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor o conhece, portanto, há 18 anos.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Da fábrica. Pelo tempo, é. Não digo 18 anos, mas depois do tempo que eu fui cada vez me aprofundando mais com os clientes.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, o senhor conhece há muito tempo.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Há bastante tempo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mais de 10 anos?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - É.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E o Leandro?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - O Leandro também, mais ou menos por isso aí, porque ele é cliente há bastante tempo da fábrica.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Também?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Por volta de 9... 8 ou 9 anos talvez, eu acho.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E o senhor conhecia pessoalmente, tinha algum tipo de relacionamento além do telefone?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Quem?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Os dois. Primeiro o Antônio, depois o Leandro.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Conhecia pessoalmente, porque, quando eu viajava, eu visitava os lojistas.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah, o senhor visitava?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Visito, sim. Mas relacionamento estritamente comercial.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, o senhor nunca saiu eventualmente para jantar, para conversar.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, isso faz parte do trâmite comercial. O teu cliente: "*Vamos jantar hoje.*" Então, vamos jantar hoje.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas o senhor ia sempre?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eventualmente.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Qual foi a última vez que o senhor tinha...vamos lá: nos últimos 5 anos, quantas vezes o senhor esteve com o Seu Antônio fora da sua cidade?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Nos últimos 5 anos?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Se o senhor preferir, nos últimos 2 anos.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Nos últimos 2 anos, acredito que umas 2, no máximo 3 vezes, acredito.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E com o Leandro?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Também.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - No máximo?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - No máximo isso aí, eu acho.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Bom, então o senhor tinha um relacionamento, digamos, superficial com eles, ou apenas profissional?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Profissional, exatamente, apenas profissional.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Bom, mas o senhor acabou, de alguma maneira, pelo que o senhor disse, o senhor passou a ser empregado deles, “empregado” entre aspas, o senhor era um representante comercial.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Um representante informal.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - informal, mas não tem representante comercial informal. É formal, porque recebe. Vai receber dinheiro, pode até não estar declarado, mas...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Está.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Está declarado?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Está declarado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então é mais formal ainda. Então, é formal. O senhor é representante formal tanto das lojas do Seu Antônio, está certo?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, do seu Antônio...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não?



O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Acho que não. Acho que eu só vendia para o Brustolin...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então o senhor só era representante do Brustolin? De quem o senhor é representante formal que recebia dinheiro e estava declarado no seu imposto?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - O do Brustolin & Brustolin.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então o senhor era representante formal do Brustolin?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, informal.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas como é que pode, se estava declarado, se pagava imposto? Para mim, isso é formalidade.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Pois é, mas eu me julgava informal, porque eu tinha emprego, então eu, eventualmente...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Bom, o senhor tinha 2 empregos, um emprego na Rossi e um emprego era representante, não importa se é formal ou informal. Era representante com pagamento. Qual era o pagamento?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Qual era o pagamento? Como assim?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Qual era o valor?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Que eu declarei agora? Foi 9 mil 350, foi o que eu recebi no ano passado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Nove mil no ano passado. E o senhor recebia alguma coisa do Seu Antônio, não?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Nada.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, na verdade o senhor trabalhava para Brustolin e vendia para o Seu Antônio.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu não vendia, quem vendia era a Brustolin para o seu Antônio.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim, mas o senhor fazia a intermediação com o Seu Antônio?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Sim, só isso, é.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E o Seu Antônio não contribuiu nunca com nada?



O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, nem tem por quê. Nada, nunca. Ele era um lojista normal. É a mesma coisa na empresa. Se eu for vender para algum lojista, ele vai contribuir com alguma coisa comigo? Não tem cabimento.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor podia escolher um outro lojista. Por que o senhor escolheu o Seu Antônio?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, foi ele quem perguntou, não fui eu que escolhi.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah, ele que lhe pediu.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Ele que perguntou se tinha alguém.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então foi ele que veio ao senhor?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Ele que perguntou se tinha alguém no Sul que fornecia.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Aí o senhor viu um negócio, um bom negócio, está certo?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Justamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, um negócio normal.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Normal, exatamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor viu um bom negócio e foi lá, procurou o Leandro, diretamente com o Leandro?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Sim, o Leandro exatamente, ele é nosso cliente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Foi com o próprio? Não, tudo bem. Estou só perguntando, não estou afirmando nada.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, mas tudo bem, tranquilo. Sem sombra de dúvida.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Vamos continuar aqui. Quem é Lucimar Alfredo Gerstner?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Lucimar?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É. Está indiciado com o senhor.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Lucimar. Não conheço. Lucimar?



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Lucimar Alfredo Gerstner, não sei pronunciar mas é mais ou menos isso. O senhor não sabe?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, só um pouquinho. Lucimar eu não conheço, eu conheço um Alfredo que é funcionário do Brustolin.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Alfredo. Não, não tem Alfredo aqui não. Quem é esse Alfredo, que nem eu sei?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, Alfredo, desculpa. É, acho que Alfredo o nome dele. Funcionário do Brustolin, trabalha lá no Brustolin. Lucimar, eu não conheço nenhuma pessoa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Está bom. Esse Alfredo não está aqui não.

(Intervenção inaudível.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah, sim. Pode ser a mesma pessoa. E quem é esse Alfredo?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Esse é um funcionário lá do Brustolin.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ele faz o que lá?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Trabalha lá com ele.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Trabalha em quê?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Que eu saiba, ele trabalha na parte de administração. É só isso que eu sei. De pedidos, etc.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ele trabalha nos pedidos?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Lá com o Brustolin.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Na parte administrativa da empresa?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - É, sim.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Lá com o Leandro?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Com o Leandro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Diretamente com o Leandro?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Diretamente na empresa do Leandro, exatamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim, diretamente, ou seja,...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Isso.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Tem um monte... trabalha do lado do Leandro.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Claro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É isso?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - É isso mesmo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então provavelmente o Alfredo sabe tudo que o Leandro sabe.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não sei.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, porque trabalha assim, pertinho, junto, é isso?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - É, eles trabalham no mesmo escritório.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Fisicamente?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eles trabalham juntos no mesmo escritório.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, fisicamente no mesmo lugar, é isso?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - No mesmo lugar, é.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Era isso que eu queria. E, diga uma coisa para mim, o senhor conhece o... O senhor falou, na sua explanação, o senhor falou que o motorista foi que comentou que o senhor era intermediário. Não foi isso que o senhor falou?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Sim, porque estive na fábrica, não é?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu sei, mas é sempre o mesmo motorista que vai na fábrica buscar munição ou não?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, foi a primeira vez que ele foi.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah, nunca tinha ido.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Esse, buscar essa munição aí, foi a primeira vez que ele foi lá.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então me explica, porque aí eu não entendo. O senhor então não conhecia os motoristas?



O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Nunca tinha visto?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não! Eu já conhecia o motorista sim, já tinha visto ele outra vez.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Tá. Então vamos lá. Como o senhor conheceu o motorista do caminhão?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Porque eu estive... Uma vez eu vi ele lá em Recife (*ininteligível*) e outra vez ele me apresentou ele por telefone. Ele me disse: “*Olha, está indo esse motorista buscar mercadoria*”.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então o senhor conhecia o motorista de Recife ...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Aí ele esteve na fábrica, exatamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas, espera aí, de Recife lá da loja do Antônio.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - E uma outra vez ele buscou uma outra mercadoria para um outro cliente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Espera aí, então vamos lá. Voltar aqui, porque esse motorista é uma maravilha. Trabalha para o País inteiro. Vamos lá. O senhor encontrou a primeira vez com ele — devagarinho. Primeira vez, o senhor encontrou com qual? Com o Manuel ou com o Humberto?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não sei, é... Beto, não, como é... eu não me lembro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Com o Humberto.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Humberto. Isso aí. Humberto, Humberto.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então o senhor o encontrou com o Humberto.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - É, Humberto.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor encontrou uma vez com o Humberto lá em Recife, na loja do Antônio, é isso?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu encontrei com o Humberto lá em Recife.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Na loja do Antônio? Numa das lojas do Antônio?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não. O Antônio me disse que o Humberto era... ia ser o motorista dele, foi isso que ele me disse.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O Antônio disse que o Humberto era motorista dele?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Isso mesmo. Mas o Humberto tinha vindo na fábrica uma outra vez, anteriormente, buscar uma mercadoria para um cliente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Que cliente?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - De Feira de Santana.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas o homem é um craque! O Humberto é um *show*! De Feira de Santana?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Isso. Ali que eu conheci ele. Depois, um dia: "*O Seu Humberto vai ser meu motorista*". Aí ele veio na fábrica e daí eu conheci ele, foi aí que eu conheci ele. E ele me conhecia, porque meu nome é Paulo Schiling, todo mundo me conhecia como Paulo Schiling. "Ah, Paulo Schiling". Aí foi que ele disse no dia lá que o Paulo Schiling é que fez a venda para o seu Antônio, por isso que apareceu.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então o Humberto trabalhou para esse cliente seu de Feira de Santana.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Ele trabalhou um tempo lá. Um tempo, uns anos, não é? Isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Foi, encontrou lá em...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - O seu Antônio falou par mim.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Falou. O senhor não o encontrou em Recife?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, não o encontrei. Eu me expressei mal.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Tá, mas falou para ele que era seu motorista.



O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Encontrei com ele na fábrica.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E também do Leandro.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, no Leandro eu nunca, nunca fui no Leandro, ver embarque, nada.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Nunca foi ao Leandro.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, nunca, nunca fui ver nenhum tipo... Eu passei duas vezes no Leandro como cliente...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas o Leandro apresentou o Humberto.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - ...como cliente. Não, o Leandro não me apresentou o Humberto, não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Foi o Antônio que lhe apresentou o Humberto?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - O Humberto chegou na fábrica, para coletar espoleta na fábrica.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Para coletar, para continuar a viagem...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - A tal viagem da apreensão do caminhão.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - A tal viagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O Humberto trabalhava para o Leandro ou para o Antônio?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Por Antônio.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Antônio. E não só por Antônio, também trabalhou em Feira de Santana.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Antigamente ele trabalhou em outro lugar, que eu não...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Numa outra... E você lembra o nome da empresa de Feira de Santana?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não me lembro, faz anos já, não me lembro, 3 ou 4 anos.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E do seu cliente, você lembra?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Também não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas também era um comerciante de armas?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, só trabalhava com...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Munição.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, só com espoleta.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Só com espoleta.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - É.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Até porque a Rossi nessa época já vendia só espoleta?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Sempre vendeu só espoleta.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah, só espoleta?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Nunca vendeu munição.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E arma de caça. É isso?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - E arma de caça.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Agora, essa empresa do seu Antônio também é uma empresa de caça e pesca, não é isso?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - De caça e pesca.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - As 3 empresas dele? As 3 lojas dele?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - As 3 lojas são de caça e pesca.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - De caça e pesca. E a gente caça e pesca... Só uma pergunta de uma ignorante, que embora tenha sido Relatora do Estatuto do Desarmamento, não entende muito do assunto. Uma loja de caça e pesca trabalha com AR-15? É necessariamente normal trabalhar com AR-15?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, vou lhe..

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, é uma pergunta. Não estou acusando ninguém.



O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Vou lhe responder a segunda pergunta, por exemplo. A nossa empresa só vende produtos controlados para o mercado interno. Dessa maneira que quero lhe responder a pergunta.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, mas a pergunta é simples: uma loja — uma loja, não é aquela — de caça e pesca, pode vender ...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Exatamente, claro que não pode.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Claro que não. Que bom.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Lógico que não pode. Isso é produto de uso proibido.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, o senhor imagine o seguinte: não pode. Claro que eu sei que não pode. Mas estou aqui querendo que o senhor chegue no raciocínio que estou fazendo. Não pode vender AR-15, não pode vender a quantidade de cartuchos que vendia, não pode fazer nada do que estava feito, tanto é que foi preso. Aí, o senhor explica para mim, o senhor conhecia eles há 10 anos, o outro há 8 anos, como é que o senhor entra numa... O senhor mesmo disse que a fiscalização ampliou-se, que a questão estava muito mais grave, muito mais séria a partir do Estatuto. Como é que o senhor resolve ser comerciante, ou representante, de um sujeito que logo depois é pego? É tanta munição, se somarmos tudo, entre espoleta, pólvora e munição, só de cartuchos são 1 milhão e 200, numa das apreensões. Só de cartuchos. O senhor nunca imaginou que fosse possível, o senhor continua achando que ele é um santo? Qual a sua opinião hoje, depois de tudo o que o senhor ouviu, leu, que o senhor soube, que o seu advogado lhe informou? São 2 santos, ou não? São 2 bandidos?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, para mim é o seguinte: eu não classifico nem de um lado, nem do outro. Pelo seguinte: eram pessoas que possuíam autorização de órgão fiscalizador para comercializar esse tipo de produto. É com base nisso aí. Porque hoje, para a senhora ter uma idéia, todas as...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não querendo lhe interromper, mas já interrompendo, imagine o seguinte: havia um caminhão, foi encontrado um caminhão com fundo falso, em cima havia mercadoria verdadeira, com nota fiscal, em baixo, mercadoria ilegal, portanto, dentro do fundo falso. O senhor acha normal



carregar um fundo falso? Claro que não. Então, essa é uma atividade ilícita. Isso existiu, não tem jeito. Um caminhão que transportava a munição, e parte dessa munição, que era ilegal, estava debaixo do caminhão, no fundo falso. Ora, para ter fundo falso, só pode ser ilícito. Então, quem comete ilícito, o senhor não acha que eles têm culpa de nada?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Acho que eles têm culpa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor acha que apareceu o fundo falso, as armas, a munição lá dentro, e não tem culpa, ninguém?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Prefiro não emitir nenhum pensamento com relação a esse assunto, porque eu estava com testemunha, e assim...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Tá, então vamos fazer outra pergunta, diferente.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - ...gostaria que a senhora me entendesse, por gentileza, tá?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu entendi, eu entendi

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu não quero...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Vou fazer agora outra pergunta, diferente: o senhor acha... como um caminhão ter fundo falso? O senhor acha... É preciso que um caminhão tenha fundo falso?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu não sei lhe informar isso, porque nunca trabalhei com esse tipo de negociação. Não sei qual a necessidade de ter ou não ter...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas eu quero sentir do senhor... Desculpe.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu, se tivesse um caminhão, não teria.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu quero sentir do senhor... o senhor disse aqui, e quero acreditar até porque o senhor é neto e filho de militar, enfim, que o senhor efetivamente tenha essa vida ilibada.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu não diria assim...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quero acreditar nisso. Mas também quero que o senhor opine. Pode ser que o senhor...



O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - É uma opinião. Eu não faria assim.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, é claro que o senhor não faria assim. Não é isso que estou dizendo. Eu quero que o senhor diga o que o senhor sentiu. Na verdade, o senhor está respondendo junto com eles por intermediação de tráfico de armas. Quer dizer: o que o senhor sentiu? Que indignação o senhor teve, se o senhor fez alguma coisa. O senhor percebeu que vai entrar junto com eles... O que aconteceu com o senhor? O senhor achou natural entrar junto com eles?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, claro, não achei natural, em hipótese alguma.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor achou natural eles terem feito isso com o senhor. O senhor não acha que o senhor que dançou, não? O senhor não tem culpa de nada, o senhor vai dançar junto. Tem alguma dúvida?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não. Claro que eu não tenho dúvida, evidentemente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim, mas então, o que o senhor sentiu? O que o senhor achou? O que eles são, bonzinhos?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Claro que não são bonzinhos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah, então eles não são bonzinhos?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, eles não, principalmente...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E eles responderam o que para o senhor?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - O seguinte...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Disseram o que ao senhor? O que o senhor fez quando o senhor soube?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu não tive...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pegou o telefone, ligou, xingou?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, porque eu não tive mais um contato...



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Teve aqui, hoje.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Mas eu só olhei.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Olhou e... Se fosse eu, dava na cara.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Tá, mas eu sou uma pessoa educada.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu também.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu sei conversar, não desfazendo....

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas se me chamarem de traficante de armas...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Tá, mas eu não sou isso. Tenho certeza absoluta disso aí, tá? Então, o que eu quero assim deixar claro, eu não sei qual o motivo que fez, etc. etc. Então, não tenho nem como lhe responder.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim, mas o senhor não mandou alguém procurar, saber o porquê, o senhor não está com ódio deles? Eu estaria mordendo os dentes, imagina...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Mas eu não tenho, eu não... Evidentemente que adorando eu não estou, evidentemente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, não é adorando. Eu estaria com ódio.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Como é que eu vou pegar agora, partir para uma pessoa, vou bater, vou... sei lá, enlouquecer, eu não posso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não estou mandando o senhor enlouquecer. Estou perguntando qual foi a sua reação, o que o senhor fez? O senhor ficou preso lá.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - A minha reação foi chorar, baixar a cabeça, perguntar o que aconteceu, que eu nunca tinha visto isso, como é que pode acontecer uma coisa dessas comigo. Essa foi a minha reação

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim. Aí o senhor nunca então falou, depois disso o senhor não chegou a ter contato nenhum com o Leandro, nem com o...



O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Com o... Não tive mais contato. Só tive...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, o senhor eventualmente topava, para ajudar a gente, se for necessário, talvez não hoje, mas... fazer uma acareação com o Leandro, o senhor vai olhar para o Leandro, dizer que...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Só vou terminar, deixe só eu terminar. O único contato que eu tive foi quando fiquei preso no presídio central, que o Leandro também ficou no mesmo local que eu fiquei. Mas não se falava sobre esse assunto, eu não queria falar sobre esse assunto, do pavor que eu tinha, do pavor que eu tenho. Eu não falava, eu não queria falar, eu queria só pegar e falar em juízo, do jeitinho como estamos fazendo, estamos respondendo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas para eles o senhor não falou nada? “Ô picareta, fui te ajudar e dancei?”

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, o que eu falei para eles: “*Pisou na bola*”. Isso tem que dizer, pisou na bola, pelo que eu vi, pelo que li no jornal. Eu não sabia, quando eu estava... eu fiquei sabendo uma semana depois. Que ninguém me disse nada, ninguém falou nada. Ninguém dizia nada!

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Durante 6 meses, a Polícia Federal trabalhou nessa interceptação. É claro que isso não foi feito de um dia para o outro. Essa intermediação, esse trabalho da Polícia Federal, demorou 6 meses de investigação. E o senhor sabe, talvez melhor do que eu, que essa investigação provavelmente teve gravação, interceptação, fiscalização. Provavelmente seguiram vocês, acompanharam tudo. Em todos os documentos que nos trazem, o senhor está como intermediário da ação. É como se o senhor tivesse efetivamente participado. Então, não vou lhe perguntar nada, mas quero que o senhor pense, a gente ainda tem tempo, hoje o dia é uma criança, que o senhor possa pensar se eventualmente, numa sessão reservada, ou não, se o senhor souber mais alguma coisa que não possa falar agora, se não valia a pena — já que o senhor é o único que acho que vai falar, que os outros vão invocar o direito de ficar calados —, se não valia a pena, até para que a gente possa de alguma maneira lhe ajudar, como réu colaborador, se o senhor souber de mais alguma coisa, informações que o senhor acabou obtendo ao longo de sua carreira, em função de trabalhar na Rossi, que pudesse auxiliar os trabalhos da CPI, mas especialmente no que diz respeito à



Operação Gatilho. E uma última pergunta que eu gostaria de entender. O senhor disse que o senhor fez um... O Leandro o chamou para fazer a negociação com o Antônio, não é isso? Desculpe, o Antônio o chamou para conhecer o Leandro, não é isso?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Ele me perguntou sobre um cliente, e daí eu digo que tenho um cliente, que é o Leandro... que é o Brustolin.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim, é Brustolin, porque a gente quando fala Leandro, na minha cabeça é o Brustolin — a empresa, não é?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Correto.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Aí é a analfabeta que está perguntando mesmo, porque eu não sou da área comercial — ainda bem. Me explica uma coisa: eu sou dona de uma loja, faço uma intermediação de uma compra, por que eu tenho sempre usar intermediação? Eu não posso, depois de fazer a primeira, eu não posso comprar direto, não?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Fatalmente isso ia acontecer, mais dia ou menos dia. Ia comprar direto.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas se eu posso comprar direto, para que eu vou pagar intermediação 8 vezes? Eu sou burra?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Bom, eu não sei lhe responder, daí.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor concorda? Se o senhor não fosse nada, não tivesse importância nenhuma, eu comprava a primeira vez com o senhor e na segunda comprava direto — não é o normal? O senhor acha que isso ia acabar acontecendo?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu acredito que provavelmente deve acabar acontecendo... Não tem...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas não aconteceu, não é? Passaram-se 8 vezes e não aconteceu. Está bom.

Sr. Presidente, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Com a palavra a Deputada Perpétua Almeida.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Paulo...



O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Pois não.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - O senhor trabalha nessa empresa desde quando mesmo?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Há 18 anos.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - O senhor começou na empresa fazendo o quê?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Comecei na área de vendas, como supervisor de vendas.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - O senhor já entrou lá na área de vendas?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Na área de vendas, exatamente.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - E foi o senhor que pediu para sair dessa área?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, eu pedi... Não pedi para sair; pedi só um afastamento momentâneo, até que as coisas se encaminhem e resolvam, e fiquei dando assessoramento na área de recursos humanos, daí, porque eu sou formado em administração de empresas e sou pós-graduado em administração de *marketing*. Então, eu fico dando uma assessoria na outra área, daí.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Certo. A polícia investigou essa quadrilha por 6 meses — isso já foi falado aqui várias vezes. Nesse período de 6 meses, ou senhor ou alguém lá da empresa que trabalhava com o senhor no dia-a-dia, ou algum cliente do senhor comentou que a polícia podia estar investigando isso?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Ninguém, absolutamente? O senhor não desconfiou de nada?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não. Não, porque era uma venda normal para clientes cadastrados, clientes legalizados, estabelecidos, portas abertas, como disse o nosso ilustre Presidente aqui.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Certo. O senhor conhece o Brustolin há quanto tempo?



O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Acabei de falar que em torno de 6 anos mais ou menos, por aí; 7 anos.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Seis anos. E como é que foi essa relação?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Comercial. Ele ligou para a empresa, que tinha tirado o certificado de registro para a compra de armas, e daí começou o relacionamento.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - A partir daí a relação de vocês foi como? Vocês se encontravam sempre, nos finais de semana?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Como eu respondi, comercial, só comercial.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - A sua esposa o conhece?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Quem?

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - A sua esposa o conhece?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não. A minha esposa?

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Sim.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Se ela conhece ele? Não, acho que ela nunca viu ele.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - O senhor conhece a esposa do Brustolin?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Conheço ela.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - E ela tem ido à fábrica também comprar?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, não.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Como é que vocês se conhecem?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - A esposa dele... Porque um dia eu vi ela lá, no escritório dele — não sei nem o nome dela; não sei nem o nome dela.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Ah, certo. Conhece mais alguém da família dele?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - O pai dele, que trabalhava na empresa também.



A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - E quem mais da empresa o senhor conhece?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Só conheço os funcionários — conheço, não; de ver, assim, não é? Mas não tenho... Meu relacionamento era mais era com ele mesmo, assim...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - O senhor ia muito à empresa lá?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não. Como eu disse, eu fui umas 3 ou 4 vezes.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Nesses 6 anos, foi quantas vezes?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Umas 3 vezes, mais ou menos, que eu tive contato com ele.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Na empresa?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - É, na empresa dele.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - O senhor tinha que levar mercadoria? Como é que era?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, nunca levei mercadoria; eu não transportava, eu só fazia visita de representação da empresa, da Amadeo Rossi.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - E como é a empresa dele? É uma empresa grande?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - É um escritório; é um escritório que ele tinha; eu ia no escritório só.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - O senhor nunca chegou a ir onde ele guardava o armamento?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, nunca fui.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Nunca foi?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Nunca fui.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - O senhor acha que a Polícia Federal, o fato de ter indiciado o senhor só pelo fato de o motorista dizer que foi o senhor que intermediou, que...



O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu não acho, eu não sei, eu não entendo o porquê. Eu até achei que, quando eles me chamaram: “Bom, vou lá prestar depoimento e vou me embora”, e pediram a prisão temporária, aquele negócio todo. E daí eu me surpreendi realmente, porque uma pessoa, eu acho, que com a vida que eu vinha... que eu tenho até hoje, de uma hora para a outra muda tudo, muda da água para o vinho, é muito estranho. Então, até agora não sei explicar bem ainda direito.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - A Polícia Federal ainda investigou por 6 meses, e o senhor, como se diz no popular, entrou de gaiato. A Polícia Federal pisou na bola nessa história, então?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu não posso dizer isso de maneira alguma. Eu acho que a Polícia Federal fez o trabalho dela, não é? Não sei...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - O senhor acha que foi um trabalho sério?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Com certeza. A Polícia Federal, tem que ser um trabalho sério, sempre.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Certo. E aí o senhor, quando se tratou da sua prisão, o senhor acha que então ou não foi sério ou o senhor foi injustiçado...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, não.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - O que o senhor acha dessa sua prisão.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu prefiro não lhe responder, porque eu não tenho posição sobre esse assunto.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Mas o senhor se acha injustiçado?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Se eu me acho... Acho. Eu me acho...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Pela Polícia Federal ou pelos clientes?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, eu como pessoa eu me acho injustiçado, eu acho que eu não merecia isso aí; agora, seja por “a”, por “b” ou por “c”, daí não vem ao caso agora — já aconteceu, não é?



A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Certo...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Certo, Excelência?

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - E me diga uma coisa: o senhor Brustolin, depois o senhor chegou a conversar com ele?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Como eu disse aqui para a nossa Deputada, eu só tive relacionamento com ele lá no presídio, que a gente manteve lá, mas não conversamos sobre o assunto. Não conversamos sobre o assunto porque quanto tu está dentro dum... Isso para mim é um pouco difícil de falar, porque eu nunca estive nesse tipo de lugar. Então, quando tu está nesse meio, tu não sabe onde é que tu está, tu não sabe nem o que tu fala, tu não tem o que tu falar, tu tem mais é que ficar é quieto mesmo, mesmo sendo prisão especial, seja o que for, mas tu está convivendo com pessoas que realmente tiveram vários tipos de delitos, todo tipo de delito.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - E nesses 6 anos o senhor não conhecia nenhum delito dele?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Nunca conheci nada, nunca soube nada.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - O senhor nem teve essa preocupação de saber com quem o senhor estava tendo negócios?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, porque, imagina mais de mil clientes numa empresa, da fábrica, por exemplo, no caso. Se eu for ter preocupação com cada cliente, não é... Eu não tenho como investigar a vida privada de cada cliente. Como dizem, a gente só descobre alguma coisa quando estourou depois, aí no caso, não é?

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - E o senhor nunca desconfiou, nunca ficou sabendo que ele mantinha estoque sem documentação na empresa?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Nunca.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Está certo.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Está bom?

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu gostaria de saber algumas coisas, porque alguma coisa não ficou clara. Por exemplo, na hora da prisão — eu estou vendo o flagrante —, na hora da prisão as únicas notas fiscais



que tinha eram da Rossi. Não tinha nota fiscal do Brustolin. Quer dizer, toda a carga do Brustolin era uma carga que vinha irregular. Segundo diz aqui, constatou-se que o mesmo fundo falso onde foram encontradas e acondicionadas inúmeras caixas contendo munição, espoleta e pólvora, que questionado o motorista sobre a carga e as notas fiscais da mesma, este informou que apenas a carga que havia carregado na Rossi tinha nota fiscal. Quer dizer, eles o estavam usando como laranja do empreendimento. A pergunta que vai ficar para nós é se isso foi de boa-fé sua ou se o senhor tinha conhecimento de que a Rossi estava sendo usada só para dar cobertura ao transporte da carga ilegal. Quer dizer, eles conseguiam a nota fiscal da Rossi, e faziam o transporte... Da Brustolin, pelo jeito, não veio nada de nota. Então, foi totalmente ilegal. Esses pedidos que o senhor fazia, o senhor fazia por escrito para a Brustolin quando o Antônio ligava?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, depende. Às vezes eu mandava por telefone e tudo o mais. Mas eu jamais imaginei que ia sem nota; eu nunca imaginei; nunca, nunca, em hipótese alguma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, porque...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Por ser um produto de controle extremo. Eu trabalhava...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E o senhor é conhecido como Paulinho?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - É Paulinho. Alguns me chamam de Paulinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque inclusive diz: não, chega lá no Paulinho, o Paulinho resolve o negócio... Bom, na Rossi estava resolvido com nota fiscal, tudo direitinho.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora, o senhor está sendo utilizado como laranja para esquentar a carga fria. O senhor entendeu?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Sim... O que o senhor quis dizer eu entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque... Não dá para eu acreditar mais em boa-fé do Brustolin, que a partir do momento em que ele manda uma carga... E o que a gente tem que entender... Eu vejo muitas vezes — e não



estou dizendo que seja seu caso —, mas eu vejo traficantes dizendo: não, nós somos negociantes; aqui nós estamos fazendo comércio. Veja onde ia parar essa carga falsa — ia parar na mão de quadrilhas especializadas em assalto a bancos, em assalto a carro-forte, ou seja, ia parar na mão de bandidos que iam matar gente. Quer dizer, não é possível que a pessoa não tenha esse conhecimento e ache só que é uma carga sem nota. Quer dizer, é claro que se está mandando sem nota, é a mesma coisa que eu vender remédio controlado sem nota.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Sem receita?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sem nota, sem receita — eu vou vender sem receita, é lógico.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E eu vou vender para os viciados, que eu não vou vender para mais ninguém. E aí a mesma coisa eu mandando equipamento controlado, que munição é controlada, sem nota: eu vou vender para bandido. Quer dizer, vou vender para bandido que vai matar criança, que vai matar jovem, que vai matar famílias, que vai matar todo o mundo que encontrar pela frente. Então, isso é o que me preocupa, e esse o ponto... Eu quero acreditar na sua boa-fé nessa história toda, que não tinha conhecimento, que estava sendo usado, porque... Inclusive aquela pergunta da Deputada Laura, eu pedi para ela fazer porque me traz curiosidade por que o Antônio e o Brustolin precisavam da Rossi: a partir do momento que tu apresentasse um para o outro, eles já podiam fazer todo o negócio. Aí, quando eu vi o flagrante, eu vi que eles precisavam da Rossi para ter a cobertura de nota. Então, se não tivesse a cobertura de nota da Rossi, eles não podiam andar com o caminhão por todo o Brasil. E como a Rossi não iria vender, que não é louca de vender sem nota...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Em hipótese alguma. Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Uma empresa grande não se arriscaria nisso — pelo menos quero acreditar nisso, porque...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, dentro dessa sua linha de raciocínio, se o senhor me permite, trabalhando dessa maneira, é que eu vi o negócio do Brustolin com ele dessa maneira também efetuado com nota e tudo o



mais etc, etc, principalmente por a gente saber com qual tipo de produto que estava se tratando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu perguntastes alguma vez: *“Brustolin, está tudo vendendo com legalidade, tudo direitinho?”*

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Quantas vezes perguntei! Está tudo certinho: guia de tráfico com nota, tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está vendo? Não tinha nada. O pior de tudo é que não tinha nada.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Pois é, quando eu fiquei sabendo, excelência, eu fiquei surpreso, super, tanto é que eu fiquei... Poxa, não dá para entender o porquê disso aí!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E a mesma dúvida que a gente vai ter a Justiça vai ter também contigo.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque se você for um laranja de boa-fé, eu acho que o tratamento é um; se você for um laranja de má-fé, o tratamento será outro — você faz parte da quadrilha mesmo. Há de convir comigo que se chegarem à conclusão de que você agiu sabendo que tudo isso ia acontecer ilegalmente, você é membro de uma quadrilha. Se você não sabia, você foi alguém que não teve o cuidado necessário de olhar isso, você teve culpa mas teve o dolo.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Pois é, eu não tinha como acompanhar porque ficava distante, a mesma coisa, por exemplo, que um representante do...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É por isso que eu digo, quer dizer, esses pedidos — e isso é uma coisa, se foi de boa-fé, para tu aprenderes daqui para frente: todo pedido ou coisa parecida, manda por escrito.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E identifica. Por que eles não queriam por escrito? Porque é uma prova de que houve um pedido dessa natureza.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Existem uns que foram por escrito, mas o que eu quero dizer é que realmente foi uma surpresa. Em hipótese



alguma, eu não tinha nem por que... Por que eu ia... Inclusive, meu patrimônio está todo declarado, está todo certo, tudo foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O porquê seria só pela grana mesmo, porque não outra razão, não tem amizade que condiz com um negócio desse.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Mas grana, eu estaria rico hoje, não é Excelência, o que não é o caso. Mas é difícil de entender. Realmente eu fiquei surpreso quando eu vi que não tinha a nota fiscal quando... Isso é demais, uma bobagem dessa, uma aberração; loucura, loucura total.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, por isso que eles tinham... Então? Entendeu todo o negócio e por que eles precisavam de ti de intermediário nessa história? Eles precisavam porque tu era o nome que esquentava a mercadoria para eles, ou querendo ou não querendo — isso a investigação vai dizer e até a tua própria colaboração vai dizer depois qual era a tua vontade nisso.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu quero crer que eu estou colaborando com os senhores, certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque aí nós temos que ir muito mais adiante. Depois a gente pode ver se tu podes colaborar mais de acordo com as respostas que eles derem, porque eu estou vendo tu com boa vontade nesse sentido. Por isso que eu estou te colocando todo o pensamento. Eu podia fechar esse pensamento e simplesmente fazer a investigação e chegar à conclusão de que tu eras membro da quadrilha efetivo. Eu não estou nessa conclusão, mas também não descarto essa conclusão; no decorrer das investigações nós vamos ver o que aconteceu. Agora ficou muito claro — e eu espero que nenhum funcionário de outras empresas sirva de laranja para esquentar tráfico ilícito de munições, armas e o que for. Porque na verdade — só li uma partezinha do flagrante e já ficou tudo muito claro —, quer dizer, eles não te descartaram porque a nota fiscal era tua, a nota fiscal era da Rossi, para o caminhão poder andar. No fundo falso, tudo o que foi para o fundo falso aconteceu sem nota. Eles deviam ter alguma controle lá, mas aconteceu sem nota. Então, isso para tu entender a dificuldade que foi, e essa foi a razão, e é um pensamento lógico, que levou a Justiça, a polícia, inclusive, a decretar prisões e tudo o mais, porque eles diziam com toda a tranquilidade que... o Antônio dizia lá: não, vai ao Rio Grande do Sul que tu tem duas pessoas para fazer contato:



uma é o Paulinho, na Rossi, e a outra é o Brustolin, lá na empresa. Compreendeu? E com a maior tranquilidade. Eu quero crer que o caminhoneiro nunca falou para ti desse fundo falso, nem que tu desconfiastes desse fundo falso...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, ele nunca me falou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Que inclusive se ele disser: não, o Paulinho sabia de tudo e tal, vai complicar a tua situação.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, eu até declarei na Polícia Federal que quando foi feito esse negócio do caminhão, esse caminhão sofreu algumas alterações — foi dito —, que depois ia passar pelo INMETRO, mas eu não sabia se era fundo fácil, ou se ele falou alguma vez em fundo falso eu não me lembro, porque isso era uma coisa que não era responsabilidade nossa. Nós botávamos — a Rossi, no caso — a carga em cima do caminhão e fechava a porta e pronto — daí não tinha mais acesso a nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora tu hás de convir que, se tu tens conhecimento de que um caminhão que carrega munição tem fundo falso, é um negócio complicado, compreendeu? Se tu tinhas conhecimento do fundo falso, eu já começo a desconfiar da tua...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, eu até comentei no meu depoimento da Polícia Federal, eu digo não... Houve um comentário uma época com relação, e eu digo assim: isso não é problema nosso aqui da ... Vai para o INMETRO o caminhão, vai passar... Está bom, então; o caminhão está regularizado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está bem. Vou passar ao Deputado Luiz Couto a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Paulo Roberto, ainda retomando a questão da... se o senhor tinha conhecimento de que caminhões tinham fundo falso. O senhor tomou conhecimento de que caminhões que carregavam essas munições...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em nenhum momento o senhor...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...soube de que...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Outra coisa: é comum... Por que as empresas não vendem diretamente? Por que a figura do intermediário?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu não entendi.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Por que a figura do intermediário e por que não a compra direta nas empresas?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não sei lhe responder essa pergunta, porque é um relacionamento comercial. Por exemplo a Rossi tem representantes em vários Estados, e os clientes compram pelo representante e não compram direto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o senhor era representante da...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu sou da Amadeo Rossi, funcionário da Amadeo Rossi...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E também fazia intermediação.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - E fazia intermediação para o Brustolin.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É comum essa prática...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - De representação comercial? É comum.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É comum?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - É comum.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E há muitos intermediários no Rio Grande do Sul?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - De quê? Como assim?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - De venda de munição.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, em várias empresas, de todas as empresas tem vários, tem representantes, onde tem várias pessoas que vendem.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Qual a relação do senhor com o Sr. Antônio Ferreira Farias?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Comercial.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Comercial. O senhor o conheceu pessoalmente?



O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Sim. Eu já respondi que conhecia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ele estava lá, e o senhor... era apenas comercial

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Comercial, era exatamente comercial.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor não sabia que ele...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, não sabia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E também não sabia de que os caminhões que saíam do Rio Grande do Sul, parte da carga eles descarregavam no Rio de Janeiro, Espírito Santo...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, não sabia como é que efetuava. Como ele fazia o negócio dele eu não sabia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Estou vendo aqui no depoimento que o Humberto estava instruído a procurá-lo na Rossi e que o senhor iria instruir sobre os carregamentos. Como é que é isso? Por que os carregamentos e não só o da Rossi? Tu ia instruir também do outro?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Sim, desse outro carregamento. Eu fiz um mapinha para ir mostrando como é que ele chegava até lá, porque todo cliente chega na fábrica e pergunta: como é que vou na Boito, aí eu pego e explico: o senhor vai assim, pega a BR tal, tudo o mais — faço um mapinha para o cara. Para ele eu fiz a mesma coisa: vai pela BR tal, vai e chega lá, chega à Estação, e pronto. E fala com o Fulano lá ou com o Beltrano, não é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sr. Paulo, eu acredito que a convicção desta CPI vai depender de todo o auxílio que o senhor possa dar a gente nesse sentido. Houve aí um tráfico violento. Para se ter uma idéia, foi a maior apreensão da história do País; então, não foi uma coisa pequena, não. A denúncia é a de que o Antônio abastece as quadrilhas do Nordeste inteiro. Quer dizer, é uma coisa ruim: vai pegar lá na Paraíba do Deputado Luiz Couto, vai pegar no nosso Ceará lá.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Graças a Deus, isso não chega ao Rio.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas passa pelo Rio e deixa alguma coisa lá também.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Já passava no Rio e deixava uma parte lá para o mercado negro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas é sempre tudo no Rio, não é? Ontem, vocês não disseram que era tudo no Rio? Eu estou provando que não é. Estão vendo aqui? Tem o Nordeste todo, Srs. nordestinos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sem dúvida nenhuma. E infelizmente, tem essas quadrilhas que estão tirando a vida de policiais, de seguranças e de pessoas na rua também. Então, veja a gravidade da questão, como é grande essa gravidade. E eu não entendo — até porque eu acho que o Sr. Antônio veio aqui nem preso —, eu não entendo como uma pessoa dessa está livre ainda, porque esse era para estar...

A SRA DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É incrível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aqui resta a questão da dúvida. No Antônio, não dá para ter dúvida nenhuma. O caminhão é dele, o motorista é dele, ele pediu para o motorista, fundo falso no caminhão, ia receber sem notas, deve ter recebido outras tantas sem notas. Quer dizer, eu não sei que diabo de dúvida a gente pode ter num negócio desses. Não dá para ter dúvida nenhuma, não. E, num tráfico de armas, já estar solto é um negócio que causa uma estranheza louca, ainda mais que já respondeu a outro inquérito disso, ainda mais que já teve bandidos lá que diziam que se abasteciam de munição nessas lojas do Antônio. Quer dizer, então, fica um negócio complicado. Eu acho que a principal tarefa da CPI hoje é ver que o Antônio vai para a cadeia e não tem outra tarefa para fazer, não, compreendeu? Porque eu acho que, ali no Antônio — e infelizmente no Brustolin — não tem dúvida nenhuma. O benefício da dúvida, se existe, ainda está com o senhor, que as investigações, no transcorrer das investigações, vão dizer se não. Se o senhor se lembrar de alguma coisa, eu peço que o senhor permaneça ali na sala, se se lembrar de alguma coisa que possa nos ajudar um pouco mais, por favor me informe. Como eu disse, a sua boa vontade vai ser a melhor testemunha a seu favor, porque resta a dúvida: ou o senhor foi um laranja consciente ou foi um laranja inconsciente. Se foi inconsciente, acho que tem um atenuante muito grande à sua ação; se foi consciente, aí o senhor era membro da quadrilha, não tem



atenuante nenhum. Então, eu gostaria que, se o senhor se lembrar de alguns detalhes que julga interessantes... E eu vou, por enquanto, dispensá-lo e chamar a outra testemunha. Obrigado.

Podem chamar para depor o Leandro Brustolin. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, Osmar Teixeira Advogados Associados, portanto, o Dr. Osmar Teixeira apresentou, em nome do Sr. Leandro, uma petição em que ele requer o direito constitucional do depoente de permanecer em silêncio, não sendo obrigado a se auto-incriminar, e pedindo ainda que não prestasse compromisso como testemunha.

Seria importante que V.Exa. pudesse explicar ao advogado, concedendo a ordem, apenas que esta Comissão, de qualquer maneira, assinando ou não o compromisso, a legislação nos dá o direito.

Vou ler aqui um comentário de José Wanderley Bezerra Alves, que diz o seguinte: *“A testemunha é ouvida sob compromisso, ou seja, sua palavra de honra de dizer a verdade do que souber ou lhe for perguntado — isso na hipótese de não incidir proibição ou impedimento para depor. A recusa em prestar compromisso, porém, não configura desobediência, já que o compromisso é formalidade não essencial — com ou sem ele, havendo falso testemunho, restará configurado o crime”*.

Portanto, Sr. Presidente, V.Exa. pode até autorizá-lo a não assinar o compromisso, não faz nenhuma diferença para nós, porque, se ele der falso testemunho estará cometendo crime. Por outro lado, a possibilidade de não auto-incriminação é um preceito constitucional, já cumprido por esta CPI em todas as oportunidades, inclusive nos depoimentos de hoje. Apenas para informar V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Em primeiro lugar, eu quero saber da testemunha se já teve contato com seu advogado preliminarmente, se já houve todas as orientações necessárias.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Sim

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só aperta o botão, por favor.



O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Houve. O que eu quero esclarecer aos senhores é que eu posso falar, é óbvio. Estou aqui para ajudar. Só que, como é de conhecimento de V.Sas., eu respondo a um inquérito, onde o meu advogado não teve acesso ao processo. Eu não fui denunciado. Não tenho vistas ao processo. Então, eu não estou aqui como testemunha. Automaticamente, eu estaria aqui como réu. Então, eu quero ajudar, só que eu não posso falar nada que me prejudique nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Bom, em primeiro lugar, eu quero dizer, se já houve esse encontro com advogado...

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) -... eu gostaria que o doutor ficasse sentado um pouquinho mais para trás, por favor, porque não pode mais haver interrupção a partir de então. O que eu quero lhe informar é o seguinte: o compromisso de dizer a verdade, como foi lido agora no parecer, na verdade, é uma mera formalidade para mostrar que a pessoa não está com vontade de enganar ninguém, está com vontade de dizer a verdade. Se prestar falso testemunho, e no fim das investigações da CPI ficar tácito que foi prestado falso testemunho, aí nós vamos ter... Porque eu vou perguntar sobre várias coisas, vamos perguntar sobre várias coisas, não necessariamente sobre o seu fato. O seu fato pode inclusive ser uma chance de contar uma versão. O que eu vejo é que o Antônio é muito complicado. Vai ser muito difícil de convencer que o Antônio, lá de Pernambuco, não esteja agindo totalmente irregular, porque foram presas armas ilegais, munições ilegais. Todo tipo de coisa ilegal que poderia fazer o Antônio fez. Compreendeu? Só no estabelecimento dele foram presas 12 com cano cerrado — quer dizer, que fica clara a ilegalidade disso —, munição de AR 15, munição de ponto 40. Quer dizer, tudo isso é muito complicado. Eu acho que a grande chance para provar à CPI da sua boa-fé é agora. Claro que isso é uma deferência que o senhor vai utilizar ou não. E o fato de não prestar depoimento para se auto-incriminar, essa é uma deferência que todo mundo tem, é um princípio constitucional. Eu não tenho nada contra. Só que, aí, a pergunta vai ser feita e o senhor vai dizer: “Olha, isso eu não posso responder, porque vai me auto-incriminar”.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Corretamente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E, cá entre nós, isso já é uma resposta, porque, a partir do momento que o senhor disser uma coisa dessa, é sinal de que aquele conteúdo daquela pergunta tem alguma coisa de ilegal, alguma coisa de ilícito, alguma coisa de ruim, porque, quem tem medo da verdade é quem gosta de esconder a verdade. Então, essa é uma preliminar que eu gostaria de fazer. E a chance agora aqui o que é? É a gente saber se vocês todos estavam em conluio com o Antônio, e realmente sabiam que isso era para vender para quadrilhas, ou para coisa assim parecida, ou se vocês agiram de uma forma diferente. E a grande chance que o senhor tem de falar sobre isso, de falar como poderia melhorar a fiscalização do tráfico de armas de munição e tudo mais é agora. Se o senhor quiser colaborar com a CPI, a palavra vai ser dada ao senhor, depois os Deputados vão fazer algumas perguntas. Então, o senhor tem a palavra agora para se manifestar. Em primeiro lugar, eu gostaria de saber: o senhor não quer fazer aquele compromisso de dizer a verdade?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Correto. O que eu queria esclarecer a V.Sas. é que eu estou a total disposição, vou colaborar, só que quero que os senhores entendam que a minha situação... Eu fiquei 28 dias preso injustamente, e me reservei o direito de permanecer calado. Volto a repetir aos senhores: o meu advogado não teve acesso ao processo. Não fui denunciado. Então, a minha situação quanto ao processo, esse que eu estou respondendo, é delicada. Então, eu não quero comprometer em hipótese alguma a minha situação. Mas, de maneira nenhuma, o que eu puder responder, com certeza, eu vou responder. Isso eu quero deixar bem claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A primeira coisa que eu quero perguntar: o senhor quer fazer o compromisso de dizer a verdade ou não?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor não quer fazer o compromisso de dizer a verdade.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, porque, volto a dizer: eu não estou aqui como testemunha. A minha situação... Sou indiciado num processo. Então, eu sou réu.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só que quero lhe dizer que, na CPI, o senhor não está como indiciado, o senhor está como testemunha. Poderá vir a ser indiciado.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Corretamente

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Compreendeu? Então, na qualidade de testemunha, o senhor poderia prestar o compromisso. Eu quero só deixar bem claro isso.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Posso um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, não pode comentar agora não. Todas as instruções poderiam ter sido feitas antes. A Deputada está fazendo um apelo para que o senhor possa comentar. Então, comente com o seu advogado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E tem uma razão. Na verdade, ele não tem as informações técnicas de como trabalha uma CPI. Ele tem que... Sabendo da existência dessas informações, quem sabe ele volte atrás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Estou atendendo ao seu apelo, mas é uma deferência total da CPI.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - É o que eu estava imaginando. Só que, claro, eu tenho advogado para me dar esse assessoramento. No que eu responder, é óbvio que eu vou responder, vou estar falando a verdade. E vou me reservar o direito de permanecer calado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, vai prestar o compromisso?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, dê o compromisso para ele.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está bom. Muito obrigado por prestar o compromisso. E nós passamos agora a isto que eu lhe falei: em que o senhor pode nos ajudar? Por exemplo, o senhor tem a chance de contar sua versão de como aconteceram os fatos, se houve boa-fé, se houve má-fé, porque estamos diante de uma apreensão que é uma das maiores do Brasil de todos os tempos.



Estamos diante de um sujeito que botou fundo falso em caminhão que foi apreendido. Estou dizendo que o caminhão do Antônio estava com fundo falso, foram apreendidos vários tipos de munição nas suas lojas, irregulares, armamento irregular. E tem denúncias que colocam como bandidos que se abasteceriam de armas e munição das lojas desse senhor. Então, eu quero saber qual a sua versão sobre esses fatos.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Olha, o que eu posso falar a respeito da empresa Brustolin, da qual eu era procurador, que a empresa só trabalha com produtos legais. É uma empresa que está no mercado há mais ou menos 18 anos. Ela comercializa basicamente produtos para caça. É distribuidora da CBC — Companhia Brasileira de Cartuxos — e da IMBEL — Indústria de Material Bélico, na parte de pólvora de caça. Jamais trabalhou com qualquer outro tipo de produto ilícito, que seja ilícito. Não comercializa armas. Comercializava, em 2003, eu não lembro depois, começou a nova... Saiu o estatuto. Mudou. Então, parou drasticamente. E, pelo conhecimento que eu tenho, o ano passado, o ano de 2004 em diante, não foi vendida nenhuma arma dessa empresa, não comercializou a Brustolin nenhuma arma. A empresa só trabalha com empresas nacionais e com produtos autorizados. E a empresa possui autorização do Exército para comercializar e atuar no ramo de distribuição desses produtos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Que tipo de fiscalização é feita na sua empresa e qual a rotina dessa fiscalização?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Olha, a fiscalização é feita pelo Ministério do Exército, o SFPC-3, nosso caso, o SFPC-3. Periodicamente é verificado. Hoje, agora, não saberia te dizer qual é o período, mas periodicamente ela é fiscalizada e a gente fornece os mapas mensais, mensais não, trimestrais dos produtos que são comercializados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor fornece os mapas. Mas não há fiscalização na indústria?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, há fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Como é essa fiscalização?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Você diz como é a fiscalização na empresa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso.



O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eles vão periodicamente, fica a critério deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Periodicamente é o quê? Mensal, semestral, anual?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eu acho que eu não saberia te dizer, mas eu acho que é trimestral também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Trimestral.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Fica a critério do Ministério do Exército. Fica a critério do SFPC-3. Mas eu não saberia te dizer aqui exatamente se é mensal. Como é feito, o senhor pediu isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, como é feito.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Como é feito: vem um responsável pelo SFPC, faz ali... Porque eles têm todos os controles, os mapas que são fornecidos. Então, ele vai lá e confere em cima dos dados que eles têm e vê armazenagem, enfim, é feita uma... Têm os critérios deles. Eu não tenho acesso a esses dados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, mas eles entram dentro da empresa?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Fazem levantamento de estoque?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ou vê só papel?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Olha, não saberia dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora, me diga uma coisa: quem é do Exército que fazia essa fiscalização lá?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Olha, tem um, acho que se chama delegado de região. Eles têm um responsável lá, que varia. Eu não saberia te dizer por nome, mas eles têm um responsável. No nosso caso, tem o responsável em Passo Fundo, que controla tudo, não só a parte de armas e munições, como toda a parte de produtos controlados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O último que foi lá veio de Passo Fundo?



O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - O último não, o último veio de Porto Alegre, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Veio de Porto Alegre.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputada tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Leandro, vou lhe chamar assim, está bom?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Tudo bem.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Primeiro me diz uma coisa: qual é o seu patrimônio?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - O meu patrimônio?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É. O senhor acabou de fazer Imposto de Renda, você lembra.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Patrimônio: eu tenho um carro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Qual é o carro que você tem?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eu tenho uma Blazer.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Qual é a cor da Blazer?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Prata.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Olhe para mim. Seu patrimônio é só a Blazer?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não. Eu tenho uma casa. Só isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor tem uma Blazer e uma casa?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E tem conta bancária?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Tenho contra bancária.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Em muitos bancos?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Tenho uma conta bancária que faz desde 18 anos que eu tenho.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Qual é o banco?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - No Banco Brasil.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Tem alguma outra?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - BANRISUL.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - BANRISUL. E que mais?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Só.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Só tem essas 2 contas? Você pode, depois, anotar aqui, para não precisar falar alto, o número das contas, por favor. Você tem algum telefone?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Telefone residencial?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Isso.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Tenho.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Tem telefone residencial e tem celular?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Tenho.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Além disso, você tem um telefone específico, na empresa, que era seu ou, na verdade, é um ramal? Como funciona?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Olha, tinha...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Você tinha o que a gente chama de direto? Tinha um telefone direto seu?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Tem um telefone meu, particular, como qualquer um tem em casa, e celular.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, mas na empresa onde o senhor trabalhava?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Na empresa, não, era ramal. Tinha ramal.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor não ligava direto?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, se tivesse que ligar para fora, o senhor tinha que pedir à telefonista ou o senhor direto podia ligar? Vamos supor, se quisesse ligar para Feira de Santana, o senhor precisava que alguém ligasse para o senhor ou o senhor mesmo podia discar? Discava zero e...

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eu podia discar direto.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E esse registro é feito por ramal, na sua empresa, ou é feito só da central?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - O registro se é feito no ramal?



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Das chamadas? Vamos supor que o senhor gostasse de votar no *Big Brother*. O senhor fazia isso da sua mesa e depois como é que a empresa lhe cobrava?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Se eu fazia isso da minha mesa, como é que a empresa...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Vamos supor que o senhor gostasse de votar no *Big Brother*. Então, o senhor votava da sua mesa, no seu ramal, está certo?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Sim.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Como é que a empresa ia lhe cobrar? Existe na empresa algum sistema de controle de ligações por ramal? É isso que eu quero saber.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não. Então, não ia lhe cobrar nunca? Concorde? Não sabe quem... Não existe esse controle na empresa?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Tem um controle da conta corrente, mas de que...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - De que ramal é?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, nós não seríamos capazes, por exemplo, de verificar as ligações feitas apenas do seu ramal? Está certo?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eu não saberia.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Bom, se não existe sistema, não posso saber.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, é um ramal. A gente não tem secretária, não tem ...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quantas pessoas trabalham nessa empresa lá, em Estação? Estação, não. Como é o nome? Desculpe.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Estação.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É Estação mesmo. Obrigada. O senhor...

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Meu pai, minha mãe, a minha irmã.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sua família. É uma empresa familiar.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - É uma empresa familiar. Tem mais funcionários. Deve ter em torno de 10, 12 funcionários.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas é uma empresa familiar. O senhor, na verdade, é o filho do dono, digamos assim?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - É uma empresa familiar. Eu sou filho do dono.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E o senhor é, portanto, tão dono quanto. O senhor é o dono da empresa?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, eu era procurador da empresa. Hoje não sou mais, porque eu tenho outra atividade. Estou trabalhando, no momento, é nessa empresa, exerço uma função nessa empresa, que é uma empresa que vende material de pesca. E, como sou sócio, estou trabalhando nela. Estou me sustentando com ela agora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas o senhor tem quantos anos, desculpe? Quarenta e poucos anos?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Trinta e quatro anos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Trinta e quatro. Há quanto tempo o senhor trabalha como procurador, então, da Brustolin?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não saberia te informar. Agora de cabeça não saberia te informar quanto tempo faz...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mais ou menos.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Mais ou menos?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor tem 34 anos, começou a trabalhar quando?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eu comecei a trabalhar cedo. Eu trabalho desde os 17 anos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Nessa atividade?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Sim. Mas não tinha a responsabilidade que eu tinha como procurador, é óbvio.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Claro que não, mas...



O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eu imagino que, como procurador, sei lá, uns 8 anos, 6 anos. Assim de cabeça agora eu não saberia te informar mesmo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - São mais de 5 anos, digamos assim, para facilitar.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Com certeza.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, há mais de 5 anos o senhor é procurador da empresa?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Sim. Provavelmente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E há quantos anos o senhor conhece o Paulo?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Paulo Schiling eu conheço há vários anos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mais ou menos, desde de que o senhor é procurador ou antes disso?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eu acho que até antes, porque, como vocês sabem, desculpe, os senhores sabem, o Paulo era vendedor da Rossi, não sei se está trabalhando ainda ou não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É ainda.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Sei lá quanto tempo. Mas eu conheço ele há muito tempo, de relacionamento comercial, simplesmente isso. Nada mais.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu sei. Não estou lhe dizendo que é nada mais. Mas de relacionamento comercial tem quanto tempo, então?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eu acho que desde que a empresa existe, ela sempre teve algum relacionamento, tanto com a Rossi, com a CBC.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, antes de o senhor trabalhar como procurador, o senhor trabalhava na área comercial. É isso?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Isso, isso. Eu ajudava na área comercial.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, o senhor trabalhava na área comercial?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, isso teria o quê? Uns 10 anos que o senhor está na empresa do seu pai?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, estou mais.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mais?



O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Estou desde os 17 anos, 16, 17 anos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, tem 17 anos que o senhor está lá.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - É, tem 17, 18 anos. Eu me criei nisso aí.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, o senhor conhece bem o mercado.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eu me criei em cima disso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, é claro, natural, é uma empresa familiar.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - É.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Bom, então o senhor entende tudo de arma?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Olha, de arma não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - De munição?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eu conheço tudo o que for de uso permitido e tudo o que a gente trabalha.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Claro.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Isso eu conheço, é óbvio. Mas não sou nenhum doutor.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, mas depois de 17... se eu trabalhasse 17 anos com uma atividade, eu ia saber tudo dela.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Com certeza.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor deve saber que é natural que saiba.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, mas eu sei.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não é nada demais saber não. E há quanto tempo o senhor conheceu o seu Antônio?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Olha, o seu Antônio eu não conheço pessoalmente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Só conheceu hoje aqui?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - É.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Nunca tinha visto antes?



O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, não, não. E a empresa deve trabalhar... como ele era cliente, sei lá, há quanto, um ano por aí, não saberia te dizer também.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Há um ano mais ou menos?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Hum, hum.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E o senhor costuma ir a Pernambuco?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Nunca foi?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Nunca fui.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor viaja muito?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Relativamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - De férias, que seja. O senhor viaja muito?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, posso dizer que não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim, quais são os Estados do Brasil que o senhor conhece?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Que eu conheço? Olha ... o Norte eu não conheço.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - O Rio de Janeiro eu não conheço. Conheço São Paulo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Viram? É uma brincadeira aqui do interno, que tudo é no Rio. Eu disse ele nem conhece o Rio, estão vendo.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, eu não conheço, infelizmente. Pretendo conhecer um dia, se Deus quiser.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Se o senhor for só de visita pode conhecer à vontade. *(Risos.)*

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, é de visita. Eu não conhecia Brasília. *(Risos.)*

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, vamos lá. O senhor não conhece o Rio, mas o senhor conhece o quê? São Paulo?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - São Paulo. A região Sul eu conheço.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Bahia, o senhor conhece bem? Região Sul o senhor conhece bem. E o que o senhor conhece do Nordeste?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Do Nordeste... Eu estive há muitos anos, acho que devem ser uns 6 ou 7 anos atrás, agora eu estava me lembrando, que minha esposa estava grávida, a gente foi para Porto Seguro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Foi a última vez que o senhor foi ao Nordeste?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Foi a última vez.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Foi em férias com sua esposa?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - É.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E a sua última viagem nesse último ano para onde foi? O senhor fez alguma viagem ou não fez?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Último ano? Último ano... Não, eu não... No último ano, último ano mesmo não estive fazendo nenhuma viagem fora do cotidiano, não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Qual é o cotidiano? Viajar para onde?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eu estive na praia, a minha família...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Que praia? Tem muita praia neste País.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, não, na praia, que a gente costuma, o que a gente faz veraneio é de Santa Catarina.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah, sim. O senhor foi a Santa Catarina?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Porque a minha cidade faz divisa com Santa Catarina. É mais perto para nós ir a Santa Catarina do que ir nas praias do próprio Rio Grande Sul.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Isso. Então, além de ir à praia, qual é o seu dia-a-dia? O senhor fica só em Estação ou o senhor vai a outras cidades?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eu curso faculdade, eu faço Administração.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Onde?



O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Na UNICAMPUS de Erechim, é uma cidade que fica...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Erechim.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - É, fica a 27 km da minha cidade.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pertinho.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Pertinho.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas além de Erechim, que o senhor tem de ir sempre, todo dia, porque o senhor estuda, e de Estação, tem alguma outra cidade que o senhor costuma ir sempre?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, não tem nada de mais assim.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Bom, o senhor disse que seu advogado, e eu concordo com isso, pelo menos acredito nisso, não teve ainda vistas do inquérito, está certo? O que é vistas do inquérito? Não leu o procedimento investigatório, mas leu o flagrante, senão não ia lhe defender sem saber do quê. Ele não podia nem assumir a paternidade da sua causa sem pelo menos ter lido o inquérito, e por acaso recebemos agora o auto de prisão em flagrante, portanto, os autos do flagrante que com certeza sobre isso seu advogado, disso seu advogado tem ciência, não tenho dúvida de que tenha. Então, em cima do que deu tempo de ler, porque chegou agora, eu queria lhe fazer umas outras perguntas. O senhor disse que nunca viu pessoalmente o seu Antônio. E como é que se deu essa relação comercial entre o seu Antônio e o senhor?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - A relação comercial com o seu Antônio existe por intermédio do Sr. Paulo Schiling.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim, ele até disse isso mesmo.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - É basicamente isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Como isso aconteceu? Conta a estória. Finge que o senhor está escrevendo um livro, suas memórias.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eu não preciso fingir, não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, não, o senhor finge que está escrevendo um livro. O senhor não está escrevendo um livro, tem que fingir.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, mas vou ser bem sincero.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não é fingir o que o senhor vai dizer. Está bom, para mudar, é um faz-de-conta. Imagine que o senhor está escrevendo um livro, que nós somos os leitores. Então, o senhor conta a estória para nós como foi.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não precisa fazer de conta. Assim, volto a repetir, conheço o Paulo Schiling por ele ser vendedor...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Da Rossi. Isso a gente entendeu.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - ... gerente de vendas da Rossi.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas como o senhor chegou no Antônio?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - A parte comercial, o que acontece? Como o Paulo me indicou clientes e começou a fazer algumas vendas, como eles trabalham só com um material...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - A espoleta.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - ...que é a espoleta. Só esse material. Clientes em potencial, devidamente todos eles documentados, legalizados, efetuou algumas vendas, onde ele recebia uma comissão. Ele era comissionado nessas vendas que ele fazia.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Como se ele fosse assim, ele tem até chamou de representante informal.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Representante informal.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim, mas ele, enfim, ele representava os produtos da Brustolin. É isso?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, ele não tinha nada a ...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ele representava junto a alguns clientes.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Alguns clientes.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É isso?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Isso mesmo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Que clientes eram esses, junto aos quais ele representava?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Olha, são muito poucos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim, eu quero saber.



O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eu não saberia dizer agora de cabeça, não saberia dizer mesmo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim, mas são muito poucos?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Um era o seu Antônio.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Um era o seu Antônio, o senhor não lembra de mais nenhum?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Olha...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor lembra que eram muito poucos. Quando a gente lembra que eram muito poucos, a gente tem que lembrar o número de. Se a gente lembra o número, a gente tem noção de quem era.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Infelizmente, eu não posso informar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu digo assim: eu tive muito poucos amigos naquela ocasião. Eu lembro pelo menos que eu tinha 2 ou 3, eu posso até não lembrar o nome todo, mas eu lembro quem era.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - O que quero colocar a V.Sa. é que eu não, como vou te dizer, eu não tinha...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não precisa de V.Sa. até por que não é V.Sa. é V.Exa. Pode chamar de senhora que está bom.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eu não tinha contato com vendas diretamente — tu me entendeu? —, com a parte de vendas. Enfim, não era eu que comandava todo o... Então, existia uma pessoa, o nome dele era Paulo Schiling, que efetuou algumas vendas. Mas eu não saberia te dizer agora...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas o contato do Paulo era com você. Estou certa?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não necessariamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas não era com você que ele falava na empresa?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Que ele negociava? Algumas vezes, sim, algumas vezes, não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Era com quem, então, quando não era com você?



O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Olha, tem outras pessoas na empresa...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Que outras? Que fazem esse tipo de serviço.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Funcionários.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas quem mais falava, então, com o Paulo, além de você?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Olha, provavelmente, faz até um certo tempo que estou afastado, faz quase 70 dias...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, menino, antes disso, antes da apreensão.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, não, mas assim, olha, eu quero colocar que existem pessoas na empresa que mantinham algum contato com ele também, além de mim.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim, mas, então, além de você, quem eram? Você falou que era uma empresa pequena, com 12 funcionários, 12 pessoas trabalhando. Então, além de você, quem tinha contato comercial com o Dr. Paulo para comprar espoleta?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Para comprar espoleta?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Minto, para vender?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Para vender? Olha, tem uma pessoa...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Que também fazia essa atividade. Quem era além do senhor?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Você quer saber nome?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quero.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Olha, eu acho que isso, eu vou me reservar o direito de falar...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Isso pode lhe incriminar? Dizer o nome?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, não, mas assim, eu acho que já está partindo para a parte relacionada ao processo que a gente tem lá. Então...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Olha, só. Está bom, o senhor não quer responder.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, essa eu...



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas existiam outras pessoas que falavam com...

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Sim.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor não quer dizer quem.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, não, acho que não... Eu me reservo...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, eu posso pensar que foi sua mãe, seu pai, qualquer pessoa da empresa?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Nessa parte eu me reservo o direito de...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Está bom. Então, isso só me levaria a que a gente convoque todos, Deputado Moroni, todos os 12 funcionários da empresa, para ver quem mais trabalhava com o Paulo. Só para perder tempo deles, dinheiro deles e trabalho nosso. Mas tudo bem. A gente está acostumado. Responda-me outra coisa. Aqui, nos autos, o senhor, pelo que eu pude ler, o fundo falso foi feito em Estação. Eu estou certa ou errada? Foi colocado o fundo falso, depois de passar pela Rossi. Vou ler um pedacinho, para o senhor também não dizer que não sabe, embora esteja no auto de prisão em flagrante: *“No acompanhamento que a Polícia fez”, está aqui, “Paulo iria recepcionar o caminhão e fornecer um mapa ao caminhoneiro, a fim de que fosse até a empresa Brustolin”* — aliás, ele respondeu ele respondeu isso aqui — *“localizada na Cidade de Estação, onde deveria carregar uma carga e provavelmente adicioná-la um fundo falso”*. Aí, lá na frente, efetivamente, está aqui: *“...conduziu até o depósito, local em que os funcionários de Leandro tinham carregado o fundo falso do caminhão”*. Então, o fundo falso do caminhão foi colocado já em Estação, depois de ter passado pela Rossi onde pegava a nota fiscal. O senhor diria que é verdade ou que é mentira? O senhor disse que isso é uma invenção da Polícia ou efetivamente o fundo falso foi colocado no caminhão na sua fábrica?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Esse é mais um motivo para eu permanecer calado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Está bom. Então, o senhor vai permanecer calado nessa resposta. Não tem problema, o senhor responde assim: *“Eu vou permanecer calado nessa resposta. Não vou responder”*. Não tem problema nenhum.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Sim, senhora.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu tenho que perguntar, e o senhor tem que dizer o que o senhor quiser.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN – Certo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Diga-me outra coisa. O senhor conhece, é seu funcionário, Alfredo, mas o primeiro nome dele é outro, Lucimar Alfredo Gerstner.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Gerstner.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Gerstner. Eu não sei pronunciar, desculpe-me. É seu funcionário?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Sim, da empresa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Há quantos anos ele trabalha lá?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Provavelmente, ele deve estar trabalhando há uns 2 anos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Dois anos só? Ele é um dos 12 funcionários da empresa?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Sim, ele é um funcionário da empresa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ele é registrado, direitinho lá, na empresa? Não?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Isso eu não saberia informar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas talvez fosse interessante, Deputado Moroni, nós já anotarmos para pedir o registro de funcionários da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu não consigo perceber como é que lista de funcionários da empresa vai auto-incriminá-lo, mas...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Isso é um direito dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu não consigo perceber isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu acho até que ele está errando. Mas, enfim, cada um faz o que quer da vida. O Senhor Humberto, o senhor conhece?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O motorista Humberto?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, não tenho...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor não esteve com ele lá?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Com o motorista Humberto? Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não. O senhor conhece o Manoel?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Manoel? Não, não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Nem o Humberto, nem o Manoel? Não? O senhor foi autuado em flagrante? O senhor estava lá na hora em que pegaram o caminhão?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não. Foi depois, não é? Só estavam o Manoel e o Humberto.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não saberia dizer.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor não sabe quem estava?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não saberia dizer.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Está certo. Explique-me uma coisa, porque sou analfabeta e queria entender, nessa área, não em todas, mas nesta eu sou, não entendo muito de arma. Quando se contrata um representante comercial, o natural é que ele fez o contato, ele vendeu para o seu Antonio, mas o senhor chegou a falar com seu Antônio?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, nunca falei com o seu Antônio.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Nunca?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Nunca. Nunca.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O seu Antonio encomendava sempre através da Rossi?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Todas as compras que foram feitas foram feitas através do Paulo Schiling.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Desculpe-me, não é Rossi, do Paulo. Então, todas as compras? Em nenhum momento o senhor conversou com o seu Antonio? Nunca?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Nunca.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, se tiver uma ligação da sua empresa para o Antonio, do Antonio para sua empresa é fantasma a ligação?



O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Olha. Não, comigo isso... Nunca falei com o seu Antonio.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor nunca?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Nunca.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas alguém pode ter ligado para lá? Pode ter acontecido?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Aí entra na área comercial, não saberia...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não saberia dizer. Agora, me diga uma coisa. É normal, não era muito mais fácil o seu Antonio e o senhor conversarem direto? Precisava ter intermediário? Na primeira compra, vá lá. Mas depois precisava para quê?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Olha, assim, só para te colocar. Parte comercial...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É que eu não entendo para que eu vou pagar um terceiro, para que quero intermediário se posso fazer direto? Está bom, a primeira vez, é justo, ganhou lá a comissão dele. Mas depois por que eu tenho que ficar pagando a intermediação?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eu quero colocar assim: que esse é o trabalho do representante ou do possível vendedor. É ele que faz o contato com a empresa para vender. Eu não tinha motivo para falar com ele.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu até entendo que o representante... Mas eu só não entendo porque... Para ele era um bico, concorda? A atividade dele era a Rossi.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eu não vejo como bico, porque a gente pagava para ele a comissão.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pagava quanto?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Cinco por cento.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Cinco por cento de cada venda?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - É. A empresa pagava.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E quanto pagou ao todo?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não saberia dizer.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não saberia dizer, mas o senhor pode informar depois à CPI, mandar para nós?



O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eu creio que a empresa...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - A empresa deve ter isso, quanto, afinal, pagou. O senhor lembra quantas vendas foram feitas, ou sabe dizer?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Olha só, vamos aqui fazer um raciocínio comigo, Leandro, me perdando a impertinência. Na hora em que isso aconteceu, você se assustou? Qual foi a tua reação? Na hora em que chegou lá para te levar, busca e apreender tudo na tua casa, qual foi tua reação? Na tua empresa, qual foi a tua reação?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Olha, a pior possível.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Claro. Aí você pediu — claro — para o seu advogado se informar de tudo sobre o assunto?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, muito pelo contrário. Eu compareci a minha empresa às 8h da manhã, 7h30min., 8h, que é o horário que eu vou trabalhar, estavam lá a Polícia Federal, o Comando do Exército, foram averiguadas todas as notas por mim, ficaram o dia inteiro e aí acho que receberam o mandato de prisão. Enfim, eu fui preso mesmo eram 5h30min.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, você há de convir que você estava junto com os policiais nessa busca e apreensão? Se eu conheço um pouco da Polícia Federal, a primeira coisa que quiseram ver foram as compras oficializadas do Paulo, enfim o pagamento de vocês ao seu representante formal, que era o Paulo.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Olha, eu não saberia dizer, porque infelizmente foi uma coisa muito constrangedora. Foi pior ainda dois, três dias depois.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor tem algum carro vermelho?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Na empresa tem algum carro vermelho?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, na empresa não tem.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Um Gol?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Gol vermelho?



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Só lhe dizer aqui. Não, não tem carro. O Alfredo tem algum carro vermelho?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não saberia te dizer. O Alfredo... não saberia te dizer agora não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Se tem um carro vermelho, um Gol vermelho. O Alfredo trabalha com o senhor há dois anos, o senhor não sabe o carro dele?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eu acho que o doutor tem a informação.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, mas eu não estou perguntando ao doutor não, senão eu lia. Não, não é isso. É simples. Só para lhe dizer, pelo que eu li aqui, foi tudo filmado. Então, como disse ontem o Deputado Cabo Júlio — eu adorei a expressão —, a casa derrubou. Não é assim que fala? Então, derrubou, não tem jeito. Se filmou... Por isso que eu estou perguntando. Isso não te incrimina em nada não. Eu quero só saber se você sabe qual era a cor do carro dos seus funcionários. Uma empresa de doze pessoas, gente, como é que não sabe qual é o carro que o seu funcionário tem?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Posso me reservar o direito de...?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pode se reservar todos os direitos. Será que... Vamos aqui fazer uma situação imaginária. Você acha... o normal não seria... Você vai dizer que não, não vou nem perguntar para não perder tempo do povo. Eu ia perguntar um negócio aqui, não vou perguntar não. Vou perguntar outro. Me diga uma... com o Estatuto do Desarmamento, como o senhor disse, houve quase que um colapso na venda de armas e algumas empresas, grandes distribuidores, com certeza, devem ter também sofrido pela diminuição da compra de armas e de munição, conseqüentemente. A CBC, o senhor é fornecedor da CBC isso e da IMBEL?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - A empresa Brustolin é distribuidora dela.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quando eu digo o senhor, desculpa, a empresa... A sua empresa é fornecedora da CBC e da IMBEL, não é isso?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Isso. É que não é minha empresa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Tá bom, é a empresa do seu pai. A empresa que o senhor é procurador. A empresa que o senhor representa, então.



O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eu era procurador da empresa Brustolin, que fique bem claro. Pelos fato ocorridos...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Seu pai lhe cortou a cabeça, não foi isso?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não é bem isso, mas que prejudicou a minha vida...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quase isso. Não cortou, que a cabeça está aí, mas seu pai lhe tirou da empresa é isso?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - É. Eu estou afastado da empresa, até porque estou impedido de trabalhar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - A pergunta é: o senhor tinha um x para ser comercializado obrigatoriamente para a CBC ou para a IMBEL?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não. Não. Nunca.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quando o senhor foi preso, o senhor disse que estaria providenciando uma guia, que estória de guia é essa? Guia de tráfico? Explica para mim essa estória. Para mim não, para nós.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Você quer saber só essa questão da guia de tráfico, ou de repente, tu tem mais alguma, daí eu já aproveito... É só específico dessa?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Explica aí para mim.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Você quer saber o funcionamento dessa guia, como que funciona...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu quero saber o funcionamento da guia e quero saber especificamente da guia de tráfico do caso em questão.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Como é que funciona no nosso caso, na nossa empresa, como distribuidor? A função de um distribuidor, as empresas, a CBC tanto quanto a IMBEL, optam não saberia dizer quantos distribuidores têm o que a empresa Brustolin tem, que é a documentação, toda a documentação para trabalhar legalmente, além das documentações legais, que seriam o quê? Comercializar, armazenar, transportar, isso tudo legal. Caminhão apropriado para isso. Como é que é feita a liberação das guias de tráfico? Eu sempre digo: não é vender um produto qualquer, estou vendendo munição. Então, a coisa é mais complicada. A gente passa via fax. Depois da venda efetuada é feito um relatório dos clientes com as



devidas notas fiscais, números das notas fiscais, com os produtos que tem na nota fiscal. Se faz...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É feito imediatamente?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Quando é... Imediatamente não. É feito, para não mandar uma guia para um, acumulam-se várias notas fiscais. Eu não sei o procedimento de fábrica, mas o nosso não foge muito, creio que não foge muito, até porque a gente é autorizado a emitir a guia de tráfico. Então, o que é? Eu moro em Estação. A empresa está sediada em Estação. Para sair qualquer mercadoria, ela tem que pegar... a gente tem que pegar uma autorização em Porto Alegre, via fax — isso é contido no nosso CER. CER é o Certificado de Registro do Exército, que fala toda...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Obrigatoriamente tem que fazer isso?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Tudo que tem que fazer. Tudo isso, tudo está contido na CER. Veículos, tudo que ela pode fazer.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Todos os dados. Para as pessoas entenderem, o senhor não pode... a arma não pode sair da empresa dele — a arma ou munição — sem essa guia de tráfico já autorizada pelo Exército, não é assim?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Isso mesmo. E essa guia como é que ela é fornecida?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, o senhor não pode autorizar nenhum carregamento na sua empresa para fornecedor nenhum seu, se não tiver a guia de tráfico já autorizada, não é assim?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Justamente. Nunca foi. Nunca saiu.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E nesse episódio específico?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Me dá um aparte só para terminar a questão da guia de tráfico, já que entramos nesse mérito, para explicar bem certinho para vocês entenderem como é que funciona? A questão da guia de tráfico, então, passado um fax, a nossa empresa passa um fax para o Exército, para o SFPC-3, em Porto Alegre, relacionados todos os clientes. É feito até hoje. Eles devem estar fazendo isso. A empresa deve estar funcionando. É autorizada a emissão da guia de tráfico. Só que para isso, vamos começar do começo, tem que ter uma venda, sair a



nota fiscal, emitir autorização. Ele emite para emitir a guia de tráfico posteriormente. Então, assim que funciona. Eles passam o fax...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas o...vamos dizer o teu cliente da loja que compra a tua munição, a tua arma, já sabe que é assim, concorda?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Sabe que é assim.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Vamos dizer, o seu cliente da loja \que compra sua munição, sua arma, já sabe que é assim, concorda?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Sabe que é assim.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, ele sabe que, primeiro, ele vai ter que emitir a nota fiscal, passar para você, para você pedir autorização do Exército e do Exército voltar. O cliente já sabe disso.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - É basicamente isso na questão do tráfico.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Nesse caso específico, por que não tinha nota de tráfico?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não. Tinha nota.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Tinha nota. O flagrante é a arma. Então, explica.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, só vou comentar. É esse a parte que vou colocar nesse caso, que aí é relacionado ao meu processo. Existe a nota fiscal, existe o pedido de liberação de tráfico, até existiam dois veículos nossos da empresa num pátio esperando a liberação de guias de tráfico para sair. Nesse caso desse caminhão ele saiu para abastecer num posto e desapareceu. Existe até uma ocorrência policial, e saiu o caminhão. O que aconteceu depois ...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, o caminhão teria... Quero entender. Então, esse caminhão teria saído, ou seja, estavam esperando a guia de tráfico, é isso? Quando isso aconteceu o caminhão foi pôr gasolina e sumiu, não voltou para pegar a guia de tráfico. O caminhão que foi apreendido, afinal...

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Esse caminhão... Isso está diretamente ao meu processo. Eles têm acesso, a gente não teve acesso a isso ...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Também não deu tempo de eu ler ainda não, sinceramente. Não minto, não.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - É uma situação que quero colocar para vocês, é isso. Esse caminhão tem comprovadamente... A nossa empresa nunca,



jamais da Empresa Brustolin saiu mercadoria sem nota fiscal. Esse fato é um fato que ocorreu e na hora oportuna vai ser esclarecido completamente. Existe a nota fiscal, existe um pedido de liberação de guia de tráfego, como existia de outras mercadorias da região onde a gente atua com dois veículos que foram apreendidos, não sei o porquê, mas foram apreendidos com mercadorias, com notas fiscais esperando a liberação de guia de tráfego.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim, quero entender o que você falou antes. Estou querendo, juro, entender mesmo. Ou seja, vocês tinham a nota fiscal, tinham emitido a nota fiscal e estavam esperando a nota de tráfego.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Esperando a liberação de guia de tráfego.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - A liberação da nota de tráfego. E aí esse caminhão sai da sua empresa e vai para o posto de gasolina. Foi isso o que você disse?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Nesse caso eu nem vou me prolongar, porque creio...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, porque aí vai dar mais trabalho, porque vou ter que pedir para voltar a fita para ouvir. É só repetir o que você já falou. Não precisa... Tenho medo de ter errado num detalhe e fazer uma pergunta errada. Só isso.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, é isso o que quero esclarecer para você. Isso vai ser trabalhado. Acho que já passei muito por esses fatos. Volto a dizer, 28 dias preso injustamente. E não vai ser agora que eu vou...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, depois a gente ouve de novo, não tem problema.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não estou omitindo nada, só quero esclarecer aqui: sobre esse fato existe nota fiscal. Se saiu, por que não saiu, não sei, e isso vai ser...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Nota fiscal existe, mas não existe guia de tráfego.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - A guia de tráfego...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não estava pronta, digamos assim.



O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - ...como as outras mercadorias, que isso...
Acho que a senhora deve saber, não sei se está aí, mas consta a apreensão de duas caminhonetes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quero saber uma coisa só de curioso. Na hora que prenderam o caminhão foram para a sua empresa, deram o flagrante no caminhão e foram à sua empresa, e na sua empresa o senhor mostrou as notas fiscais?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Sim, foram mostradas as notas fiscais na empresa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Nota fiscal tem, o que não tinha era a tal da guia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor mostrou a nota fiscal do caminhão?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Todas as notas fiscais, tanto do caminhão desse fato acontecido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Na mesma hora que...

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Sim, espontaneamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Na mesma hora que vieram com o caminhão?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não chegaram a vir com o caminhão. Veio a diligência da Polícia Federal, do Exército, enfim, não sei te dizer nomes de pessoas agora, estiveram lá, mas eram muitas.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Essa operação teve 100 homens trabalhando durante seis meses.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Foi apresentado tudo, todas notas fiscais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E a guia de liberação?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - A guia de liberação estava sendo aguardada, esperando para liberar, tanto desse caminhão, desse fato acontecido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Qual foi a hora que o senhor pediu a liberação dessa mercadoria?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não sei, com sinceridade. Não saberia te informar, mas provavelmente foi no dia do fato ocorrido, com certeza.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso faz por "fax" para o Exército, não é?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Por "fax" para o Exército. E tem outra coisa que quero colocar para vocês aqui, que não é deficiência em hipótese alguma, tanto que problema de fax tem até para eu vir aqui; foi um problema tremendo de comunicação, passagem, fax. Então, é demorado. No Exército também existe isso lá, não é só passar o fax que sai na hora. A pessoa autorizada é o Comandante, é o Capitão responsável pelo SFPC que autoriza as guias de tráfego. Não é na hora que sai isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só quero entender o seguinte: se você tem uma encomenda, já sabe o dia que essa encomenda vai sair, logicamente, um dia antes, você tira a nota fiscal e manda o pedido. E foi assim? Você mandou um dia a nota fiscal e fez o pedido para a guia de tráfego de toda mercadoria.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer, no dia anterior à prisão do flagrante vai ter um fax no Exército pedindo esse... É isso?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não saberia informar a você assim, mas com certeza o procedimento existe, e é esse. Foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas vai ser no dia anterior à apreensão?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - No dia anterior, é óbvio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - No dia anterior à apreensão tinha um procedimento pedindo sobre toda mercadoria que foi para o caminhão. É? Isso é fácil de saber.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - É fácil de saber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vou pedir as cópias ao Exército de tudo o que chegou lá. Isso é fácil.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Para o senhor entender, não sou eu que faço essa parte. Parece que eu é que comando uma empresa sozinho, e não é o fato que eu comando uma empresa sozinho. Tem pessoas que são incumbidas de tirar notas...



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Por isso perguntei. O senhor não quer dizer quem são.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso é o que ela quer saber: se no dia anterior isso foi feito. Vou pedir os fax do Exército e vou ver que foi no dia anterior à apreensão do caminhão, exatamente do material que estava no caminhão. Se bater está tudo certo, se não bater está tudo errado. É simples.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eu não saberia te informar nessa parte... Não quero me prolongar porque não sei. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque se foi, por exemplo, já no dia ou no dia posterior que foi pedida alguma coisa desse negócio, então não tem mais sentido nenhum. Isso tem que ter sido pedido antes, porque depois é só uma cobertura para dar legalidade a um fato irregular, compreendeu?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Continuando, pelo o que eu tenho lido, vou imaginar, Leandro, que você, efetivamente, não sabia de nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só outra pergunta. Chegou essa autorização?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não lembro, não tenho acesso a essa informação, porque foi à tarde o fato ocorrido de liberação desse caminhão, enfim, não participei diretamente disso. E no outro dia ele teve a surpresa. Enfim, fiquei o dia inteiro envolvido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E você não sabe até hoje se chegou essa liberação ou não.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não tenho informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque é outra coisa complicada.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Permita-me, Deputada. Depois do fato ocorrido não existia só um fato, uma mercadoria, que é esse fato do caminhão, enfim, essa situação. Existiam mais mercadorias esperando liberação. E depois de todo esse processo não sei como é que o processo foi acompanhado, Exército, Polícia Federal, enfim, foi feito todo um procedimento lá de apreensão. Enfim, o que eles quiseram levar, levaram. Teve um acompanhamento junto, Exército e a Polícia Federal. Eu quero que vocês entendam que não pude fazer muita coisa.



O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Permite-me um aparte, Deputada Laura Carneiro?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Claro.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Leandro, qual é o patrimônio da empresa?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Patrimônio da empresa. Olha, não saberia dizer, assim, em número...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Qual a sua função na empresa? Você só era procurador da empresa?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eu só era procurador da empresa.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Você não faz parte na construção da empresa, no contrato social como sócio ou como sócio gerente nem de nada?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Por que a sua empresa precisava de um procurador? Quem criou essa figura de procurador na empresa?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - O meu pai é uma pessoa humilde, com pouca instrução, pouca mesmo...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Seu pai é o sócio fundador da empresa?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - É. Mas é uma pessoa honesta, íntegra e que, como acho que não devo ser, com certeza, a primeira pessoa que ajuda seu pai desde criança a fazer a coisa acontecer e fazer o trabalho honesto...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O seu pai é sócio fundador da empresa?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - O meu pai é o sócio fundador.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Não tinha outro sócio que se desligou da empresa posteriormente?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Acho que teve, no início teve.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Qual o nome do sócio?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não saberia informar.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Não sabe informar.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - É uma pessoa que até hoje, não sei se... acho que desde o começo...



O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - A empresa tem quanto tempo de fundação?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - A Empresa Brustolin, desde 1986, 1987. Começou...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Seu pai já possuía outras empresas antes de criar a Leandro Brustolin?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, não. Essa foi a primeira empresa. A gente sempre só trabalhou... o meu pai ele era motorista de caminhão, enfim, tinha caminhão e fazia o trabalho dele 18 anos atrás, como qualquer outro negócio. Primeira função foi loja, aí eu depois, posteriormente, eu me desvinculei. Eu tive loja minha, própria, loja de caça e pesca. Há uns anos para trás, não saberia te dizer quanto tempo, a empresa Brustolin é distribuidor exclusivo da CBC e da IMBEL. Mas tipo uns 8 anos atrás que aí eu vendi essas lojas. Tinha uma loja, depois abri outra, mas fechei tudo na própria região. Fiquei com uma só, aí vendi a loja e fui trabalhar com o meu pai.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Vamos voltar ali para o Alfredo. Você... Vamos voltar para a Estação antes disso. Estação deve ser uma cidade bem pequenininha, não é?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Bem pequena.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Bem pequena.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - A cidade até ela é... quem é da minha terra lá é, hoje, ele foi Ministro, se não me engano, o Odacir Klein.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah! O Klein eu conheço; uma gracinha.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - O Klein é da minha cidade.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Bom, foi Deputado e Ministro dos Transportes.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Mas a gente faz tempo que...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas é uma cidade pequena, não é?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Pequena.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quantos mil habitantes?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Tem 8 mil habitantes.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, deve ter uma praça só na cidade?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Com certeza.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E uma igreja?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Uma igreja.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Só uma igreja?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, mas é bem legal.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não estou dizendo que ela é feia, não, deve ser uma gracinha a cidade, mas atrás dessa igreja tem um depósito. Não tem?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Sim.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Esse depósito é de quem? O que faz lá? Por que esse depósito é abandonado? Como é que é?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não. Esse depósito é dessa empresa que eu sou sócio...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - De que empresa?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - ... que eu sou sócio de uma empresa...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Da tua empresa?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não. A que eu estou exercendo agora...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Da de material de pesca?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Pesca. Isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Hã... Tá bom. E aí? Esse depósito então é da tua empresa de material de pesca?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Meu Deus do céu! Eu estava achando que eu ia... e piorou então para você.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, não. Não tem porque eu não dizer. Essa empresa...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, era lá que estava a caminhonete onde foi carregada a munição. Porque é assim: a munição ou o fundo falso não foi colocado na empresa, na Brustolin, foi colocada nesse galpão, atrás da igreja, que também, muito por acaso, é dele também.



O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não. É meu e de um outro sócio, eventualmente. Não é só meu. Essa empresa que é aonde até eu estou trabalhando agora, empresa de material de pesca.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Olha só. Por que foi lá que a caminhonete foi fazer o carregamento da munição e não na Brustolin?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - A Brustolin... nesse aparte eu vou estar entrando no meu processo de novo, mas eu vou fazer...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não é teu. Aqui o que eu quero saber é do rei das armas, porque o Antônio Ferreira é chamado rei das armas. Queremos saber é do rei das armas. Você é uma parte da operação, mas o importante para nós é o rei das armas.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não. Tudo bem. Assim, o que eu quero colocar é que a sede da empresa é uma loja que foi constituída, onde tem o depósito...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Que é essa que é nos fundos da igreja?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não. É a loja sede da Brustolin. Foi adquirido um outro estabelecimento em nome da Brustolin, onde foi pedido uma vistoria para se tornar depósito e tal. Quanto à empresa onde o fato... falou essa empresa atrás da igreja, ela é de propriedade, é um pavilhão, não é um galpão, é um pavilhão e ela tem, lá tem dono, é óbvio, um dono, tem uma empresa que é dono e é onde eu faço parte.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Você não falou nada do que você já tinha falado. Isso eu já sabia. Quer dizer, não sabia, não, agora que eu fiquei sabendo, mas, enfim. Essa empresa então, o galpão onde foi feito o carregamento pelo Alfredo foi nesse galpão.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Só que com segurança, tudo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quer dizer, onde teria sido, não vou dizer, afirmar que foi, mas teria sido. Agora, essa caminhonete que estava carregada de munição também foi apreendida?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só para saber. Ele deu uma informação interessante e eu quero saber: "*com segurança*". Tinham as medidas de segurança necessárias para isso?



O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É? Vocês tomaram as precauções necessárias nesse aspecto, porque, afinal, carregando coisa que explode...

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Isso eu quero dizer para vocês assim, aos senhores, essa parte, no que tange a essa parte eu já estou respondendo, eu não, a empresa já está respondendo um processo administrativo dentro do Exército. Então, eu quero que os senhores entendam...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Porque houve esse transporte?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim. Só para saber que as medidas de segurança nesse carregamento, feito fora da Brustolin foram tomadas.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Sim. Corretamente. Olha, todas as precauções que possivelmente tenham acontecido, os fatos ocorridos ali de depósito, enfim, a mídia pode lançar o que quer...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não estou falando de mídia, não. Estou falando de inquérito.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Mas o fato que aconteceu foi um fato pelo menos para a empresa a qual eu era procurador foi muito constrangedor, porque a mídia não...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu diria que mortal.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - ...não perdoou.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Claro.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não tinha nada, muito pelo contrário, usou de todas as formas, o que podia, sem saber o que diretamente, mas enfim, a empresa já está respondendo um processo administrativo. Isso se tornou um processo administrativo. Todos esses procedimentos de carregamento, enfim, depósito da parte da empresa Brustolin.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Agora, essa caminhonete foi apreendida, está certo?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Essa caminhonete... Existiam 2 caminhonetes. Duas caminhonetes estão apreendidas da empresa em nome da empresa.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E essas caminhonetes que estavam em nome da empresa foram as caminhonetes que estavam no pavilhão, como você diz, dos fundos da igreja, não é isso? E elas...

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Tem pátio lá, com segurança...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Nesse pátio. Essas duas caminhonetes estavam nesse pátio.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Esperando a liberação de guia de tráfego com mercadorias...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Com a munição dentro.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - ...com mercadorias, não só de munição como ela é usada tanto para entrega de material de pesca como a parte de ...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas no caso, vamos dizer...

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, não. Existiam as mercadorias de pesca e de caça dentro desse veículo esperando, com notas fiscais, esperando a liberação para serem entregues. Esse é o fato. Simplesmente elas foram recolhidas junto com esses milhões de munições que dizem aí que está nessa situação dos números.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Espera aí. Deixa eu ver se entendi. Além dessas 2 caminhonetes, quer dizer o fundo falso já estava nela...

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, não, não, não. Não tem nada a ver.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não? No caminhão?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não tem nada a ver uma coisa com outra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O fundo falso estava no fundo falso lá no posto, não foi?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Essa história do caminhão, isso aí é um processo no qual eu fui indiciado — me reservo o direito de não falar — agora quanto às caminhonetes que estão envolvidas nesse processo isso eu posso falar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas é sobre as caminhonetes que eu vou falar, porque o que o Humberto falou em juízo, em juízo, mentira, falou no auto de prisão em flagrante foi que essas caminhonetes foram colocadas — aqui está até a expressão — “*fundo a fundo*” com o caminhão. Por isso que eu disse que o caminhão tem a ver com as caminhonetes.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Olha, eu não posso responder o que o Seu Humberto falou, o que...



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É porque o Seu Humberto era o motorista.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não posso...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Tudo bem. É só para você não achar que isso...

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, não, mas assim, eu quero, não sei se você entendeu...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Qual é sua relação... Tudo bem. Vamos mudar de assunto, se possível. Qual é sua relação com o Alfredo? Ele trabalha há 2 anos só.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - O Alfredo é um funcionário da empresa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim, mas você confia nele? Vocês, além da relação do dia-a-dia na empresa, vocês saíam para jantar, vocês tinham um relacionamento fora da empresa, ou não?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Olha, eu considero como uma pessoa íntegra, trabalhando na nossa empresa, nunca teve problemas.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não foi essa a pergunta. Eu perguntei qual é o relacionamento que o senhor tem com ele. Se o senhor tem algum relacionamento fora da empresa, se o senhor tem intimidade, conhece a esposa dele, os filhos. Ou se não tem nenhuma intimidade.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, a gente tem. Até porque é uma cidade pequena?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - São amigos.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - A gente é conhecido, amigos, como sou amigo de todos os funcionários, enfim, de praticamente toda a cidade.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas de freqüentar a casa ou ...

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não vejo qual é a diferença de você ser amigo de freqüentar a casa ou não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - A diferença é o grau de intimidade que a gente tem com as pessoas. Claro.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Assim, eventualmente poderá até, mas eu acho que até nem tanto assim. Ele é meu funcionário, era meu funcionário. Funcionário da empresa.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Está bom. Presidente eu, pelo menos por enquanto, paro por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Neucimar Fraga, quer fazer alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sim. Só continuando a minha participação dentro do aparte concedido pela nobre Deputada Laura Carneiro, eu perguntei sobre o primeiro sócio da empresa, se desligou. Vocês, quando criaram a empresa, já criaram ela com essa finalidade, de ser uma distribuidora de munição para a CBC?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Ela foi criada então com qual finalidade?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Ela foi criada com a finalidade da época, como todas as lojas, loja de venda de material de caça e pesca. Uma loja normal.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Dá para você dizer se tem alguma coisa fora do normal mas...

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Uma loja normal como qualquer outra loja.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Você sabe a média de faturamento da empresa. Você sabe?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Anual.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, não saberia te dizer assim. Agora não saberia dizer.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Você era o procurador. Seu pai te deu a procuração pra ser gerentão da empresa praticamente, porque você disse que tem uma procuração, procuração de quê, para ser o que na empresa?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Olha, para pagar contas. O que o procurador faz... Mas, volto a dizer...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Comprar, vender, administrar, controlar a parte financeira.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Claro.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Tudo isso.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Fazia o gerenciamento, é óbvio.



O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Você passou praticamente a ser o dono da empresa com a procuração.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Resguardado o direito de seu pai, claro, de sócio.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Empresa de família.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Pois é, mas eu quero saber...

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Sim, sim. Não, não, concordo.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Seu pai te deu a procuração para quê? Para ser gerente comercial, para ser gerente administrativo, para ser o gerente financeiro, ele te fez gerente para ter autonomia para todos os setores da empresa. Você tinha acesso a todos os setores, porque você tinha procuração para isso. Correto?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Correto.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Então você sabe qual é a média mensal, não precisa ser exato, uma média mensal de faturamento da sua empresa.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Olha, não é nada exorbitante. Não sabia te dizer assim, se eu te dizer é um número... eu posso estar falando errado, posso está falando...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Não, pode falar errado, não tem problema.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, não sei, não sei.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Qualquer pessoa que tem um estabelecimento, que seja ...

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Olha vou dar o mínimo e vou dar o máximo. Uma empresa que fatura na faixa do que, de 150 a 200... até porque caiu muito, enfim, com toda essa nova lei, o ramo deu uma retraída muito grande.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Correto.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Tanto que na...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vou fazer uma pergunta só de curiosidade: com essa retraída, vocês tiveram alguma possibilidade de exportação aí?



O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não. Não, não. A gente... Eu faço particularmente Administração/Comércio Exterior. Busco almejar alguma coisa, acho que seja aí o futuro do nosso ramo. Eu digo porque eu só sei fazer isso. De repente eu tenho que procurar hoje, estou tentando procurar outras coisas porque realmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não tinha nenhum cliente no exterior.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, não, não, não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Vocês chegavam a importar mercadoria?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, não. A nossa empresa exclusivamente só compra mercadoria. Isso, assim, é só... Ela é distribuidora contida no CR da CBC e da IMBEL. IMBEL a gente só vende pólvora de caça. Nada mais. Somos distribuidores da IMBEL, a empresa é distribuidora da IMBEL e da CBC. CBC cartuchos de caça, basicamente. Claro que com essa retraída afetou não só o segmento de armas, como todo ramo, em geral. Mas ainda eu acredito no ramo como todas as fábricas devem acreditar. E a gente está tentando tocar.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Nesse dia que o caminhão chegou na sua empresa, você estava na empresa?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eu estava na empresa.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - No dia em que o caminhão chegou...

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - No escritório da empresa.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Pra levar mercadoria, não é, cujo pedido havia sido feito pelo Sr. Antônio Farias, não é?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Isso.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - A sua empresa tem alguma filial no Brasil?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Filial? Não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sede só em...

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Só em Estação.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Só em Estação? Você não tem mais outra filial?



O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Não.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Sede em Estação.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Vocês têm alguma outra empresa menor que distribui para vocês em outras regiões do Brasil?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Não. É só na Estação?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Só. Só na Estação.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Então, nesse dia que vocês tinham esse encomenda para fazer, para ser atendido, o pedido que havia sido feito, você estava na empresa?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Estava na empresa, no escritório da empresa.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - A operação de venda era à vista ou a prazo?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - A prazo.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - A prazo?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - A prazo.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Em nome do Antônio Farias?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Em nome do Antônio ou da empresa dele, não é?

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Hã, hã!

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Empresa... Porque, assim, a empresa do seu Antônio que... Eu não me recordo se são duas ou três, enfim. Acho que duas.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas era uma operação de venda a prazo?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Venda a prazo. Normal como qualquer outro cliente.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O caminhão chegou à sua empresa e carregou, fez o carregamento. É isso?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Ele fez carregamento. Eu não acompanhei.



O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O.k. Depois, você disse que tinha um depósito nos fundos de uma igreja, onde tinha... lá funcionava como um depósito da sua empresa de pesca?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Isso. É uma empresa.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Era outra empresa?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Isso.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Qual é o nome da empresa?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Sulpesca.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sulpesca.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Sulpesca.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Você disse que tem um sócio dessa empresa, qual é o nome dele?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Vilmar.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Vilmar de quê?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Vilmar Neumann.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Neumann?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Neumann.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Neumann. Na empresa que você tinha a procuração do seu pai, você trabalhava no ramo de pesca e caça. É isso?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não. A empresa Brustolin é exclusivamente só de caça.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Só de caça?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Só de caça.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Só de caça. E você, mesmo tendo a procuração do seu pai, você também criou uma empresa pra você com outro sócio de...

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - É. Já faz muitos anos, também.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - ... pesca e caça, também.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Isso, eu acho que eu nem tinha a procuração ainda quando eu...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas de pesca e caça?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não só de pesca.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Ah, só de pesca.



O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Só de pesca.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Aí o senhor inverteu?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Só de pesca.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Tá. E vocês tinham um depósito, então, no fundo.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - É. Esse fundo é que eu quero que vocês esclareçam melhor.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - A sua é só de pesca? É isso que eu quero saber. A sua é só de pesca?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - A minha é só de pesca.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Só de pesca?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Hum, hum!

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E neste depósito foi dito, no processo, que existia uma caminhonete, não é isso? Duas caminhonetes?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Duas caminhonetes.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Nesse depósito?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - No pátio.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - No pátio.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - No pátio.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Na empresa que faz o comércio só de pesca, por quê tinha munição lá? Na de caça, a gente entende. Agora, na de pesca?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Você quer saber a munição nas caminhonetes?

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Isso, porque elas estavam num depósito de empresa de pesca?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - As caminhonetes estavam no depósito, porque o único lugar seguro é nesse depósito. Tem um pátio, onde volto a colocar pra vocês, para os senhores, que as caminhonetes é... fazem entrega.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Qual a distância da empresa do seu pai e a sua empresa?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Mil metros.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mil metros.



O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - É.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA- Então, na empresa de caça, onde estava autorizada a comercializar munição, não é isso?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Hum, hum!

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Você disse que não tinha segurança, que a segurança existia lá no depósito da empresa de pesca.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Existia um pátio para deixar as caminhonetes, entendeu? Existia um pátio para deixar as caminhonetes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora só de curiosidade, vem uma coisa. Vocês carregaram sempre os caminhões sem ter a guia de...

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - É isso que eu quero colocar pra vocês, que se passa fax. Assim, oh! Se deixa pronto pra sair, entendeu, para entregar a mercadoria. O que se faz? Não é de uma hora para outra que sai... que vem essa liberação. Então, pra adiantar o trabalho, o que é feito? Não pode dizer que é eventualmente ou que sempre é feito dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quanto demora uma liberação, quando tu mandas o fax?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Depende.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso, como eu disse, eu vou requisitar todos os fax. Aí eu vou saber os fax que vêm e os que foram, vou saber o tempo que demora.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Depende, depende. Lá tem liberações que sai. Se tu pegares... Se a gente pegar lá o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É nós vamos pegar todos lá.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - ...o responsável que assina, ele vai lá pegar, vai requisitar várias autorizações de fax, vamos supor. Março, tu vais requisitar lá, tu vai ver que as datas que têm ali... Eu não saberia dizer assim. De repente, é passado o fax na hora e meia hora depois vem. De repente demora um ou dois dias.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eles estão fazendo uma auditoria das compras da empresa. Então, eu conversei com o advogado e ele



vai fornecer para CPI auditoria que eles próprios estão fazendo na empresa. Só para V.Exa. saber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, auditoria tudo bem, mas eu digo, o que me interessou foi esse da autorização, que eu acho um ponto interessante, que a autorização é feita no Exército.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - É feita no Exército.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E nós vamos pedir todas as guias da empresa e o tempo que levou pra liberar cada uma dessas guias, compreendeu?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O que ficou claro é que não houve liberação da guia antes da mercadoria andar. Esse é o problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Da guia. Tinha nota fiscal, mas não tinha a guia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E se a sistemática da empresa era esta... Porque é terrível essa sistemática de tu carregares o negócio sem ter documentação. Quer dizer, eu carrego para depois ver se a documentação vem.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E aí a gente aproveita e vê se só essa empresa faz isso ou se outras também.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - É até comum carregar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quantas vezes o senhor negociou com o Sr. Antônio?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Olha, exatamente, porque assim, oh! Existem vendedores e o Sr. Paulo Schiling era um vendedor que fazia esporadicamente algumas vendas. É a relação que a gente tem disso. Eu não sei lhe dizer quantos. Mas não foram muitas. E era um período curto. E isso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O que, 10, 12?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - De repente nem isso. Não, eu não, assim... Exatamente eu quero dizer, mas... Menos que 10. Eu acho que menos que 10. Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Umas 8.



O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Contando assim... Pegando o ano passado, eu acho que ele é um cliente da empresa, não sei se de 1 ano para cá, que ele é cliente, entendeu? E eventualmente não era uma empresa que comprava direto, também, tu me entendeu? Esporadicamente. Nunca, nunca, jamais, tinha vindo caminhão e tal. Sempre ia por transportadora ou... Porque a empresa tem caminhões, essas caminhonetes que faziam o trabalho numa região que você atua, que é onde... porque há concentração de lojas. Não sei se é de conhecimento dos senhores, há concentração de lojas de caça e pesca. Ela começa do Rio Grande do Sul, que tem uma cultura. O povo do Sul tem uma cultura maior. Não é que vou, dizer assim, desmerecer os outros, em hipótese alguma. Então, existem muitas lojas do Rio Grande do Sul partindo para cima. É óbvio que partindo de São Paulo pra cima a coisa começa a espalhar. São segmentos que ficam mais em mãos de poucos. Enfim, no Sul, cada cidade tem uma loja de caça e pesca. Isso, se não me engano, o senhor nasceu no Sul, não é? Pelo que me falaram, não conheci. Deve conhecer a cultura, lá é maior, então, assim, a caça lá é liberada. Este ano, parece que estão liberando a caça de novo. Então, é esse mais ou menos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, o senhor acha que foram umas 8 vezes, mais ou menos.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eu acho que isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mais ou menos isso.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Assim, oh! De repente, até menos, entendeu? Não, não... Acho que a coisa... Não é cliente nosso assíduo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu peço um aparte, só pra perguntar um pouquinho mais do fundo falso que eu fiquei curiosa. É verdade que os clientes, quer dizer, os seus clientes, que compram a munição e as armas, trabalham normalmente... O argumento de trabalhar com fundo falso é que o fundo falso, vamos dizer, impediria o furto, o roubo, dificultaria qualquer tipo de roubo na estrada, quer dizer, qualquer assalto a esses caminhões?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Olha, nessa parte, eu não saberia informar nada, porque os veículos das nossas empresas, os que fazem entrega, eles não existem fundo falso em veículo da empresa Brustolin. O que existe na empresa Brustolin são veículos que têm um compartimento que separa a espoleta da pólvora, e isso dentro do baú tem.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Claro.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Agora, o resto, quanto a assunto de fundo falso, eu não sei nada.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor chegou a ver o caminhão?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eu tive é... Nessa... Eu tive... Eu passei e vi o caminhão. Não vi mais nada. Eu vi o caminhão.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E o senhor viu o caminhão, o senhor pôde constatar a existência de algum fundo falso ou era...

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pro senhor, olhando a olho...

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, não, não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sem, vamos dizer, sem procurar não tinha nem chance de ver.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não vi, isso posso falar, não vi presença de fundo falso internamente...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor acha que esse fundo falso já teria vindo já com fundo falso ou que ele foi instalado na cidade de Estação?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Olha, palavra minha, isso aqui eu posso falar com certeza.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Claro.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Se existe fundo falso, isso você tem que apurar...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Isso existe?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Existe.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Existe, ponto. A minha pergunta é...

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Impossível, eu duvido — e não existem indícios, não existem conhecimentos, não existe nada que tenha... Isso aí, se veio, veio do destino dele. E não existe, entendeu, eu não saberia...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Existir, existe; então eu diria... O senhor pode dizer assim... O senhor diria que já veio lá do Seu Antônio com o fundo falso? Porque o fundo falso existe.



O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Se carregou na Rossi do jeito que carregou, eu não sei, não sabia.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Está bom.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Leandro, você nos disse que o caminhão esteve na empresa do seu pai. Correto?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Correto.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Correto? Seu pai tinha alguma ligação com a espoletaria da Rossi?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Se o meu pai tem alguma... Não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Não, o.k.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - A empresa tem a ligação comercial.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O.k. Então, a empresa é do seu pai, você já disse o nome...

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Brustolin.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Brustolin. A sua é a Sulpesca, o.k? E a sua empresa fica distante da empresa do seu pai cerca de mil metros.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - É, mais ou menos.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Correto? A sua empresa possui um depósito no fundo de uma igreja, na cidade de Estação. Segundo o depoimento, o caminhão chegou no Rio Grande do Sul, ele fez um carregamento na espoletaria da Rossi, porque o Paulo era vendedor de outras empresas, representante. Então, ele tinha uma encomenda na Rossi e ele encaminhou o motorista para buscar a segunda encomenda. Ele chegou até a cidade lá de Estação, foi abordado pelo Alfredo, que... O Alfredo ele é funcionário da sua empresa, a Sulpesca, ou da Brustolin?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Ele trabalha na Brustolin.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Ele não trabalha na Sulpesca?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Correto. Então, o caminhão dele foi abordado pelo Alfredo e encaminhou, pediu que o motorista o seguisse até o local onde faria o segundo carregamento. Esse caminhão, então, você disse que esteve na sua empresa, na Brustolin?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, isso eu não saberia informar.



O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Não, mas esse caminhão esteve no depósito da sua empresa, a Sulpesca?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Esteve.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Na Sulpesca. Tanto você, da Sulpesca, como a Brustolin tinham encomendas para o Sr. Antônio Farias ou era só a Brustolin?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Isso eu não saberia informar agora.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - A Sulpesca tinha feito alguma transação comercial com o Sr. Antônio Farias?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Que eu saiba, não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Não, então a transação comercial foi feita entre a empresa de seu pai, que você tinha procuração, e o Antônio Farias, mas ele não se dirigiu à empresa do seu pai, ele foi ao depósito da sua empresa, a Sulpesca, buscar mercadoria. É isso?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Nessa parte, eu vou manter silêncio.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O.k., tudo bem. Sr. Presidente, eu estou percebendo aqui é que a transação comercial foi feita com a empresa do pai dele, a Brustolin, com o Sr. Antônio Farias. Não existia uma transação comercial entre a Sulpesca, mas, segundo depoimento do motorista, quando ele chegou na cidade de Estação, ele não foi à Brustolin, ele foi lá ao depósito da Sulpesca, onde já tinha uma caminhonete carregada de munição, que, com certeza, deve ter saído da empresa Brustolin, para ficar no depósito com segurança, como você afirmou. Lá, nesse depósito, a caminhonete foi colocada a traseira com o caminhão e foi passada a mercadoria das caminhonetes para o fundo falso do caminhão. Segundo o relato, o fundo falso era um mecanismo utilizado pelas empresas, foi informado ao motorista, para evitar assalto no trajeto até ao Estado de Pernambuco. Então fica claro aqui que o caminhão não esteve na Brustolin ele esteve no depósito da Sulpesca para receber uma encomenda da Bustolin que estava à espera do caminhão. Passo a palavra para o Presidente novamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tenho uma curiosidade, vocês vendem espoleta também?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Vendemos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E por que eles compraram espoleta na Rossi e não compraram de vocês? Tudo que eles vendem na Rossi eles vendem lá também.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu acho que na roça eles compraram a tal da Taquari, que é aquela espingardinha do pessoal nordestino.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - A Rossi só tem 2 tipos de espoletas, a espoleta para cartuchinha de metal e espoleta para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E vocês vendem os dois?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, eu só vendo deles a empresa só comercializava a espoletinha Taquari, conforme a informação dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A empresa de vocês só comercializava a Taquari?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, e a espoleta de caça da CBC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vocês não vendiam aquela espoleta que ele comprou na Rossi, vocês não vendiam?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tem certeza disso?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Essa é uma dúvida que eu tenho.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - A Taquari, que é aquela fininha de nordestino, quem vendia é a Rossi, e ele vende da CBC, que é outra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A da CBC é equivalente à da Rossi?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - A da CBC é melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É melhor.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Vamos supor, comercialmente é uma espoleta... E como a gente procura ser fiel às empresas de que a gente é distribuidor, a gente procura vender mais o que se vende, o que a empresa Brustolin vendia, não estou a par agora, mas é a espoleta CBC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, porque me dá curiosidade por que ele não pegou toda a carga lá, ele pegou parte da carga na Rossi.



O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Tem uma relação comercial com a Rossi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pode ser uma relação comercial e pode ser também porque as notas estavam todas no nome da Rossi. As notas encontradas estavam no nome da Rossi.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O que caracteriza nesta transação, Presidente, é que a mercadoria seria transportada para Pernambuco através das notas da Rossi e ela foi até o depósito da Sulpesca pegar uma mercadoria que não tinha nota. Por isso que essa iria no fundo falso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ela precisava...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Esquentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É por isso, não tem muito sentido de não ter comprado tudo lá.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Mas eu não vendo espoleta. A empresa não vende, até a quantidade...só gostaria de esclarecer a vocês: A empresa não vende espoleta da Rossi, essa espoleta que...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas vende da Taquari, não vende?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E vende da CBC, que é a mesma coisa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Vende da CBC para a Taquari, estou dizendo.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Comercialmente a CBC é mais cara.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas a Sulpesca não vende munição?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. Com a palavra, então, o nobre Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Leandro, o senhor tinha conhecimento que o carro, o caminhão do Seu Antônio tinha fundo falso?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Em hipótese alguma.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Há uma informação aqui de que os seus empregados estariam equipando esse fundo falso para...O senhor não tomou conhecimento disso?



O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não e até duvido que teriam feito alguma coisa sem... isso em hipótese alguma.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor, além vender material para o Seu Antônio, vende para outras empresas, para outras pessoas no Nordeste?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Muito pouco.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mais ou menos em que Estados?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Olha...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Além de Pernambuco?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Deixa eu me lembrar onde é que deve ter clientes... Nordeste, Recife...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Paraíba, o senhor vende para a Paraíba?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Paraíba... Olha, eu não saberia dizer, mas deve ter uns 3 a 4 clientes, enfim, eu não saberia lhe dizer agora de cabeça, até porque faz 70 e poucos dias que eu estou afastado da empresa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Mas além de Pernambuco tem outros Estados do...

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Olha, alguma loja... Praticamente vou dizer assim, não que todas as lojas autorizadas, de caça e pesca comprem de nós, mas como é que eu poderia dizer, sempre tem uma relação comercial com uma ou outra. Então, a empresa vende em vários Estados. Não saberia lhe dizer assim especificamente, não é por não poder dizer porque isso aí é fácil de saber. É pegar documentos e comprovar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor possui um carro vermelho?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não? O carro que o senhor possui...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É uma Blazer prata.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É uma Blazer prata? Já tem a placa também?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eu não lembro da placa, mas pode pesquisar, isso é fácil.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Só precisa depois os números das contas, dos telefones.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A relação do senhor com o Seu Antônio era apenas comercial?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Olha, volto a repetir, nunca vi o...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor não conhece o Seu Antônio?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não conheço, fiquei conhecendo aqui... vista. Nunca mantive contato com ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E quem era a pessoa que, na sua loja, ou seja...

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Contato comercial quem fazia com essa empresa do Seu Antônio, é a pessoa citada, quem fazia é a pessoa do Paulo Schiling que fazia relação comercial, como qualquer relação comercial que ele fazia com qualquer outro cliente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sei.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Ele indicou alguns clientes, entendeu? E fez, não sei se pode-se dizer, uma forma de bico que nem a...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer que o senhor não conheceu e nunca teve contado com Dayan José Leitão de Farias?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Que seria...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Esse é o nome da empresa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Hein?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Esse é o nome da empresa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É, mas é o seguinte, é que...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Dayan é o nome da empresa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É da empresa. Dayan José Leitão de Farias. Não teve contato com essa empresa, não?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quando o senhor foi preso, o senhor estava aonde no momento em que o senhor foi preso pela Polícia?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Fui preso pela Polícia, eu estava à disposição deles mostrando todo... eu fiquei o dia inteiro mostrando tudo o que era, explicando. Foi feita conferência de mercadorias, foi feito... de armas e munições. Saiu na imprensa que foi recolhida munição ilícita, enquanto não tem nada de ilícito.



Eu fiquei à disposição deles o dia inteiro e recebi o mandado de prisão na parte da tarde, acho que era umas 5 horas, 5 e meia, por aí.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós vamos neste momento agradecer. Não sei se o Presidente ainda queria usar da palavra. Eu ia perguntar ao senhor o seguinte: no dia que o caminhão esteve no seu depósito, você esteve no depósito?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Estive, de passagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas esteve?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Estive, estive de passagem. Entrei e saí. Porque eu estava envolvido com outras coisas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Você sabia que o caminhão estava carregando no seu depósito?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eu estive de passagem, não saberia lhe informar, mas provavelmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - De passagem que eu falo é assim: você esteve lá, ficou quanto tempo?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não devo ter ficado mais de 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Cinco minutos? Nesse período que você esteve no depósito, você abordou alguém?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Cumprimentou alguém?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eu não lembro. Eu não saberia informar agora, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não lembra? O motorista que estava sendo... Nem se interessou? Viu um motorista dentro do seu depósito...

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, eu sabia que ia haver...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quem é o seu responsável encarregado pelo depósito ali?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eu tenho uma secretária lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - No depósito?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Essa empresa...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ela estava no momento em que o caminhão estava carregando, a secretária?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Acho que deveria estar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual o nome dela?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Marisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Marisa. E você entregou a cópia do pedido ao motorista do caminhão lá no depósito?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, não. Eu não saberia te responder agora, não. Não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Você não lembra se você entregou uma cópia de um pedido? *“Olha, isso que foi o pedido que eu combinei com o Paulo, da mercadoria, a cópia do pedido está aqui”.*

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Essa parte, eu quero colocar para ti assim, para o senhor, que também está relacionada no processo, então eu quero... nessa parte de... toda essa parte acho que eu já esclareci bem dentro do que eu poderia. Não leva a mal, mas assim....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Está relacionada ao meu processo. Volto a dizer: Toda a parte administrativa, a empresa já está sofrendo e já sofreu demais, e está sofrendo um processo administrativo sobre toda essa ocorrência. Volto a colocar a vocês, assim, a questão desse depósito atrás de uma igreja. Então, de repente, para as pessoas, como saiu coisas muito distorcidas, que não é atrás de uma igreja. É um depósito com uma boa aparência, onde os veículos, quando não estavam a serviço, ficavam ali, porque a gente não tinha outro. Isso está sendo... A empresa, a Brustolin ainda não tinha um lugar pra deixar os veículos. Então os veículos ficavam ali, com portão, com segurança. Mas não é um depósito, assim como, de repente, lê um papel e acha que: “Ah, é um galpão” Um modo de dizer, assim: “Ah, no fundo de uma igreja, de repente um”... Sei lá, nesse sentido, quero esclarecer aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sr. Leandro, deixe eu dizer aqui algumas coisas. O depoimento na CPI serve muito mais pra gente ter uma convicção da culpa da pessoa. Muito mais isso do que qualquer outra coisa. Portanto, geralmente o depoimento é a chance de a pessoa mostrar para a CPI que



realmente não estava envolvido numa criminalidade maior. Compreendeu? Portanto, também para mim tanto faz se a pessoa for dizer: “Olha, isso não quero responder”, ou coisa parecida, porque cada vez que a pessoa diz que “isso não quero responder”, ela está respondendo. Compreendeu? É a mesma coisa que responder. Por isso, o que nós medimos num depoimento, principalmente num depoimento de uma testemunha que teve todo um envolvimento num problema desse, é se a testemunha estava envolvida de boa-fé ou de má-fé. Se estava de má-fé, é lógico que o procedimento da CPI vai ser no sentido de se buscar tudo dessa pessoa e buscar integralmente e responsabilizá-la por todos os atos. Se a CPI chegar que essa pessoa está de boa-fé, nós vamos buscar atenuar a situação dessa pessoa, justamente pela convicção que deu à CPI de uma atuação de boa-fé. Tem alguns pontos que não batem. Por exemplo, o senhor disse que o depósito, atrás da igreja, ele era mais adequado. Como é que uma firma recebe autorização do Exército sem ter um local adequado para fazer carga e descarga? Quer dizer, não poderia ter autorização do Exército. Se ela não tem um local adequado para fazer carga e descarga de munição de explosivo, que é pólvora e tudo mais, como é que vou dar autorização? Quem foi do Exército que deu uma autorização para a sua firma funcionar, se ela não tinha um local adequado de carga e descarga? Como é que foi feita essa vistoria? Ou não foi feita? Porque pelo que eu saiba, tem que ter regras para isso acontecer, tem dimensões, tem todo um cuidado. Por isso que eu lhe perguntei aquela hora das precauções. Quer dizer, para se estabelecer uma firma aqui, inclusive que monta munição, que é no caso de vocês...

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, a gente não monta punição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vocês só recebem munição?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não. A gente não monta munição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vocês não montam o cartucho?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, não. Em hipótese alguma, não. A gente só... Como é que diz a palavra técnica? Porque as embalagens que as indústrias vendem são embalagens maiores. A gente fraciona, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, fraciona.



O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Tem cliente que... Não. Só um minuto. Tem clientes que não têm condições de comprar 300 cartuchos de caça, vamos supor. E hoje, mais do que nunca. Um cara compra uma caixinha de cada calibre, e a gente faz. Essa é a função...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas, de qualquer jeito, vocês guardam. Quer dizer, vocês tinham lá mais de 1 milhão de cartuchos nesse sentido, que foram apreendidos. Agora, eu fico abismado é como é que foi dada essa autorização do Exército, se vocês não tinham um local de carga e descarga adequado. Carga e descarga de munição, não estamos falando carga e descarga de banana, de laranja, ou coisa parecida, estamos falando de carga e descarga de munição. Quer dizer, quem é do Exército que foi lá para lhe dar uma autorização se a sua firma não tinha um local adequado para isso? Como é que isso foi conseguido? Ou ela tem um local adequado de carga e descarga?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Sr. Presidente, nessa questão, volto a frisar para o senhor, a gente está respondendo processo administrativo sobre esses fatos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não. Aí é muito mais grave, porque se ela não tem um local de carga e descarga e foi dada uma autorização, então quem deu essa autorização dentro do Exército foi conivente com isso. E aí é muito mais grave do que isso. E aí o negócio vai avançar muito mais e esta CPI vai pedir uma devassa total. Não quero mais saber de botarem a mão por cima de nada. Como também essa questão dessas autorizações de guia de trânsito. Isso o senhor fazia... Essa guia de tráfego, pedia pelo computador?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Sim. Tem um procedimento, que eu já expliquei ali, que era relacionar todas as mercadorias. Eu não vejo maiores problemas nisso pela dificuldade do que é que é. Não sei como é que funciona dentro da CBC, da Taurus, da Rossi. Eles têm alguma pessoa que assina pra eles lá. Mas creio que também entra tudo no mérito de... Não vejo assim um problema maior. Isso é uma opinião minha, é óbvio. Não discordo da sua opinião quanto a esse modo operacional, porque não tem... O certo teria que ser informatizado, pelo que me informaram. De repente está caminhando em passos largos para que seja informatizado todo o SFPC. Porque, aí, como é que funcionaria? Eu, na minha própria empresa, ou qualquer empresa que fosse, mandaria *on-line* a liberação — compreendeu — e seria um controle nacional. Que isso sirva de sugestão ou até —



compreendeu — um controle completo de guias, que daí tu tens o controle de onde sai, para onde vai e o controle do próprio SPC, que seria o SFPC-3, que é lá no Rio Grande do Sul, que responde no Rio Grande do Sul. Tem os vários SFPCs que respondem. Teria um controle geral. Não estou dizendo que não tenha, mas seria tudo *on-line*. Entendeste? Hoje não é *on-line*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Hoje tu fazes pelo computador como?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - É digitada a folha e mandada via *fax*. É um procedimento mandando autorização...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ela é digitada e manda via *fax*.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Isso, para receber a autorização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E eles te devolvem via *fax* também?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Carimbado e tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vem via *fax* isso?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - É. Isso aí parece que não é uma coisa... Como é que eu vou te dizer... Existe dentro do... Não é uma coisa inventada por alguém, vamos supor, ou colocada, tem uma... Deve ter alguma lei que libere desse modo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Por que é que na apreensão feita na tua empresa disseram que boa parte não tinha cobertura legal?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Isso é uma coisa que eu pergunto até hoje. Por quê? Por quê? Falta de conhecimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque não encontraram lá cobertura legal disso.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Aí cabe à nossa empresa, o que está sendo providenciado, comprovar tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quem é que disse, na época, que vocês tinham de cumprir cota de vendas?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não. Essa questão de cota de venda, não sei quem que... Não sei mesmo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque é até natural. Não vejo grande diferença não, porque concessionária de carro tem que cumprir cota. O concessionário de qualquer outra coisa tem que cumprir cota. Quer dizer, não vejo também esse mistério.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - O que existia e deve existir ainda, o que é que é? É uma programação. Automaticamente, é óbvio que, no ano passado, depois de todo esse Estatuto, enfim, depois que saiu esse Estatuto, o mercado retraiu e as empresas que tinham programações feitas tiveram que ficar com essas mercadorias e arcar com o ônus. O senhor me entendeu? Mas nada de impor alguma coisa. Isso, de modo nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu eras cliente principalmente do quê? Da CBC e da IMBEL?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Da CBC e da IMBEL.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Da IMBEL e CBC?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Da IMBEL, pólvora de caça; e a CBC, cartucho de caça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Cartucho de caça?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E espoleta, tu compravas onde?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Na CBC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Na CBC?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eventualmente, alguma coisa da Rossi também, mas não sou distribuidor da Rossi. A gente não tem documento que prove... vamos supor... A empresa tem documentado que ela é distribuidora da CBC e da IMBEL. A Rossi... Nada impedia a empresa de comprar da Rossi. Mas não, não... A Rossi faz as vendas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Qual é o controle que a CBC e a IMBEL faziam de ti?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não entendi a pergunta. Assim... de que sentido o controle?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, por exemplo, tu tens uma autorização do Exército para comercializar um xis, não é isso? Pelo que eu



entendo. Por exemplo, tu tens... porque o Exército dá a autorização de acordo com o tamanho da empresa. Por exemplo, ele tem que saber se as acomodações, se a estrutura, tudo é possível de armazenagem daquele tanto de munição. E não pode ser mais do que aquilo, porque vocês têm que ter uma estrutura toda para armazenagem dessa munição, não é assim?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Qual é a autorização que vocês têm na empresa de armazenagem lá?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Autorização? Olha, sinceridade, eu não saberia dizer as quantidades específicas do que tem no nosso... não saberia mesmo dizer, mas não é... como distribuidor é maior que qualquer... distribuidor não é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aí é difícil. Aí já começa a ficar difícil acreditar em boa-fé, porque o dono da empresa não sabe qual é a licença que ele tem para estocar. Quer dizer...

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não. Não, assim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu tens que saber a licença de estoque. Tu tens que ter uma licença de estoque, e isso é normal.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Cada item tem uma... se eu tivesse o documento aqui, eu poderia até dizer com... com a maior franqueza. Eu não posso mentir aqui, eu não posso dizer que eu tenho autorização para tanto. Em hipótese alguma. Eu não estou querendo me omitir de falar nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas veja que isso é uma coisa básica, não é? Eu até estou acreditando em ti, que tu não sabes. Mas eu acho terrível tu não saberes isso. Quer dizer, tu não sabes o número legal que tu podes estocar. Quer dizer, de repente... A CBC e a IMBEL pegam essa autorização legal que tu tens de estocagem para não vender mais do que deve?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Aí que eu quero entrar. Isso deveria ser... tudo... volta ao que eu acabei de falar, para resolver todo esse problema de tráfico, se tudo estivesse informatizado, era melhor para todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tá, mas eu quero saber o seguinte: elas pedem isso, para saber o quanto podem te vender?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Se eu ofereço um controle de mapas trimestral — senhor, compreenda só o meu raciocínio —, trimestral, eles, que



controle eles vão... assim... de que maneira que você vai... e é tudo documentado, é papel, não é *on-line*, nada é *on-line*. Eles têm o meu CR... Como que funciona? A minha empresa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas isso é a coisa mais fácil que tem, é só tu dizeres: “Eu tenho tanto no estoque e quero completar meu estoque com tanto, que é o que eu posso”. Era a coisa mais simples que tinha. Controle de estoque a empresa tem que ter.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não. É óbvio que tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Se chegar à conclusão de que não tem nem controle de estoque, aí fica ruim o negócio.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, não. Ninguém está dizendo que a empresa não possui controle de estoque. Isso em hipótese alguma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, com controle de estoque, veja bem... Por isso que eu quero começar a ver, o nosso problema é resolver esse problema. E eu estou ficando... nessa conversa contigo, eu estou ficando cada vez mais apavorado com esse negócio, porque eu não estou vendo fiscalização de ninguém, eu não estou vendo o Exército atuar do jeito que deveria atuar. E o Exército — nós vamos perguntar tudo isso para eles, porque está ridículo o negócio. Quer dizer, vocês fazem o que bem entendem, a hora que bem entendem, fazem o que fazem num depósito, e não acontece essa fiscalização? Quer dizer, fica complicado o negócio, fica muito complicado. Aí não adianta fazer todo esse Estatuto do Desarmamento, todo o negócio, se as vendas vão continuar e vão continuar fechando os olhos para as vendas ilegais. Quer dizer, não bate a tua história, por exemplo, que o caminhão teve que estacionar atrás da igreja, onde tem uma lojinha tua lá, ou coisa parecida, porque a fábrica ou a sede não tem lugar seguro para um caminhão estacionar. Se ela não tem lugar seguro para estacionar, então o Exército está cego, porque era para ter fechado essa sede há muito tempo, era para ter fechado há muito tempo, porque como é que vai ter um local com explosivo que não tem lugar seguro para estacionar um caminhão? Aí o que parece? Se tem um lugar seguro, aí tudo bem, vamos isentar o Exército. Aí quem é que entra no negócio? Aí é o teu problema, porque tu levaste um monte de coisas a mil metros da empresa sem nota, sem a guia de trânsito, sem coisa nenhuma. Tu levaste tudo isso...



O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não diz que é nota.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu não é... tu leva 100, se tinha nota, tinha que estar lá, atrás da igreja, com o carregamento, porque senão é conversa mole para enganar trouxa. Então, como é que estava lá a tua mercadoria sem nota, sem guia de trânsito, sem nada, fora da tua fábrica, onde devia estar? Quer dizer, ou fala da distribuidora, se tu quiseses chamar, não quiseses chamar de fábrica. Quer dizer, tu mesmo mandaste tirar a mercadoria, tu mesmo passaste lá, foste ver, disseste que cumpria as regras de segurança. Duvido, porque não tinha coisa nenhuma nesse sentido. Quer dizer, entrou no caminhão, tu levaste... O que parece isso? Parece que, se alguém chegar na fábrica, não vai descobrir nada, porque o negócio está acontecendo a mil metros lá. Toda a mercadoria sem nota está a mil metros da fábrica, não tem nada a ver com a fábrica. Então, isso é o que dá a entender. Quer dizer, não adianta tentar a gente tapar o sol com a peneira, porque... O que parece? Bom, essa mercadoria é sem nota. Então, nós vamos tirá-la da fábrica, vamos levar lá para um outro depósito. O caminhão estaciona no depósito, bota num fundo falso e se manda. Quer dizer, tudo o que está mostrado aí é isso. Compreendeu? E aí fica difícil de entender, fica difícil de entender. E, por exemplo, eu quero saber quem é que dava essas autorizações do Exército para tu fazeres e quem que deu, por exemplo, dessa mercadoria? Quem deu dessa mercadoria já está sendo conivente contigo. Eu já vou ter que chamar aqui se foi... se alguém deu a guia de trânsito para essa mercadoria que foi apreendida, porque todo o trâmite da mercadoria foi errado. E ele não foi pego num posto, não. Ele saiu. O motorista não é louco nem nada de ter saído. Ele disse que tu disseste para ele que não precisava de nota, não precisava de guia, só tinha ali um pedido, que tinha sido feito pelo Antônio. É isso que os motoristas disseram — os 2 — que tu tinhas passado lá e tinhas dito que, na verdade, não precisava de nota, não precisava de nada. Quer dizer... E é por isso que eles pegaram o caminhão e foram embora sem nota, sem nada. Por quê? Porque eles botavam as espoletas da Rossi visíveis, para todo mundo ver, e com as notas de garantia, e porque botavam a mercadoria sem nota, estava num fundo falso. Quer dizer, todo o roteiro que aconteceu foi um roteiro nesse sentido. E o que está mais me preocupando é que tu estás buscando cobertura legal para um roteiro de fraude. Quem te der essa cobertura legal vai estar junto contigo nessa fraude, porque o roteiro foi todo de fraude. Tu passaste lá,



ficaste lá, tu mesmo disseste, 5 minutos na frente lá da... para saber, para ver o caminhão e tudo o mais. Quer dizer, tudo errado, tudo errado. Agora eu quero saber quem são os oficiais que estão dando essa autorização para ti e deixando que isso aconteça. Tu podes dizer o nome deles?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Assim, excelência, posso fazer um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Claro.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eu não vou... é óbvio que tudo que saiu na imprensa e o que vocês estão vendo, vocês têm convicção de que nós estamos fazendo... como o senhor falou, enfim, eu fico chateado com isso, porque eu não estou aqui, em hipótese alguma, querendo ser conivente com nada e com fato nenhum. A empresa é vistoriada. Não vejo... não consigo entender uma visão... porque vocês estão se baseando em cima de um processo. A minha defesa, uma coisa que nem nós tivemos ainda acesso, não pesa nada. Então, é difícil. Eu não vou... só que quero que vocês entendam que a empresa é séria, nunca deixou de ser séria. Agora, o que está aí, o que colocaram, munições ilegais, enfim, é uma palavra do motorista dizendo que eu entreguei, não sei o quê...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Os 2 motoristas disseram isso. E já lhe reconheceram, inclusive, já reconheceram como sendo o senhor quem disse para eles que só tinha a cópia do pedido que foi feito lá e não precisava de nota, nem guia do Exército, que ia assim mesmo.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Aí é... eu não vou entrar nesse mérito, que é aquele mérito que eu vim aqui... que me reserva o direito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas eu lhe pergunto diferente: eu queria saber quem são os oficiais do Exército que estão expedindo essas guias e que não estão fazendo nenhum tipo de fiscalização em cima dessas guias.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Mas só... tipo de fiscalização em cima das guias em que sentido? As guias são fiscalizadas, porque todo o documento assim... Senhor, eu mando a cópia, a empresa manda a cópia para solicitar uma autorização para liberação de guia, incluindo isso, senhor, vai a cópia do CR do cliente, mesmo que ele não tenha... que ele não seja da região competente dele, todos vai a cópia do CR. O CR, o que é que é? É a autorização dele, do cliente, que pode comprar a devida munição, ou ele aprova, ou ele não aprova, ou ele dá vistas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Alguém do Exército expediu a guia para essa mercadoria que foi encontrada irregularmente?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - A guia... estava sendo esperada a liberação dessa guia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Alguém expediu?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - A autorização?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eu não saberia te dizer agora com certeza, porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque, se expediu, vai ser muito complicado também para essa pessoa que expediu também essa guia. Então, o que ficou... Olha, eu até acho que o seu pai não tem conhecimento de muitas das coisas que aconteceram na empresa dele, mas não posso dizer o mesmo do senhor. Pelo que eu estou vendo de tudo o que está acontecendo, nós vamos pedir a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa, as suas também e de todos os envolvidos nesse caso. Isso é certeza já. Na próxima reunião, nós estaremos pedindo isso. E ficou algo que não bate, não está batendo a história. Quer dizer, a guia tinha, mas não tinha, mas mesmo não tendo, eu levo a mercadoria a mil metros da empresa. Escondido lá, atrás da igreja, eu faço a transferência da mercadoria para um fundo falso de caminhão.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - O que eu volto a dizer, o senhor sabe, interrogando, não é escondido atrás da igreja, não existe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ainda é pior ainda .

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Nem é atrás da igreja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vocês fazem isso no meio da rua, então.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - O procedimento da empresa sempre foi legal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Se não é escondido, é pior ainda, porque aí vão fazer isso no meio da rua, expondo, muitas vezes, a vida das pessoas que estão passando ali a uma explosão. Quer dizer, então, veja que é complicada, a situação está complicada. O Antônio agora vai depor, logo em seguida, depois de ti, mas antes eu quero dar a palavra à Deputada Laura.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É uma perguntinha rápida aqui de um outro documento que chegou. Na empresa que o senhor representava, era uma empresa que vendia material para lojas de caça e pesca, não é isso? Eu só me pergunto, na apreensão das caminhonetes tinha muita bala 380, que é pistola. O pessoal caça de pistola? Só para eu saber se é possível caçar de pistola. Não, ou eu estou errada?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - A calibre 380.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não sei se tem arma compatível de caça.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, está aqui na apreensão.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Sim, mas é de uso permitido, não é?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, eu não estou dizendo que não é de uso... estou perguntando se empresa de caça e loja de caça e pesca...

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Vende.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Tem que vender munição de...

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - É autorizado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, eu estou perguntando se...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E da onde tu compras essa munição?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Tudo é da CBC.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É tudo da CBC, essa é da CBC, é da CBC. Mas, só para dizer... Outra coisa, cartucho de 40 é preciso ter?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Quarenta?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É, está aqui.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Cartucho de 40 é um cartuchinho menor que essa caneta.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah, é pequenininho. Como é o cartucho daquela bala...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, calibre 40.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Está aqui, cartucho de metal calibre 40.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Metal 40, cartuchinho de metal.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pequeninho, que é para caça.



O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - É o cartucho de caça mais pequeno que existe. É o cartucho de caça mais pequenino que tem.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então é normal vender bala 38 e 380...

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Todas as lojas de caça e pesca são autorizadas a vender.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Tem? Mas não devia ser, não, porque nunca vi ninguém pescar de... como é? Pescar não, como é? Caçar de pistola. Ou se caça de pistola? Não, é ignorância, eu não sou caçadora. Para caçar de pistola? Olha, eu tenho um grande amigo caçador e até tem umas caçadas lá na França, mas eu nunca ouvi falar que ninguém caça de pistola, ou eu estou errada?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Olha, eu não saberia te dizer se tem alguma arma de uso permitido, fora pistola, para caçar...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu não estou dizendo que não é permitido, eu só estou perguntando se pistola se usa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E a bala 44 também é de caça?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - É o rifle 44; 44, 40.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas aí é aquela cartucheira antiga, velha. O pessoal me explicou, que eu perguntei aí para um especialista.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Se você vai olhar é a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É uma Winchester.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - É a Winchester. A 44 é a... nesse conjunto, nesse conceito de vocês, seria a munição mais forte, mais potente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mais forte, 44.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - E é usada para caça.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, mas aí é uma espingardona, daquelas velhonas, que fazia assim, no filme americano.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, tem armas também de curta.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu queria entender como é caça de pistola. É só uma pergunta. Obrigada, Deputado Moroni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Bom, eu lhe deixo a palavra, mas, sinceridade, nós realmente não conseguimos entender a sua



explicação, não bateu, nos deixou extremamente preocupados, porque vimos que o controle é debilitado demais. Isso me lembra uma vez, sabe quando? Quando eu era Secretário de Segurança. Eu pedi para todo mundo pra fazer um plano na polícia pra fechar a cidade. Aí, eles fizeram um plano todo bonito, no papel, e tal, e fecharam a cidade. Aí, fomos eu e o comandante da PM olhar onde é que eles tinham fechado. Nem um terço do que eles tinham dito que estava fechado da cidade estava. Infelizmente, isso aconteceu, e nós, aí, tivemos que refazer tudo, porque nós estávamos lá fiscalizando. Então, o que eu quero dizer é que a fiscalização, se feita no papel, ela é a mesma coisa que não ter sido feito nada. E se é isso que está sendo feito, quer dizer, no mínimo, o que tem que acontecer é, por exemplo, dar uma guia. Aí, por amostragem, alguém do Exército pára aquela mercadoria e vê: vamos ver se ele está de acordo com a guia. Isso é o mínimo que pode acontecer, porque, se for só no papel, o papel vai aceitar tudo e continuar esse tráfico oficioso, que é em cima de organizações oficiais. É que nem tráfico de drogas de farmácia: vende aqueles comprimidos Ropinol; vende outro pra tudo quanto é viciado, sem ter controle nenhum, quando, teoricamente, teria ali a condição de vender. Então, também a mesma coisa está acontecendo agora com esses revendedores. E isso não deve ser o teu caso só, não. Eu gostaria e vou fazer um ofício pro Ministro de Defesa, pra que essa fiscalização comece a ser efetiva no País e que seja no local, porque, pelo visto, há muito tempo, o pessoal não andava lá pra fazer essa fiscalização do Exército. E eu vou saber quem foi o último que fez a fiscalização, como é que fez, num prédio que não tinha condição de nada e num estoque que estava muito maior do que aquilo que tinha na permissão de vocês. Foi aí que a polícia e o pessoal do Exército disseram: Vocês estavam praticamente o dobro que a capacidade de vocês permitia pra aquele local. Tu tem as considerações finais, tu pode fazer, e eu espero que tu repense um pouco e resolva colaborar com muito mais força pra esta CPI.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Senhoras e senhores, eu agradeço a oportunidade. Sinto-me, de repente, eu não vou sair daqui chateado porque, de repente, eu não possa, que nem o senhor disse, ter colaborado com o que vocês estavam esperando, mas espero que entendam a minha situação como pessoa. Não concordo com várias coisas, com várias coisas que foram colocadas aí, mas não vou colocar objeções.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu só fiquei um pouquinho triste porque tu não me disseste quem foram os oficiais.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Ah, os oficiais? Senhor, oficiais, é o coronel, é o chefe do SFPC-3 do Estado do Rio Grande do Sul, que é o que somos subordinados, tanto, não é só a minha empresa, como todas as lojas. E não é só do ramo de caça e pesca, enfim, de todos os ramos de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Como é que é o nome dele?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Coronel, não, capitão Pacheco — é o segundo nome, eu não lembro o primeiro nome dele inteiro. Ele é o chefe do SFPC lá, agora. Até porque trocou não faz muito tempo, pelo que eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quem era antes dele?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Coronel Merci Caron. Esse faz tempo que, esse eu lembro o nome dele completo, porque ele trabalhou, ele se aposentou até, enfim, ele trabalhou vários anos, então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele trabalha onde, agora? Tem idéia?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Não, não, não faço a menor idéia, até porque não eu tenho, assim, contato pessoal com eles diretamente. Isso quer dizer que eu não sou, não tenho amizade, restritamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, é o Coronel Merci Caron e o Capitão?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - O capitão Pacheco é o atual chefe do SFPC-3. Isso não é uma informação que, é uma informação fácil de os senhores buscarem. É o que era o chefe anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eles que assinavam essas guias?

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Eu acho que são eles que liberam todas as guias. Eles são os chefes do SFPC; enfim, esse é um pessoal que... Mas não vejo outros nomes, com...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está bom.

O senhor tem alguma coisa mais a declarar?



O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Quero voltar a frisar, mesmo que não concordem com algumas coisas que eu tenho colocado, que a nossa empresa nunca trabalhou com nada de ilícito. Nada, nada, nada. Que fique bem claro. A gente não tem relacionamento com ninguém e com nada que seja fora de uso permitido — tanto com pessoas, tanto com mercadorias, tanto com qualquer coisa desse sentido, tá? Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está bom.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - O que eu pude falar, eu falei. Creio que também devo ter dado alguma ajuda no que foi possível, não é? É isso aí assim. A minha situação hoje é difícil, como deve estar todo o ramo. Eu acho que não se deve pagar... Se deve ter uma base. Acho que esse assunto vocês devem aprofundar mesmo, acho que é o direito e o dever, porque acho que... Não é... Acho que tem... Eu não sou... Como eu me criei em cima disso, de repente a gente vê com outros olhos — isso é verdade — o nosso ramo. Mas eu não quero que o ramo seja discriminado; enfim, pague por aquilo que seja ilícito mesmo e o que esteja acontecendo de coisas ilegais. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tudo bem.

Muito obrigado.

O SR. LEANDRO BRUSTOLIN - Obrigado. É prazer em conhecer os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está dispensado.

Podem chamar o novo depoente. (*Pausa.*)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, vamos aproveitar aqui... A Segurança da Casa estava explicando que a primeira coisa que a gente tem de sugerir no relatório é que as lojas de caça e pesca não possam vender munição que não seja de caça e pesca, porque elas podem. Chegou a nossa testemunha. Manoel, antes de ele ir embora, peça-lhe que coloque o Banco do Brasil, o BANRISUL, que preencha isso aqui. Pela ordem. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não, Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - A nova testemunha tem um *habeas-corpus*, concedido pelo Supremo Tribunal Federal, para não ser obrigado novamente — acho que é isso; cadê o documento? — , para não ser obrigado a



depor, quer dizer, pra poder permanecer calado sobre o que possa lhe imputar alguma responsabilidade. Embora isso já seja da Comissão, foi concedido o *habeas-corpus*, V.Exa. podia receber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu queria saber se a Secretaria da Comissão tem cópia desse *habeas-corpus*.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Tem, eu li porque eles me deram. *(Pausa.)* Nada diferente do que a Comissão já faz, Presidente. Está aqui. Informa a D. Ana Luíza, Secretária Judiciária do Supremo Tribunal Federal: *“Comunico a V.Exa., nos autos da Medida Cautelar de Habeas-Corpus 8583, nos termos da decisão, cuja cópia segue em via fax, deferir a liminar deferida para o fim de assegurar ao paciente o direito de permanecer em silêncio quanto às respostas das questões que possam incriminá-lo, sem o risco de ser preso ou ameaçado de prisão. Ministro Carlos Veloso”* — interpretando obviamente a Constituição, que já é o que V.Exa. tem feito aqui. Mas apenas para que V.Exa. tenha noção, embora não houvesse nenhum risco de prisão, ou ameaça de prisão, até porque ele já foi preso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Bom, isso não tem o menor problema, porque toda testemunha tem o preceito constitucional a seu favor de não falar quando acha que vai ser incriminada. Quero dizer que qualquer pessoa tem esse privilégio. Então, não me preocupa muito. Então, eu gostaria de saber se o senhor gostaria de fazer o compromisso de falar a verdade. *(Pausa.)*

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito bem. Conseqüentemente, o senhor tem conhecimento de que tudo o que fugir da verdade poderá, então, ser qualificado no Código Penal. Para começar, vou dar um tempo a V.Sa. para se expressar a esta CPI. V.Sa. foi indiciado num procedimento de tráfico de armas, e é o tempo que V.Sa. tem para poder mostrar a sua versão para os Deputados desta CPI. V.Sa. tem a palavra pelo tempo que achar necessário para fazer preliminarmente a sua manifestação à CPI.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Quanto à tráfico de arma, lhes garanto que sou comerciante há 25 anos, estabelecido, da Junta Comercial do Estado do Pernambuco, no ramo de caça e pesca, armas e munições. Jamais houve



qualquer tipo de envolvimento de minha pessoa com tráfico de armas, porque, para quem eu vendo armas, é exatamente para Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, aos cidadãos de bem, às empresas de vigilância dos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte. E jamais eu enfrentei qualquer Comissão no que diz respeito à minha idoneidade. Disso tenham certeza, Srs. Deputados, que eu estou aqui inocente. Podem ter certeza. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É essa a declaração que queria fazer? *(Pausa.)* Passo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Antônio, o senhor podia dizer para nós qual é o seu patrimônio?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Posso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Por favor.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu tenho uns 20 imóveis; tenho uma galeria em Carpina, onde era uma loja minha também, que eu fechei; tenho um sítio com 5 hectares de terra, nos arredores de minha cidade, em que eu nasci, Timbaúba, onde moro e convivo há 56 anos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Além disso, quais são os seus carros?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Carros, no momento, eu tenho um caminhão, que se encontra preso...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Um caminhão apreendido.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Um caminhão que está no Rio Grande do Sul. É o único carro que tenho agora. Eu tinha uma Mercedes, mas foi vendida. Um carro de passeio.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor tinha uma Mercedes. O senhor tem 3 lojas?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Tenho.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - São 3 lojas de caça e pesca, como se diz?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Exato.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Onde são as 3 lojas?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Rua 1º de Março, 73, Santo Antônio, Recife, Pernambuco.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, uma em Recife. Segunda loja.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Uma em Timbaúba.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Que é onde o senhor mora.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Exatamente. E uma na Rua da Praia, 86, em Recife também.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, o senhor tem duas em Recife e uma em Timbaúba.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - É.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E quem é que fica nas lojas de Recife tomando conta do trabalho, engordando o gado?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Fica a minha filha, em uma loja; eu fico noutra; meu filho fica noutra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor fica na de Timbaúba?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - De Timbaúba. Eu administro as duas, porque em Timbaúba eu só abro duas vezes por semana, nas quartas e nos sábados.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E as duas de Recife, sua filha e seu filho?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Fico eu durante a semana e minha filha na loja dela, e meu filho fica comigo na...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Seu filho fica com o senhor e a sua filha fica na outra loja?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor conhece o Sr. Leandro Brustolin?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Conheço.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pessoalmente?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Pessoalmente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor conversava com ele sempre ou nunca?



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Sempre. Ele foi na minha loja várias e várias vezes. Desde que ele entrou para trabalhar em Amadeo Rossi, que eu compro mercadoria a ele. Desde que ele iniciou, há muitos anos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O Leandro pai ou o Leandro filho?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - O Leandro, não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Minto.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Foi o Paulo Schiling, não é?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Hã?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Foi o Paulo Schiling que a senhora falou?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, eu perguntei foi do Leandro.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Leandro, eu nunca vi esse rapaz, não o conheço.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Nunca viu?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não. O Leandro Brustolin, não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas o senhor, então, conhece bem o Paulo?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - O Paulo Schiling.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Há anos?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Há anos, desde que ele entrou para trabalhar na Rossi.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quantos anos tem isso? Sabe? O senhor lembra?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu acredito que há uns 15 anos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Com o Leandro o senhor nunca conversou?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Nem por telefone?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não. Não conheço ele.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor usa celular?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Uso sim, senhora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Usa celular?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Uso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixa eu só... Eu ouvi direito, quero só saber: eles estiveram muitas vezes juntos e tal e tudo o mais?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - O Paulo Schiling.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O Paulo Schiling. E é isso que eu quero saber, do Paulo mesmo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Com o Paulo o senhor esteve um monte de vezes?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Várias vezes, ele veio do Rio Grande do Sul e foi na minha loja em Timbaúba, foi na minha loja em Recife.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Várias vezes?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor diria que, anualmente, quantas vezes ele visitava o senhor como representante comercial da Rossi?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Pelo menos umas 4 ou 5 vezes, ele visitava Recife.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Anualmente?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Anualmente. Pelo menos isso ele visitava.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Isso tudo era pago pela Rossi ou era...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Pela Rossi.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pela Rossi. O senhor nunca pagou um tostão para isso?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não. Pela Amadeo Rossi.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Está certo. O senhor conhece Lucimar Alfredo Gerstner?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Nunca ouviu falar nesse Alfredo?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Nunca ouvi dessa pessoa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quer dizer, nunca ouviu, não. O senhor ouviu agora, não é, só agora? Antes, nunca?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Exato.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Antes, nunca?



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor conheceu onde o Humberto?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Humberto?!

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É, o motorista, Humberto Silva.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - O Humberto eu conheci, porque eu comprei um caminhão a José Luiz, um ex-comerciante de Feira de Santana, que ele trabalhava com ele. Aí, eu comprei o caminhão... Ele era o chofer desse rapaz. Aí, eu comprei o caminhão a ele e convidei ele para ir ao Rio Grande do Sul apanhar uma carga minha.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Porque ele... eu conhecia ele, porque ele ia entregar mercadoria de Zé Luiz na minha residência.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - De Zé Luiz, de Feira de Santana?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Comprava também em Feira de Santana e mandava para o senhor?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Comprava.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E o senhor conheceu o Manoel onde?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Manoel Flávio?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Manoel Flávio.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Manoel Flávio trabalhou comigo em Timbaúba, numa loja. Em Timbaúba, ele foi funcionário meu, depois saiu. Aí ele estava parado, quando eu comprei esse caminhão, chamei ele para trabalhar. A primeira viagem que ele estava trabalhando comigo. Ele nem assinar carteira, ele tinha assinado ainda.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas ele trabalhava com o senhor? Porque ele declarou que ele era... Ele lavava os carros...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Antes, ele trabalhou comigo de...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Aí, depois ele foi lavar carros.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Isso aí já fazia vários anos.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ele lavava carros em frente à sua loja. Ele nunca disse que tinha trabalhado com o senhor.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não. Ele trabalhou antes comigo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas trabalhou?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Trabalhou.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Está bom.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Tinha carteira assinada.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Tinha carteira assinada inclusive?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Tinha.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O Manoel?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - O Manoel Flávio. Antes, muitos anos. Uns 6 anos atrás, ele se desligou da empresa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E o Humberto?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - O Humberto nunca...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Começou a trabalhar com o senhor depois. Quando é que o senhor comprou esse caminhão?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Quinze dias antes de ele ser preso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quinze dias antes?!

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Quinze dias antes de ele ser preso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, o senhor também não sabia que tinha fundo falso nele?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - No caminhão?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não. Quando ele chegou com o caminhão em Timbaúba que eu tinha comprado, eu tinha até trocado o caminhão na Mercedes, aí quando ele chegou, eu fui matricular o caminhão. Aí, teria que passar pelo INMETRO. Aí, tinha o fundo falso. Aí, eu disse a ele que não tinha condições de matricular. Aí, o dono do carro mandou eu mandar de volta o carro, com o chofer, para Feira de Santana. Eu mandei. Aí, de lá, ele me entregou... mandou... ele já viajou com o carro pronto, passado pelo INMETRO. Ele mesmo foi quem passou, na Bahia.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quem, o Humberto ou o José?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - O José Luiz.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, Sr. Presidente, o José Luiz... Pena que o Deputado Colbert Martins não esteja aqui, porque poderia aproveitar lá em Feira — porque ele mora lá em Feira —, e já encontrar lá. Então, o fundo falso já vem desde a época do outro dono?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E não foi o senhor... O senhor que foi lá e comprou?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quando o senhor viu, então, que tinha fundo falso, o senhor se assustou...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Porque eu teria que matricular o carro, passar pelo INMETRO.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Claro, tem que matricular pelo INMETRO. Aí, quando o senhor viu que estava com fundo falso, falou: *“Opa, não vai passar no INMETRO, vão verificar que tem fundo falso. Então, eu vou devolver para o meu..”*.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele mandou eu mandar o caminhão de volta.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E o senhor mandou o caminhão de volta.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Mandei.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E ele veio do INMETRO com autorização. Quer dizer, o pessoal do INMETRO nem viu o fundo falso, é isso?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele, lá, não sei o que fez.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ele deu o jeito dele?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele deu o jeito dele. Sei que o caminhão, não vi nem quando ele viajou. Ele saiu de Feira de Santana direto para o Rio Grande do Sul.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E já saiu com autorização do INMETRO, lá de Feira?



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Já todo legalizado. Inclusive, matriculado, com endereço meu, nome da casa do chofer.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Saiu tudo matriculado?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele matriculou o caminhão...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E por que o senhor acha que esse Sr. José não foi preso, também? Não está respondendo a nada...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu não sei. Aí, eu desconheço.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Que coisa esquisita, não é, Sr. Antônio?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Aí, eu desconheço.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Agora, por que gostam de chamar o senhor de rei das armas?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Porque minha loja é intitulada O Rei das Armas.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah! O nome da loja é Rei das Armas?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - O nome de fantasia da loja é O Rei das Armas.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E, aí, todo o mundo chama o senhor de o rei das armas?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Rei das armas.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Está certo. Mas, o senhor sabe... O senhor já respondeu a algum outro inquérito na vida, ou este é o primeiro?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Nunca respondeu?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor tem certeza?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Tenho. Eu só respondi uma vez, na Polícia Federal, porque prenderam um perito criminal... prenderam um perito criminal. Ele tinha me comprado uns cartuchos — cartucho 12 e balas 765 — e, aí, eu fui... Nada foi provado contra mim, e fui liberado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Esse foi o único inquérito que o senhor respondeu?



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Foi desse inquérito.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E o senhor já ouviu que um meliante, um traficante teria... como grande vendedor de armas? O senhor nunca ouviu falar nisso?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas aconteceu. Quer dizer, um determinado senhor... senhor, não, meliante, lhe citou. Deixe-me perguntar outra coisa: é comum... o senhor acha que... na apreensão do caminhão, foram encontradas 200 munições de AR-15. Não, não foi do caminhão, foi da loja. É normal?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não. Essa munição estava lá, porque a gente faz serviço de oficina, e o rapaz deixou lá para eu polir, dar um polimento nessas munições, que eram munições antigas para ele ter... por sinal, ele era até um capitão.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas, espere aí! Explique para mim como é que funciona. Quer dizer que o capitão chegou lá com 200 munições de AR-15 e pediu para o senhor polir?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Para dar polimento.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas esse capitão veio com ordem, direitinho, tudo bonitinho, da Polícia?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não. Ele veio... só.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quem é esse capitão?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Era o Capitão Domício.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Capitão...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Domício.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Capitão Domício. E o Capitão Domício está vivo?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Está não, senhora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah! Morreu?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Morreu, sim, senhora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Morreu quando, doutor?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Há uns 6 meses.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Há seis meses que ele morreu?



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - É, uns 6 meses.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Morreu de quê?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não sei. Ele já era velho.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Morreu de idade?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Idade. Já tinha quase 90 anos, 80 e tantos anos...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah! 90 anos? Era ele que levava munição para ser polida, de AR-15? Aí, morreu, é isso? Coitado! Deixe-me perguntar outra coisa: então, essa munição era do Capitão Domício. Se o Capitão Domício morreu, não tem quem responda sobre a munição, não é isso? Além disso, tinha muito, mas muito cartucho, não é? Por que o senhor acha que a Polícia Federal foi atrapalhar logo o senhor? Por 6 meses, 100 homens estudando o senhor, por quê?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Desconheço

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Só porque o senhor vende arma? Que besteira, não é?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Desconheço, porque vendo armas há muitos anos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim, por isso. Só agora, 6 meses antes... E o caminhão de fundo falso? Quer dizer que já saiu daqui com fundo falso?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Exato.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Daqui, não. De Recife, já saiu com o fundo falso?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - De Feira de Santana, na Bahia.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E para que fundo falso? Por que o senhor não mandou, simplesmente, tirar o fundo falso?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu comprei o caminhão de uma maneira, queria recebê-lo da mesma maneira que comprei.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, o senhor comprou e não sabia que tinha fundo falso.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - O caminhão, não sabia que tinha.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Claro que não.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Exatamente. Eu não sabia.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas, e quando o senhor constatou a existência do fundo falso, por que o senhor não mandou tirar e fazer verdadeiro o fundo?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu perguntei. E, por sinal, ele falou que era exatamente para dar cobertura à mercadoria, por conta de assalto.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas o senhor achou aquilo estranho, concorda?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu achei estranho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só uma questão. Para fazer a transferência de um caminhão desse, tem que passar pelo INMETRO.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Foi feito em Feira, não foi feito...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Foi feito em Feira de Santana, pelo ex-dono.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele passou pelo INMETRO de Feira?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Feira de Santana, pelo ex-dono.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pena que o Deputado Colbert Martins não esteja aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Com fundo falso e tudo?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Com tudo, ele passou lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Passou lá, com fundo falso e tudo, o caminhão?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Passou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pelo INMETRO, lá?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Passou. Ele matriculou o caminhão... matriculou o caminhão lá, com endereço da casa de Humberto, que era o chofer dele, do rapaz que me vendeu...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah, então, o endereço da matrícula no INMETRO é do Humberto Silva, que é o motorista que foi pego com a carga?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Exatamente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas o senhor foi quem pagou o caminhão?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Paguei o Caminhão a José Luiz.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ele comprou o caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E botou no nome dele?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não. O caminhão está no meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está no seu nome?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Está no meu nome. Ele matriculou lá. O dono... o ex-dono do caminhão matriculou ele lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Matriculou no INMETRO de Feira?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele matriculou lá em Feira, Feira de Santana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Em Feira de Santana?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, nós vamos solicitar, depois... eu peço à Secretaria que faça um ofício solicitando a matrícula. Sabendo a placa do caminhão... O senhor sabe a placa, aí?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Tem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não. Só para... tem nos autos. E, sabendo, então... A vistoria no DETRAN, como é que foi feita?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - A gente poderia fazer isso agora, enquanto a gente está aqui na sessão.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu não sabia de nada. Quem fez foi o ex-dono.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - DETRAN e INMETRO, foi tudo lá?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Tudo ele quem fez, o ex-dono.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Aqui tem. Mas eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Com fundo falso e tudo.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Tenho certeza de que se se ligar para o INMETRO de Feira, vão explicar, porque deve ter uma explicação, não é? Registrar um caminhão que tenha fundo falso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Explicação maravilhosa, deve ser.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Com certeza. Mas, voltando aqui para a pergunta do fundo falso...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Deputada Laura Carneiro, me permite só uma sugestão?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O INMETRO de Pernambuco não quis fazer a aferição do caminhão?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu mandei fazer... o rapaz... matricular para o meu nome. Aí, ele disse: *"Esse caminhão não vai passar"*. O despachante disse: *"Esse caminhão não vai passar pelo INMETRO, porque ele tem fundo falso"*. Aí, eu, de imediato, eu me comuniquei com o rapaz de Feira.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O.k.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Aí, disse: *"Mande o caminhão de volta, porque aqui eu resolvo"*.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Aqui, dá um jeito, não é?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Agora, só me diga, vamos voltar para o nosso fundo falso: então, o senhor chegou e viu lá o fundo falso e ligou. Ao invés de o senhor ligar, porque, simplesmente, não mandou tirar o fundo falso?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu tinha que mandar para ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele ia usar o caminhão para botar mercadoria.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Porque o documento do caminhão estava no nome dele.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas o caminhão já não era seu?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Era meu.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor não tinha pago pelo caminhão?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Sim.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor comprou o caminhão. Se o senhor chegou lá e o caminhão não era como o senhor gostava, era só tirar o fundo falso. É como se o caminhão fosse azul. Se eu quisesse que ele virasse vermelho, era só pintar. Tinha fundo falso, e o senhor não ia usar fundo falso, tirava o fundo falso. Não era mais fácil?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu tinha que mandar para a pessoa...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ou era mais fácil o senhor mandar esse fundo falso para ser regularizado pelo outro, lá, em Feira?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele era que tinha que regularizar, para me entregar...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Com fundo falso?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele tinha que me entregar ele legalizado, no meu nome.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas eu não estou entendendo. Se o senhor acabou de dizer para mim que não era bom o fundo falso, para que o senhor mandou legalizar o fundo falso, meu Deus?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele tinha que me entregar o caminhão todo legalizado, doutora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas o senhor acabou de dizer que era ruim ter fundo falso. O senhor não concordava com fundo falso. Então, para que legalizar com o que o senhor não concordava?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Para mim...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, acabou ficando bom, não é, o fundo falso?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Que para mim seria bom, para dar segurança no transporte de minha mercadoria.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Era bom o fundo falso? Ah! Está certo.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Que daria segurança.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Está bom, está bom. Então, o senhor acha bom o fundo falso? Tudo bem, é sua opinião, eu respeito. Qual era,



então, a sua relação com o... Como é que aconteceu a sua relação, através do Paulo, com a Brustolin?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu nunca me relacionei com a Brustolin, eu me relacionei com Paulo Schiling, de quem eu comprava espoleta...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas o senhor sabia que era da Brustolin.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu comprava do vendedor, não comprava do dono. Eu comprava do vendedor. O vendedor, quem era? Era Paulo Schiling.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Porque eu já comprava de Paulo Schiling espingarda, revólver da Rossi, comprava espoleta da Rossi. Tanto é que, nessa carga que foi presa, lá vinha espoleta da Rossi no meio da carga.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas é claro. Aliás, a nota fiscal era de espoleta.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor há de concordar que também eu não posso... nós não vamos imaginar que o senhor... que a organização, considerando que, se vocês forem uma organização, burros vocês não seriam. O mínimo que vocês iriam ter era, na carga que estava em cima do caminhão, uma nota fiscal. Nada melhor do que a Rossi dar nota fiscal da espoleta, lá, da tal espingardinha. Óbvio, a parte de cima do caminhão tinha nota fiscal, e a parte de baixo não tinha nota fiscal, até porque era mercadoria ilegal. Então, se não tivesse nota fiscal nenhuma, aí, eu não iria chamar o senhor de... mesmo considerando.... em considerando que o senhor seja culpado, burro o senhor não é. Nem culpado, nem inocente. Então, não poderia ser diferente. Bom, mas continue me dizendo do seu relacionamento com o Sr. Paulo. Como é que começou, portanto, a relação com a Brôscoli. O senhor só tinha relação com o Paulo?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Com o Paulo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Que era quem... Mas foi o senhor quem pediu para o Paulo comprar mercadoria de outra empresa? Como é que foi? Como é que isso aconteceu? Por quê?



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu comprava mercadoria na CBC; comprava do menino da Bahia, de José Luiz. Aí, o rapaz deixou de vender na Bahia.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O Zé Luiz?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - O Zé Luiz. Saiu do ramo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Saiu do ramo. Aí, passou a vender só caminhão?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Saiu do ramo. Ele tem posto de gasolina lá, tem caminhões. Aí, ele passou...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ele saiu do ramo de arma e passou a vender só caminhão com fundo falso? (*Risos.*) Bom, aí, ele passou a vender só caminhão e, aí...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Aí, Paulo Schiling...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Aí, ele parou de ser o seu fornecedor da CBC, é isso?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Paulo Schiling disse: "Eu vou arrumar uma pessoa para você comprar munição com preço bom". Aí, eu disse: tudo bem. Me passa uma tabela de preço. Ele pegou e me passou a tabela de preços.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E acabou como representante?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Aí, ficou me vendendo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Agora, foi o senhor que pediu a ele que arrumasse esse novo... O senhor comentou por quê? Por que o senhor foi comentar o negócio da CBC? Não era mais fácil o senhor dizer assim: "Olha, eu quero mais munição da Rossi". Por que tinha que pedir a ele, da Rossi, munição da CBC?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não. Ele disse a mim que...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Se eles são concorrentes, não são?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não. Eles não são concorrentes, porque a Rossi não fabrica bala. Quem fabrica bala é a Companhia Brasileira de Cartuchos.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu sei. Mas eu quero que o senhor me explique.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele não fabrica. Ele disse que iria arrumar uma pessoa para vender. Aí, eu disse: me passa uma tabela. E ele passou. Os preços estavam bons. Aí, eu comecei a comprar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Comprou quantas vezes, que o senhor lembre, mais ou menos?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Uns 6 meses, eu comprei.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Uns 6 meses? Mas, quantas vezes?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu acredito que umas 5 ou 6... umas 6 vezes, porque a média de eu comprar munição era de 60 em 60 dias.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É verdade que o senhor ganhou um título de uma dessas empresas — eu não sei de qual — como um grande, o maior vendedor dela, em determinado momento?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não. Ganhei, não. Um funcionário meu recebeu um carro novo de presente da Rossi como o maior vendedor do Brasil em armas. Um funcionário meu ganhou.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Um carro zero?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Um carro Fiat zero. Na inauguração de uma loja, quem foi dar foi Raul Rossi... que foi dar...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Porque ele é o grande vendedor de arma, não é?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Agora, diga para mim outra coisa: é possível... Então, quanto à munição de AR-15, o Capitão Domício não está aí para responder por ela mais, não é? Foi-se. Além disso, que outra mercadoria foi encontrada que o senhor não podia comercializar?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu acredito que os cordéis.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Os cordéis?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - É.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E quem é que vendeu para o senhor os cordéis?



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - José Luiz, de Feira de Santana.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E de onde é que ele arrumou?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele vendia.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ele vendia?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele vendia.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E ele podia vender?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Desconheço.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor podia comprar? O senhor podia comprar? Também não, não é?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, podia...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ele não podia vender, o senhor não podia comprar. Mas, como ele também vendia caminhão com fundo falso... O Zé Luiz é uma história boa. Então, aí, o senhor comprou os cordéis que não podia comprar, é isso?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Comprei dele.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Como é o nome da empresa do... da ex, não é, porque, a esta altura, ele não vende mais. Como é o nome da loja do José Luiz... ou da empresa do José Luiz?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - O nome não me passa pela cabeça. Mas ele era estabelecido.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Era estabelecido?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Era estabelecido.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Em Feira de Santana?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Em Feira de Santana.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Qual é o nome dele?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - José Luiz.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - De quê?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Só conheço ele como José Luiz.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O telefone dele, o senhor sabe?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Sei não. Eu sei que ele tem posto de gasolina lá. Ele tem posto de gasolina. O Humberto sabe, porque trabalhou com ele muitos anos.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas o Humberto não está aqui agora, a gente queria... Mas o senhor sabe que ele tem... Mas o senhor o conhece bem, também. O senhor ligou para ele, comprou um caminhão dele, ligou para ele, mandou ele regularizar lá o fundo falso...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não. Na minha agenda, tinha o telefone dele.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E a sua agenda está na sua empresa?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Está com a Polícia Federal.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, a gente pega na agenda. Também, já deve ter mudado de telefone. Mas o senhor não sabe o nome do posto dele, lá em Feira?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Posto Tropical.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pronto. Posto Tropical, José Luiz. Não deve ser muito difícil a gente descobrir em Feira. Aliás, eu só não faço...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Aliás, um dos maiores postos de lá é o dele.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Podia ligar para o Deputado Colbert Martins, que informa para a gente rapidinho. Diga uma outra coisa: é comum... O senhor acha que está certo... Na empresa de caça e pesca, o senhor acha que era preciso vender munição de outros calibres que não aqueles utilizados para caça e pesca?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - É, isso...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor acha que está certo ou errado?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Só vendia de uso permitido.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não. Eu não estou dizendo que não é de uso permitido. Eu estou perguntando se está certo isso.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Se a empresa... se a gente vende armas e munições, tem que vender todo tipo de munição.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Todas? Não, mas não é de caça e pesca?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Sim.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, não são todas as munições, no caso?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - De uso permitido.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não. Eu estou lhe perguntando se está certo. A loja não é para quem vai caçar ou quem vai pescar?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - É de caça, pesca, armas e munições.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah! Então, a sua não é só de caça e pesca, mas é de caça, pesca, armas e munições?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Armas e munições. Eu tenho documento aqui provando isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, documento, o senhor...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Meu registro. Tudo consta que eu era autorizado a vender tudo isso. Inclusive, faca peixeira era autorizada; sou autorizado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não. Eu não estou dizendo que o senhor não seja autorizado, não. Eu sei que o senhor é autorizado. O que não é autorizado é o fundo falso e a mercadoria que foi encontrada no fundo falso, não é? Além disso, o senhor acha que houve outra mercadoria encontrada que era ilegal?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - No caminhão?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - No caminhão, de mercadoria minha, só vinham as espoletas e as munições de pólvora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor não responde a outros... um, dois, três inquéritos? Porque, olha, o senhor responde ao Inquérito 193, cujo delegado que preside é o Dr. Dorneles. Nesse, foram apreendidos 1 milhão, 144 mil cartuchos, de calibres variados; 1 milhão, 920 mil espoletas; 30 quilos de pólvora. Esse, o senhor responde com o Humberto, com o Manuel, com o Paulo, com o Leandro e com o Alfredo. Este é o caso do... Agora, além desse, o senhor responde ao 160, de 2005; o 204, de 2005; o 213, de 2005. Nesse, a Presidenta do inquérito é a Delegada Cristiane Barros. Nesse, o senhor responde junto com Dayan José Leitão de Farias e Josafá Rodrigues da Silva Júnior. Quem é Josafá Rodrigues da Silva Júnior?



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - É um funcionário meu.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Seu funcionário?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Funcionário meu.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Nesse, já é apreensão de 338 armas de fogo, de calibres diversos; 72 mil, 366 cartuchos de calibres diversos, dentre os quais, aquelas 200 munições de AR-15; 24 mil e 200 espoletas; 60 carretas de estopim, e outros materiais. Esse inquérito, por que o senhor responde a isso? Só por causa da AR-15?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu o respondo, porque, de todas as armas que constam aí, eu tenho documentos legais delas.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - De todas?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Todas elas que estão aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não foram todas, não. Porque de duas, inclusive, tinham sido dadas notícias de roubo delas e estavam lá, no seu estabelecimento.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Essa, eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Como é que ela foi parar lá?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois é. Duas armas encontradas lá. A informação que nos chega é que tinha sido dada notícia de furto, e estavam lá no seu estabelecimento.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Isso eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só me permite uma coisinha. Eu queria saber uma coisa: o senhor já disse que comprou sem nota do José Carlos...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - José Luiz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - José Luiz. Quando falou com o Paulo, o senhor disse: *“Olha, dá para vender mais barato se for sem nota ou coisa parecida?”*

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não. Não falamos ‘sem nota’. Eu comprei com nota fiscal. Quando botam no meu caminhão, se não entregam a nota



fiscal ao chofer, eu não me responsabilizo. Eu não mandei comprar mercadoria sem nota.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E o chofer, quando não tinha nota, ele não ligou para o senhor?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E por quê?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não sei, desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não faz muita diferença, porque o senhor já disse que já tinha comprado sem nota do José Luiz. Então, dá no mesmo.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Sim, mas essas munições que eu comprei de Paulo Schiling eram para vir, todas elas, acompanhadas de documento fiscal e guia de tráfego do Exército.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas todo material da Rossi veio com nota fiscal. O que não veio nem com guia de tráfego foi o material lá da Brustolin. A última pergunta porque, infelizmente, eu vou ter que sair: o Sr. Humberto, que era seu funcionário, estava no seu caminhão, disse que a ordem para encher o fundo falso foi sua. Ele é mentiroso?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não. Ele tinha uma ordem para apanhar uma mercadoria minha, acompanhada de documentos fiscais. De acoplá-la.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Vou ler para o senhor. No depoimento dele, ele diz — entre aspas: ...*“que deseja consignar que nunca havia feito transporte de munição; e somente acondicionou a mercadoria no fundo falso a pedido de Antônio Farias.”*

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Sim, a mercadoria era para vir lá, para segurança, porque ele estava com o caminhão com fundo falso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, o senhor mandou colocar a mercadoria...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Lá. Agora...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Que mercadoria o senhor mandou colocar no fundo falso?



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu mandei colocar espoleta Rossi; mandei colocar pólvora; mandei colocar munições, que eu tinha comprado de Paulo Schiling.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Na parte de baixo? E o que ficava na parte...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não ficava nada na parte de cima. Vinha... Toda a mercadoria era para vir dentro. O caminhão tinha que vir vazio, o baú.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O baú vazio, e tudo no fundo falso?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Vazio. E ficava tudo acoplado. Não era... Ficava tudo no fim do caminhão, para vir.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas, por quê?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Segurança na estrada. Por conta de assalto na estrada. Até porque era uma mercadoria perigosa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas não tem um procedimento de transporte de mercadoria a ser seguido? Por isso é que tem a nota... a guia de tráfego...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Guia de tráfego.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - ... porque há um procedimento a ser seguido, não é isso?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - É. Agora, de vez em quando, está sendo um assaltado na estrada, e estão levando a mercadoria todinha.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Tem muito assalto na estrada?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Acontece vários. Já veio mercadoria minha da Forjas Taurus, revólveres, que foi tomada no caminho. Depois, a fábrica restituiu, mandou outra. Já aconteceu várias vezes.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É comum esse roubo de carga?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Várias vezes aconteceu isso?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Senhor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Várias vezes já aconteceu isso?



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Já aconteceu. Já mandei, uma vez, via aérea, e faltou mercadoria minha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, eu estou mais interessado nessas que foram assaltadas. Como é que foram esses assaltos?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Na estrada. Chegava faltando mercadoria. A gente compra mas não chega a mercadoria no destino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas, a carga inteira?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - A minha mercadoria: armas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, eu quero saber se foi a carga inteira?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Porque, aí, é o seguinte: a gente quando apanha... pelo que vem numa transportadora, não vem só armas, ela vem com outras mercadorias. A gente não sabe nem por quem vem. A gente compra, a indústria bota numa transportadora, ela vai chegar na minha porta. Eu só assino a guia de tráfico na hora em que ela chegar. Aí, eu dou entrada no Exército como recebi a mercadoria, chegou ao destino final. Mas, até não chegar ao destino final, eu não me responsabilizo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Qualquer transportadora pode, então, transportar arma? Ou são aquelas específicas?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, têm transportadoras autorizadas.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - As autorizadas. Não é qualquer transportadora que pode transportar. Senão, vira o samba do crioulo doido.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Exato, tem umas autorizadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quantas vezes o senhor foi indenizado pela Taurus ou outra indústria?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Umas 2 a 3 vezes... umas 2 vezes, pela Taurus. Ela não indeniza, ela mandava outra mercadoria. A mesma mercadoria que a gente comprou, ela enviava novamente. Ela enviava a mesma mercadoria que a gente comprou.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Obrigada. Pelo menos, infelizmente, por enquanto, mas eu tenho que ir. Eu estou agradecida.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O Deputado Neucimar Fraga tem a palavra.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sr. Presidente, nossa Vice-Presidenta, Deputada Laura Carneiro, Sr. Antônio Ferreira de Farias, o senhor iniciou as atividades da sua empresa já nesse ramo específico?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, negociava com estivas, aramo farpado, grampo, cerca, ferragens. Aí, comecei, tirei o registro no Exército e comecei a negociar com armas.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O senhor tirou registro em qual ano?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Em 82.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Em 82. Qual o faturamento médio da sua empresa, mensal?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Hoje?

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Há 30 dias.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - O faturamento... agora mesmo está... acredito que em torno de 10 mil reais.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Quanto?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Dez, hoje.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Dez mil mensais?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Hoje, está nisso, porque não tenho...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E antes da apreensão.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Antes da apreensão era maior.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Era quanto?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Em torno de 20, 30, 40, dependendo das vendas do mês.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E por que caiu assim?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Quando levaram minhas armas — que a Polícia Federal levou —, já que minha fonte de renda maior é armas e munições, aí, ficou somente a atividade de pesca.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - A Polícia esteve na sede da sua empresa e levou as armas?



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - A Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Levou as armas?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Todas as armas.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Por quê? Elas estavam ilegais também?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Estão todas elas legalizadas.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E por que levou?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eles falaram que estavam cumprindo mandado de busca e apreensão. Não me deram chance de provar que as armas estavam legalizadas, dentro do meu mapa mensal que consta no Exército. Simplesmente me prenderam, na minha casa, e foram às minhas lojas e levaram tudinho.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Você tinha filial em outras cidades?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu tinha loja em Timbaúba e duas lojas em Recife, entendeu?

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas sempre no Estado de Pernambuco. Em outro Estado, nunca teve filial?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, não, só em Pernambuco.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Pequeno distribuidor, representante do senhor?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Só tem em Pernambuco.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Só em Pernambuco. Você fazia sempre venda direta para o consumidor mesmo?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Venda para o consumidor. Vendia para empresas de vigilância, para ...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O senhor vendia para o Governo do Estado do Pernambuco também?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Vendia. Inclusive, até o próprio Jarbas Vasconcelos me comprou arma.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O senhor vendia então ... vendia para a Polícia Militar de Pernambuco?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Polícia Militar de Pernambuco; vendia para a Polícia Civil e Justiça Federal. Eu tenho documento. As empresas de



vigilância, todas elas do Estado, me compram: Nordeste de Segurança de Valores, a Preserve, Lisperve, Selen, todas elas são clientes minhas.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O Governo do Estado... A Polícia Militar, quando comprava do senhor, comprava diretamente, como é que era?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, a Polícia, não; policiais. O órgão comprava direto.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Do senhor?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, direto de fábrica, o órgão ...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O senhor vendia aos policiais.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - É, para os policiais. Já vendi à Justiça Federal.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O senhor falou que vendeu ao Governador Jarbas Vasconcelos pessoalmente?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Pessoa, para ele próprio.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Ah, não foi para o Governo, foi para ele?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, foi a ele, ao Governador Jarbas Vasconcelos.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E, nesse período que o senhor falou que... antes da Polícia chegar e apreender as armas... porque normalmente se prende mercadoria ilegal. Por isso, estou estranhando porque a informação que temos do inquérito é da apreensão das munições do senhor, que estavam a caminho da empresa.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Exato.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Acho que nós não temos informação aqui, Sr. Presidente, sobre a apreensão das armas que já estavam sendo comercializadas na empresa. Então, as armas que foram apreendidas são todas armas legais, documentadas...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Legalizadas.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Legalizadas.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Inclusive, têm várias armas de clientes que me compraram. A documentação se encontrava na Polícia Federal, não



tinha saído o registro ainda de tantas armas, e eu era fiel depositário. Agora, estão saindo os registros e eu estou sem poder entregar porque elas estão presas.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Essa mercadoria que foi apreendida no caminhão era toda realmente para o senhor?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - As espoletas e as munições.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Que estavam no caminhão eram todas?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - É.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Qual o valor dessa mercadoria? O senhor pagou por essa mercadoria lá na Rossi e na ...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu ainda ia pagar por ela.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas qual seria o valor? O senhor fez um pedido...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Dava em torno de 100 mil reais, 100 e poucos mil reais.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Então, de toda essa mercadoria, o valor final dela seria 100 mil reais?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - É.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O senhor pagou à vista?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, isso eu comprava dele e pagava em 30, 45, 60, 75 dias; era a minha média de pagamento com eles.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O senhor comprava de mais alguma empresa, de algum outro Estado?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu comprava ...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Munição.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu comprava da Companhia Brasileira de Cartuchos ou, então, eu comprava em Caruaru, de Silvio. Muitas vezes, eu comprei dele.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Então, o senhor tinha outros fornecedores que não fosse só o ...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Tinha.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Permite-me uma intervenção, já que foi perguntado. Tinha quase 20 quilos de pólvora lá sem a documentação fiscal. Como é que o senhor arrumou essa pólvora?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - A pólvora, muitas vezes, a gente comprava ela... Zé Luiz mesmo, quando ele fechou o negócio dele, que ele deixou de negociar, aí, ele pegou e reuniu um bocado de mercadoria que tinha e fez negócio comigo. Aí, veio pólvora, comprei muita pólvora ...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O senhor comprou a ponta de estoque do Zé Luiz?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Exato, eu comprei o saldo de mercadoria que ele tinha.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas tudo isso com documentação, não? Ele não fez ...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, essa daí ele não mandou com documentação.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O Zé Luiz não mandou?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não mandou.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O senhor pagou quanto nessa mercadoria para o Zé Luiz?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu paguei 30 e poucos mil reais na época.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E ele não deu nota fiscal?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - A empresa dele ficava localizada em Timbaúba também?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, a empresa dele é em Feira de Santana, na Bahia.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Essa mercadoria foi transportada de Feira de Santana para Timbaúba sem guia fiscal?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - No mesmo caminhão que eu comprei, com o mesmo chofer dele, que trabalhava com ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E com o mesmo fundo falso.



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Com o mesmo fundo... E ele me entregava em casa. Ninguém nunca via esse fundo falso porque, quando ele chegava, encostava o caminhão na porta da loja. O chofer entrava e se trancava dentro. Quando ele abria o caminhão, estava a mercadoria na porta do baú.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E o Zé Luiz disse que tinha comprado de quem essa mercadoria?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Aí, eu desconheço de quem ele comprava, provavelmente, na indústria.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O Zé Luiz era representante ou ele tinha uma empresa que vendia também como loja?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele tinha loja ...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Lá em Feira?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Em Feira, estabelecida.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sabe o nome da loja dele, não?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Sei não, senhor.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E ele vendia também para ...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Distribuía.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Ele distribuía. O Zé Luiz, no caso, distribuía. O senhor só vende?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu só vendo.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O Zé Luiz distribuía, com certeza, para lojas menores, em outras cidades, outras regiões do Nordeste.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Lojas menores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E tudo sem nota, assim?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, o senhor conhece porque fez um negócio com ele sem nota.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Sim, eu comprei dele, mas não sei se ele vendia aos outros sem nota.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - A do senhor foi sem nota, a dos outros o senhor não sabe se foi?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Aí, eu não sei.



O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O senhor sabe por quanto tempo que o Zé Luiz operou nesse ramo de distribuição de munição?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Sei não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas o senhor o conheceu ...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu conhecia ele já há mais de 2 anos.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E o senhor comprava dele...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu comprei dele várias vezes.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Durante esses dois anos, o senhor comprava... Comprava o que dele, só munição ou comprava armas também?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Arma não, nunca comprei nenhuma arma dele.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Ele só vendia munição ou vendia armas?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele vendia armas na loja e vendia munição também. Vendia estopim, vendia vários tipos de mercadorias.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E essa proposta de compra de caminhão, foi o senhor que fez a ele?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele disse: *"Toinho, vou te vender esse caminhão meu, tu queres comprá-lo?"* Digo: compro. Ele disse: *"Comprar, eu não posso, você querendo trocar, eu troco no meu carro"*. Aí, troquei ele na Mercedes.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E os clientes que o Zé Luiz tinha no Nordeste, lá, que distribuiu, o senhor passou a vender para esses clientes também?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O senhor continuou vendendo ...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, até porque o caminhão... a primeira viagem que o caminhão deu foi essa em que foi preso.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O senhor acha que pode ter sido o Zé Luiz que entregou o senhor?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu não sei, senhor.



O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Porque só ele que sabia que esse caminhão tinha fundo falso.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu não sei, eu não sei quem ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não foi a primeira não, porque ele já tinha lhe entregue a pólvora.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele tinha entregue no caminhão dele. Como caminhão meu era a primeira viagem que ele estava dando, como meu caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora, o senhor comprou sem nota, como é que o senhor vendia?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - O sinal, esse estopim, essa mercadoria que ele mandou para mim, eu não tinha vendido uma ainda. Estava toda dentro do depósito e, quando a Polícia Federal chegou, levou ela todinha de volta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Como é que eu vou saber se era toda, se não tinha nota, não tinha nada para comprovar?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - É, como eu estou lhe dizendo, que a mercadoria que tinha ele levou, estou lhe falando... se foi apreendida dentro dos meus depósitos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, mas quem é que me diz que ele não lhe vendeu 50 quilos e só tinha 20?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, tinha mais pólvora do que 20 quilos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tinha mais de 20, não é?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Tinha, que está aí; consta aí que tinha mais de 20 quilos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, aqui na apreensão deu 19,7 quilos.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, essa daí deve ter sido numa das lojas. E essa daí estava totalmente legalizada. Eu tenho documento provando que ela está toda legalizada, que eu tenho direito a ter 20 quilos nessa loja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A que não estava legalizada era outra. Aí, quantos quilos foi?



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Foi 70... parece que foi 70 e poucas caixas de pólvora Elefante. Eu não me lembro de cabeça, mas foi um bocado de mercadoria. Tinham 15 caixas de estopim, 15 mil metros, no caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Essa munição 223 é a do AR-15?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Foi apreendida lá também.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não. Essa munição, que foram apreendidas essas caixas, por sinal, não estava nem na minha loja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Duzentos e setenta e nove e 223.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Estava no depósito onde estava o estopim, porque, quando o camarada deixou lá para fazer o serviço, aí, não deu nem tempo de fazer, porque elas estavam lá todas pretas, cheias de ferrugem. Aí, meu armeiro disse: "Eu não vou fazer esse serviço, não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E as escopetas, cano serrado?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu tinha lá umas espingardas, porque sou autorizado a consertar armas; vender peças e consertar armas. Era arma de cliente. Eu tinha 2 espingardas, que eram minhas, com cano serrado, que estavam no meu sítio. Aí, eu as tinha levado para loja, porque era para eu entregar. Eu tinha um prazo até o mês de junho para entregar as armas, inclusive, eu ia devolver armas de clientes que havia na minha oficina, que já faziam 10, 15 anos; armas velhas, sem cano, sem nome. Eu tinha até junho para devolvê-las. Eu ia fazê-lo. Eu estava até procurando os donos, para ver se eles vinham buscar as armas, porque, se eles não viessem, quando chegasse no mês de junho, eu ia levar essas armas e devolver ao Exército.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O senhor já esteve, alguma vez, lá no Rio Grande do Sul, em São Leopoldo, visitando os seus fornecedores?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ah, na Amadeo Rossi, já estive. Já estive na Amadeo Rossi, já estive na Forjas Taurus, já estive na ER Amantino, que é a Boito.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Você já esteve em Estação?



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não conheço essa Estação.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Essa cidade, lá no Rio Grande do Sul?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não conheço. Só conheço, do Rio Grande do Sul, Amadeo Rossi, Forjas Taurus, ER Amantino. Não conheço nem a que mudou-se para lá, Companhia Brasileira de Cartucho. Eu a conhecia, quando era em São Paulo, mas, quando ela mudou-se para lá, eu não fui lá mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu só fiquei em dúvida de uma coisa: quer dizer que as duas armas cano serrado eram de clientes seus?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não. As 2 espingardas que tinha com cano curto eram de minha propriedade, porque estavam no meu sítio. Aí, eu para não deixar o meu caseiro com elas, eu digo: *“Eu vou levar para loja, porque tenho até junho para devolver”*. Eu ia devolvê-las até o mês de junho, porque eu ia juntar com as armas de cliente. Têm armas que jamais funcionariam, armas que só tinham os canos estourados, e jamais funcionariam as armas. Tinham 3 armas de Nordeste Segurança de Valores, que foram apreendidos também: 3 revólveres velhos. Estavam na oficina e eram da Nordeste Segurança de Valores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E as munições ponto 40?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Lá, havia umas munições. O policial deixava armas para consertar. Eu consertava arma da Polícia Federal — eu tenho o documento —, de policiais civis e militares. Deixava a arma. Muitas vezes, chegava com defeito, e deixava a munição. Parece que havia 40 e poucas munições lá, que era exatamente para passar munição na arma, quando estava em conserto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Para passar na arma?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Sim, passava. Botava o carregador para ver a eficiência, se ela estava funcionando ou não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Quem eram seus principais clientes de compras de armas e munição? Só os principais.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Empresas de vigilância.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Qual o nome delas?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Nordeste Segurança de Valores, Preserve Segurança e Transporte de Valores, Glaus Clause(?).



O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Qual era a média de compras delas mensal?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Hoje, não estavam...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Hoje, não. Nos últimos 12 meses?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Era pouco. Agora, anos atrás, cheguei a vender 400 a 500 armas/mês.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Quantos anos atrás?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Uma média de 15 anos, 12 anos.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Quinze anos?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - É. A média era essa. Mas, depois, que veio esse negócio de armas, as próprias empresas ...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas veio neste ano o Estatuto.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Aí, foi que, depois do Estatuto, as vendas caíram escandalosamente. Caíram em torno de 95% as vendas.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Antes do Estatuto, você chegava a vender, então, na faixa de 500 armas/mês?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Há 12, 15 anos, eu vendia. Depois, eu passei a vender 30, 40. Começaram a cair mesmo as vendas desde o Plano Cruzado. Aí, as vendas começaram a cair escandalosamente.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Quando o senhor esteve no Rio Grande do Sul, o senhor esteve no escritório do Sr. Paulo?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Paulo Schiling?

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - É.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Estive na empresa Amadeo Rossi. Não era no escritório.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas o Paulo não vendia só para o Amadeo.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Sim, eu comprava dele a mercadoria de Amadeo Rossi e comprava dele a mercadoria e essa outra munição. Mas eu nunca estive no escritório dele, não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Nunca esteve no escritório dele?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não. Eu tinha, eu estava, eu falei com ele em Amadeo Rossi, dentro da indústria São Leopoldo.



O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sim, então, quer dizer, que o senhor nunca quando chegou em São Leopoldo já saiu com o Paulo, almoçou com ele lá no Rio Grande do Sul, visitou outras empresas, não?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Visitei.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Quando o senhor comprou a mercadoria, essa munição que foi apreendida da Brustolin, o senhor se interessou em saber aonde era essa empresa, de quem?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Não?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, eu conhecia Paulo.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E por quê? Antes de comprar da Brustolin o senhor comprava essa mercadoria de quem?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Da Companhia Brasileira da Cartuchos.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E por que o senhor mudou da Companhia Brasileira para a Brustolin?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Porque eles davam um prazo melhor para a gente pagar e a...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Tinha preço menor também?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, preço menor, não. Ele tinha prazo.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Prazo maior.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Prazo maior, e aí ele dava condições para a gente trabalhar com o dinheiro dele.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O preço dele era igual ao da companhia ou era menor.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Dava uma diferença de 10% a mais.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - A mais?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - A mais.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O senhor pagava a mais mas tinha um prazo maior.



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Mas tinha um prazo para pagar, porque eu não tinha o capital para bancar.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas o senhor tanto tempo aí no ramo de armas e vendendo bem, com tantos imóveis que o senhor falou que tem...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Sim, mas eu não tinha...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mesmo assim o senhor optou pagar mais caro com ele.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Com o prazo maior.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Esse prazo era de quantos dias?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele me dava 15, 30, 45... era 30, 45, 60 e 75 dias.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Ele dava uma média de 50 dias.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Sessenta dias.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Cinqüenta dias, 55 dias de prazo.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - A média era essa.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E mesmo assim o senhor preferia pagar 10% a mais.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Pagar a mais porque eu não tinha o capital de giro, porque para a gente fazer uma programação com a CBC tinha que comprar um volume muito alto para ter os descontos máximos que ela dava, e eu não tinha condições de comprar à vista, antecipada aquela quantidade que ela queria impor. Aí eu não tinha condições de comprar à vista aquela quantidade. Eu preferia comprar menos e com o prazo.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Nas vezes que a mercadoria do senhor chegou faltando, que o senhor disse que aconteceu algumas vezes de comprar a mercadoria, ela não chegar...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Aconteceu.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Qual foi o motivo do desvio, foi roubo ou foi assalto?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Roubo.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Roubo?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Roubo.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Foi roubado no transporte.



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - No caminho, não chegou no destino. Quando não chegou...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas saiu de fábrica?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Saiu de fábrica.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Ah, mas foi via transportadora.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Foi. Saiu de fábrica. Não chegou ao destino e aí eu liguei para lá. Disseram: não essa mercadoria foi extraviada na estrada.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Qual a transportadora, o senhor lembra, que aconteceu isso?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Atlas.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Atlas Transportadora.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - É que aconteceu isso.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mais de uma vez aconteceu com a Atlas?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Aconteceu... com a Atlas aconteceu umas 2 vezes.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - A mercadoria sair...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Sair de fábrica e não chegar...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - ...e não chegar.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - ... no destino.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E era muita mercadoria?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não. Era arma, negócio...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Quantas armas, assim, mais ou menos?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Dez armas, 15 armas, 20 armas.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E a empresa justificava o quê? Sumiu e eles não sabiam? Abriram sindicância, inquérito à empresa para denunciar isso?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - O Exército era comunicado, aí ela enviava, depois, outra mercadoria para nós.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Então, 2 vezes o senhor lembra que aconteceu isso com a Atlas Transportadora. É do Pernambuco essa empresa?



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - É deve ser de outra, não é de Pernambuco não. Acho que é de fora. Eu não sei de onde ela é não. Eu sei que ela é que transportava, de Taurus mesmo era ela.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E aí o senhor comunicava para a Rossi?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Comunicava para a empresa que a gente comprou, para a Forjas Taurus: olha, essa mercadoria que a gente comprou, cadê a mercadoria que não chegou? Ela dizia: olhe, não chegou essa mercadoria porque foi extraviada. Porque a empresa comunicava à fábrica. Aí, depois, ela providenciava outra e mandava.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Chegou a ser extraviada munição também, ou só armas?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Só armas.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Só armas. Que tipo de armas, pistola, revólver, tinha tudo?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Era, só armas. Naquela época era mais revólver.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O.k. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Antônio, além dos 3 caminhões que foram apreendidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu queria só dar uma informação — o Deputado não estava aqui —, mas ele fornece armas para aquela região do Nordeste, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. O senhor tem outros veículos, além dos 3 que foram...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu não tenho 3 caminhões. Eu só tenho um caminhão.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E esse caminhão é cabine fechada, Mercedes-Benz, modelo L-1418, cor branca, placa JKV-1320, esse é do senhor?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Era esse o caminhão.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o cabine fechada, Ford, F350G, do ano de 2004, cor vermelha, placa ILV-6400?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Desconheço. Meu só era um caminhão.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer que só tem esse caminhão?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Só tenho esse caminhão.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas o senhor fornece para diversos Estados. Como é que o senhor faz esse fornecimento? O senhor contrata o caminhoneiro?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, eu não forneço, eu vendo para a empresa e distritos de segurança de outros Estados.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eles vêm buscar na sua loja, ou o senhor...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eles vêm buscar na loja. Eles vêm apanhar na loja.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Para quem, no Nordeste, o senhor fornece, o senhor vende armas também?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Vendo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor vende às pessoas que vão lá, ou o senhor também fornece para a empresa armas?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, geralmente é para as pessoas que vão lá, ou para as empresas de vigilância.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - De vigilância.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - De vigilância, transporte de valores.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o senhor vende para o Estado da Paraíba também?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Já vendi várias vezes.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor vende para quem, no Estado da Paraíba?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Nordeste, que eles têm firma.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nordeste?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - É.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E eles vão buscar na loja?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Vão buscar lá na loja.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Com nota fiscal?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Todo legalizado, com guia de tráfego autorizado pelo... a Polícia Federal, a Justiça Federal manda uma autorização para a gente vender tantas armas, tantas munições.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas o senhor fornece também para outras firmas também na Paraíba, além de empresas?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Por exemplo, uma empresa que...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Uma empresa de Campina Grande.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não. Já vendi armas para Campina Grande, a B. Bezerra. Mas faz muitos anos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - B. Bezerra.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - B. Bezerra. Manoel Ferreira nunca vendi não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim. E essa loja que o senhor tem em Timbaúba. O senhor vende para onde, porque o senhor tem lojas...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Em Timbaúba e em Recife.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Essa loja em Timbaúba, o senhor vende para onde essas armas?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Para a área ali, dentro do Estado, qualquer canto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Qualquer pessoa que vá lá pode comprar?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Pode comprar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mesmo sem ter...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não. Ele vai comprar legalizadamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas sem ter porte de armas, mesmo a pessoa chega lá?



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele vai... ele para comprar uma arma não precisa de porte de arma. Ele tem que comprar e a Polícia Federal eles pedem um registro... A gente só entrega a arma mediante o registro que a Polícia Federal entrega.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, todas as armas que o senhor vende, lá em Timbaúba...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Em Timbaúba, em Recife, é legalizada.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor não vendeu armas para policiais que vão lá, que compram arma e...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Só compra se for legalizada.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Legalizada significa ter...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - A documentação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Da Polícia Federal?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - O registro feito, porque antes era feito pela Secretaria de Segurança, hoje é feito pela Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor só entrega depois que tiver...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Após chegar o registro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. O senhor disse que é também o senhor que administra a loja lá de Timbaúba.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Sou. Lá eu só abro...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas como é que o senhor pode estar em Recife e Timbaúba ao mesmo tempo?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Em Timbaúba eu só abro quarta-feira e sábado, que é o dia da feira de Timbaúba.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Dia da feira.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Quarta-feira e sábado. Durante a semana ela fica fechada. Foi tanto que quando a polícia foi lá fazer a busca e apreensão encontraram ela fechada. Arrombaram a loja e levaram tudo que tinha dentro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Agora, a munição o senhor vende para quem chega lá...



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Com o registro da arma, que dá direito a comprar 50 munições mensais, ou 200 uma vez por ano, com o registro da arma.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Além do Estado de Pernambuco, da Paraíba, o senhor fornece também munição para qual outro Estado do Nordeste? Rio Grande do Norte?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - A gente vende para qualquer empresa que chegue.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mas que empresa de outros Estados. Eu queria...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Já vendi para São Paulo, Rio Grande do Norte...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O Ceará.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - A Nordeste Vigilância... Para Bahia

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Para o Ceará?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Para o Ceará não. Ceará eu acho que não tenho cliente lá não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor diz que ao comprar o caminhão, o senhor sabia que esse caminhão tinha fundo falso.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Sim. Ele quando chegou o caminhão na minha loja...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor sabia.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu vi.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E aí mesmo sabendo que tinha fundo falso, o senhor continuou usando esse caminhão?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu não continuei usando, porque esse caminhão, a primeira viagem dele foi essa em que ele foi preso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E antes, como é que o senhor fazia antes, porque o senhor... Como é que chegava a munição, a mercadoria?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - A mercadoria vinha... Chega, a gente compra, ela chega na porta da nossa loja.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Vinha através de quê?



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Transportadoras.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Uma transportadora.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Transportadoras.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E quais foram as transportadoras que o senhor utilizou antes de ter esse caminhão?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Atlas, Transpampa, Bianco, várias transportadoras, porque, aí, quando a gente compra numa indústria, por exemplo, a gente não sabe por qual transportadora ela vai mandar, porque o frete...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor fazia a compra direta na...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - CBC também, várias.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quando o senhor começou a usar intermediário?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - De Paulo Schiling, eu comprei faz uns 6 meses.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas antes o senhor fazia direto...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Da Companhia Brasileira de Cartuchos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quem indicou o Sr. Paulo Schiling?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Paulo Schiling, eu já comprava mercadoria dele há mais de 15 anos, desde o dia em que ele entrou na Rossi.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas, aí, ele fez intermediação também...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Aí, ele disse a mim que ia arrumar uma pessoa pra me vender munição.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E quem ele arrumou ao senhor?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele era quem fazia, eu não sabia quem era.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só uma pergunta: quantas comprar fizeram da Brustolin?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu acredito que umas 4 ou 5 compras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele disse bem mais, ele disse umas 8 compras.



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu comprei várias vezes de Paulo Schiling.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Da Brustolin.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu comprava de Paulo Schiling, vinha de Brustolin.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Mas, o senhor veja, o senhor comprou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Foram 8 vezes mais ou menos?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu comprei várias vezes. Assim... eu não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E essas notas das compras estão todas lá no seu arquivo?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - As que eu comprava tinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só essa última que não teve?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Essa não chegou nota. Não chegou nem a mercadoria, nem a mercadoria chegou. Foi apreendida.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer que o fundo falso só trouxe problema para o senhor?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Senhor?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O fundo falso só trouxe problema para o senhor?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Na primeira viagem que ele foi, foi preso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É o seguinte: o senhor tem um filho também que trabalha com o senhor, não tem?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Trabalha comigo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O nome dele é...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Dayan.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E ele administra com o senhor também as empresas ou...



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, quando eu não estou na loja, ele fica.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas ele vive de outras, ele trabalha em outras...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, ele fica comigo. Quando eu vou pra Timbaúba, pra loja de Timbaúba, aí, ele fica na loja.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Porque, nesse caminhão que vinha, vinha munição também que não tinha nota fiscal. Em outra oportunidade, o senhor também recebeu pelas empresas munição que não tinha nota fiscal ou era tudo com nota fiscal?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Com nota fiscal. Se ela vinha sem nota no meu caminhão, não foi autorizada por mim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Mandaram...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o senhor recebeu alguma vez sem nota fiscal?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Recebi.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E como o senhor vendia essa munição sem nota fiscal pra outras pessoas? Era também sem nota fiscal?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Com registro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas também sem nota fiscal?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, tinha que dar o registro. Dava o registro e emitia a nota.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mas se o senhor recebia munição sem nota fiscal, ou seja, o senhor, pra procedência dessas munições ou armas, de nota fiscal, o senhor usava uma nota fiscal para a pessoa que comprava?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Usava.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Usava. Se o senhor só tem... O senhor já esteve lá na cidade de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só me permita o seguinte...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E como é que fazia com a fiscalização do Exército? Ou não havia essa fiscalização?



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Havia. A fiscalização do Exército sempre eles faziam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, mas quero entender como é que uma mercadoria comprada sem nota é vendida com nota. E a origem da mercadoria, fica onde?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Veja bem, eu tinha essa pólvora, um exemplo, eu tinha o estopim. Essa daí, que eu não tinha vendido ela ainda, provavelmente, eu teria que vender ela sem nota fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E como é que o senhor iria fazer para vender?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu teria que vender ela sem a nota, porque eu recebi ela sem a nota.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E quem é que compra sem nota?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - O estopim, a gente vende, podia ser vendido, aos camaradas que têm pedreira. Eles compram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Compram sem nota?.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - A pólvora, você vende pra aquele caçador que chega na porta da loja e pede um tubo de pólvora de 50 gramas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aí dá pra vender sem nota?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ela era pólvora soca-soca. A espingarda soca-soca era artesanato. A gente comprava ela sem nota fiscal e vendia sem nota, porque ela é considerada artesanato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Toda soca-soca é vendida sem nota e...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - É artesanato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E a pólvora também?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - A pólvora, não. A pólvora, a gente comprava na Pernambuco Powder, comprava com nota fiscal. Essa que eu comprei do Zé Luiz, a ponta de estoque dele é que veio sem nota.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor foi pra São Leopoldo, foi a convite da empresa ou o senhor quis conhecer lá a empresa Rossi?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Amadeo Rossi?



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Amadeo Rossi.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu fui lá a convite da empresa, fui lá na Forjas Taurus, tudo pago pela Taurus.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Isso foi intermediado pelo Sr. Paulo?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não. O Paulo, na época que eu fui à Rossi, ele não trabalhava lá. Quem trabalhava lá...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foi a própria empresa que convidou o senhor?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Sim, era Raul Rossi, na época.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor conhece o Sr. Leandro, da Brustolin?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, nunca vi esse rapaz.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nunca?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Nunca.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nem também o Sr. Alfredo?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não conheço nenhum. O único que eu conheço é o Paulo Schiling, que era ele que... Toda a negociação era feita através de Paulo Schiling. Não conheço nenhum do grupo Brustolin.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o Humberto Silva, ele fazia trabalho para o senhor, como é que era?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - O Humberto era chofer do Zé Luiz, eu comprei um caminhão a ele, do Zé Luiz, e pedi pra ele, porque ele era acostumado a vir apanhar mercadoria na Rossi, aí eu falei com ele pra vir apanhar essa mercadoria minha, mediante o pagamento de 500 reais, que eu ia dar a ele pela viagem. Ele não trabalhava comigo ainda, porque ele não era fichado. Era a primeira viagem que ele ia. Ele não trabalhava.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. E como é que o senhor conheceu o Paulo Roberto, no caso?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele trabalhava com o Zé Luiz. Eu comprava mercadoria a Zé Luiz.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O Paulo Roberto? Não, o Humberto.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - O Humberto.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aí ele trouxe o caminhão, e o senhor disse: agora você vai fazer, buscar uma carga...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Quando ele trouxe o caminhão, que eu mandei de volta, que o Zé Luiz disse *"me manda o caminhão de volta"*, que era pra matricular e passar pelo INMETRO, aí mandou. Quando chegou, ele disse: *"Seu Toninho, o caminhão está pronto"*. Aí eu disse: *"Tu podes me fazer uma viagem pra mim, pro Rio Grande do Sul, pra apanhar uma mercadoria minha que está lá?"* Ele disse: *"Posso"*. Aí combinei com ele pra dar 500 reais pra ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aí o senhor disse: "Lá, procure Paulo Roberto...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Paulo Schiling.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o senhor conheceu esse Paulo Roberto Schiling quando?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu conheço há mais de 15 anos, desde o dia em que ele entrou pra trabalhar na Rossi. Desde o dia em que ele entrou pra trabalhar na Rossi, eu conheço ele, ele já veio à minha empresa, em Recife, já veio mais de 20 vezes, ele já veio a Recife.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Já veio a Recife.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Já veio a Recife.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Além da relação profissional, ele chegava a Recife, ficava na sua casa?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, ele vinha fazer negócio. Não era à minha só que ele vinha, ele vinha fazer visita a todas as lojas, era Recife, era Pernambuco, era Paraíba, era Rio Grande do Norte, ele vinha fazer a região, vendendo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mas que ele fazia intermediação com o Brustolin...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Isso aí, ele fez essas vendas de 6 meses para cá.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nas outras vezes, o senhor recebeu, também, munição da Brustolin?:

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu comprava dele de 6 meses pra cá. Durante uns 6 meses, eu só comprei a ele umas 3, 4 vezes.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esses telefones são do senhor: 81-3224-5817?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - É.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Também o 9971-4063?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Exato.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o 9914-6989?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Segundo... pertenceria a seu filho.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ah, então, é dele, não conheço o telefone dele.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Um depoimento diz que foi o senhor que pediu para que fosse feita, ou seja, para que parte da carga fosse colocada num fundo falso.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Era parte da carga não. Era a carga completa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Completa?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Completa. Não era parte.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E por que o senhor fazia essa...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Para segurança na estrada. Ela ia vir acoplada nesse baú.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Mas sem nota fiscal?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Com nota fiscal e guia de tráfego.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora, aí é que eu quero entender como é que funciona essa segurança, porque em todo o posto de controle da Fazenda o senhor ia ter que abrir o fundo falso e mostrar.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele ia parar, mostrar as notas fiscais e onde estava a mercadoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E o fundo falso.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele ia mostrar em todos eles.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Em todos eles. Tinha que parar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E aí qual é a segurança que tem, se tudo quanto é caminhoneiro ia saber que o seu caminhão tinha um fundo falso?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Mas aí a insegurança não é no posto fiscal, a insegurança. A insegurança é na estrada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim. Todo mundo ia saber. *“Olha, tem um fundo falso naquele caminhão”*. O senhor não acha que chama muito mais a atenção do que carregar a mercadoria?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu acho que não. A mercadoria, se ela está acoplada de uma maneira exposta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não tem o mínimo sentido, porque o senhor sabe que o fundo falso era para levar mercadoria irregular. Tanto é que o senhor recebeu, no mesmo fundo falso, lá em Recife, mercadoria irregular sem nota. O fundo falso não parou no posto de fiscalização de Feira até Recife. O senhor recebeu a mercadoria lá sem nota.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Mas a minha que eu comprei, eu comprei com nota.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, não. O senhor acabou de dizer que comprou do Zé Luiz sem nota.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Sim, mas a que vinha do Rio Grande do Sul, do meu caminhão, ela era para vir comprada.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor comprou munição do Estado do Paraná?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Nunca. Paraná?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Paraná.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Nunca.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Além do Rio Grande do Sul e da Bahia, o senhor comprou em outro local?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não. Já comprei em Caruaru no Pernambuco.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em Caruaru. Aí já era intermediário que passava ou era...



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Era distribuidor também. Tem um distribuidor lá.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas direto assim de fábrica o senhor comprava do Rio Grande do Sul...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu comprava na CBC.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...e também na Bahia, Feira de Santana.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Sim, de distribuidor, porque lá é distribuidor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas Feira de Santana também produzia. Também tinha fabriqueta de produção de arma e de munição. O senhor comprou alguma vez direto?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Nunca soube dessa indústria na Bahia não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Disseram agora que na Campanha do Desarmamento muita gente trabalhou lá produzindo arma para vender para o pessoal comprar e ganhar dinheiro no Governo Federal.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Desconheço.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Desconhece?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Desconheço.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, eram as perguntas que eu tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O seu motorista está preso ainda ou não?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - O que foi buscar o caminhão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele já foi solto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Já foi solto. O senhor também nem chegou a ficar muito tempo. O senhor chegou a ser preso?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Fui preso. Passei 31 dias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Trinta e um dias.



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Foi. Passei 10 dias na Polícia Federal, em Recife, passei 11 dias no Cotel, em Recife, e passei 11 dias no Presídio Central de Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Presídio de Porto Alegre.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E aí o senhor foi solto depois?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aí é que eu não entendo porque o art. 21 da Lei de Desarmamento diz que os crimes previstos nos arts. 16, 17 e 18 são insuscetíveis de liberdade provisória. E o senhor está com uma liberdade provisória, não é?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esse da Bahia, Zé Luiz, o senhor sabe o nome completo dele?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Sei não senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só por Zé Luiz?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Só conheço por Zé Luiz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele disse que é dono de um posto tropical e tal. Vamos...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - De propriedade dele?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor se considera no Nordeste um dos maiores vendedores de arma que tem?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Hoje eu acredito que sou o menor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É o menor? Quem são...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu não estou vendendo nem 10 armas ao mês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E antes da sua apreensão?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - A gente vendia... Era uma média de 10, 15 armas. Agora, há 15 anos atrás a gente vendia bastante armas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Há 15 anos atrás.



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu tenho tudo no mapa. Todos os mapas eu tenho mensais. Desde a época em que eu abri a loja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Os seus clientes, principalmente policiais...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Empresas de ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E do Exército? Tinha cliente também?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Os próprios soldados, vários deles compravam na minha loja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Compravam arma?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - A minha loja é aberta ao público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É? E o senhor vendeu para quem no Exército?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Para eu saber assim é difícil, porque eu vendo há 25 anos, eu vendo armas. Saber distinguir a quem eu vendi durante 25 anos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E ao pessoal da fiscalização, o senhor vendeu alguma arma?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Que fiscalização?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Do Exército.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não lembra se vendeu alguma arma para eles. E como é que esses 70 quilos de pólvora nunca ninguém da fiscalização viu? Tinha fundo falso na loja também?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, essa... Estava no meu depósito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ah! Tem o depósito. O depósito o Exército não fiscalizava.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Nesse depósito mesmo fazia mais de ano que tinha sido fiscalizado em Timbaúba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E o senhor não tinha medo de ficar com 70 quilos de pólvora num depósito seu, que o Exército a qualquer



momento podia fiscalizar? Por que o senhor tinha tanta tranqüilidade de deixar lá isso?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu não tinha onde botar. O lugar de botar era lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, o senhor não devia ter comprado. Agora, por que o senhor tinha tranqüilidade?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Porque até a gente vendia rápido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ah, vendia rápido aquilo?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Vendia rápido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E quando é que lhe deixaram a pólvora e quanto tempo ela estava estocada lá no seu depósito?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Fazia uns 30 dias. Era uns 20 ou 30 dias, que ela foi exatamente no caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, ela foi no caminhão. Só para o senhor saber. O senhor está incurso no 16, no 17 se quiserem botar, do novo Estatuto do Desarmamento. E ainda vai incorrer nos agravantes que vêm ali depois nos 19, 20 por aí, do Estatuto do Desarmamento. Quer dizer, o art. 20, por exemplo, e também o 19, porque o senhor tinha em depósito lá munição de uso restrito. Então, o senhor está inscrito também no agravante desse artigo. Agora, eu queria saber por que o senhor, assim mesmo, mantinha tudo isso lá. Porque em uma fiscalização não era possível para o senhor manter isso com toda a tranqüilidade. Quando foram apreendidas as suas armas o senhor não cumpria nada da determinação. As armas estavam lá fora de locais adequados e tudo o mais. Quer dizer, que diabo de fiscalização é que acontecia lá?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - As armas estavam acopladas dentro do meu caixa forte que eu tenho. Em cada loja minha eu tenho um caixa forte exatamente para botar as armas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas não é o que o auto de apreensão diz. O auto de apreensão, inclusive assinado pelo pessoal do Exército que foi junto, não diz isso. Diz que estava fora.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Estavam fora as armas que eram de conserto. Não eram as armas que estavam legalizadas. Eram as armas de conserto que eles foram. Porque fizeram a apreensão num dia, não levaram...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor tem quantos armeiros lá?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Agora não tenho mais nenhum, porque ele aposentou-se.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, mas quando foi feita a apreensão.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Quando foi feita a apreensão já fazia mais de ano que tinha sido desativada a oficina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, fica difícil de entender. Se estava desativada, o senhor está dizendo que as armas que estavam lá eram de conserto...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eram armas de conserto que estavam esperando os donos virem e apanhar elas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, há mais de anos.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Tinha arma lá que tinha 15 anos que os donos não tinham ido apanhar ainda. De 10 anos, de 8 anos, de 6 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, aí o senhor deixa à mostra na rua para quem quiser pegar.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Elas não estavam à mostra na rua. Elas estavam dentro do primeiro andar do prédio da minha loja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, estava fora. É isso que eu estou dizendo. Estava fora daquelas regulamentações que existem para a guarda de arma. Não interessa se é para.com... Eu podia entender até se o senhor tivesse um armeiro funcionando na arma ali fora do negócio. Agora, o senhor ter várias armas fora sem ter armeiro, sem ter nada... Tenha a santa paciência.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Estavam guardadas no meu depósito. Estavam guardadas no primeiro andar do meu depósito. Quando fizeram a apreensão na minha loja essas armas já estavam lá. Só que não levaram. Eu estava preso no... dias depois, 2 dias, 3 dias depois...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O que aconteceu com aquele bandido que disse que uma Glock que ele tinha usado, ou coisa parecida, ele tinha conseguido com o senhor? O que aconteceu aí?



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu não sei desse bandido, que bandido é esse não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não sabe não?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não sabe como é que conseguiu?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu não sei nem dessa Glock nem desse bandido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A informação... chegou a informação de que ele teria declarado que...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não sei de quem é... não sei nem de quem é que o senhor está falando?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...teria recebido nesse sentido. Tá? Muito bem. Como chegou a informação também que duas armas que estavam lá eram armas que tinham sido dadas como furtadas...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu também desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ... e que apareceu lá.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu também desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Também desconhece isso.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Também desconheço. Se está na minha loja e ela teve aquela...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas me diga uma coisa. O senhor, com toda a tranqüilidade, pegou esse material do Zé Carlos. É comum o pessoal vender sem nota, assim, pólvora, munição, coisas assim lá?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Vendem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vendem?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Vendem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quem é que mais vende assim? Quem é que tem maior facilidade para fazer isso?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu digo ao senhor, toda a mercadoria, quem mais deve responder..



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque senão o senhor vai ser o “boi de piranha” da história. Eu quero saber se o resto faz esse negócio, ou não parece que o senhor é o único que...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Quem pode responder isso é a indústria que fabrica. Para quem ela vende? Porque se a indústria fabrica, ela sabe os clientes para quem foi vendido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E como é que fazem isso? Como é que eles fazem esse movimento sem nota depois?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu desconheço. Ao menos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor acabou de dizer que vendem. E aí, o que aconteceu?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Sim, porque se o senhor chegar numa feira, no interior de qualquer cidade daquelas, o senhor vê eles vendendo pólvora nas vendas, nas bodegas. O senhor vê os camaradas ter lá o quilo de pólvora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eles vendem nas feiras, nas bodegas, vendem em todos os cantos.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Vendem. Vendem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Em todos os cantos.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - É. Principalmente a pólvora negra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É. Qual é a diferença?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Pólvora negra e a pólvora soca-soca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pólvora negra. Mas compra da outra também se quiser?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - É mais difícil, a outra. A outra tem que comprar com registro. Toda legalizada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E cartucho de doze, de vinte e oito? Esses aí...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Mediante o registro da arma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas, eu digo, também vendem feiras?



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, aí eu não sei, não. Eu sei que eu vendo legalizada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, não, não estou perguntando do senhor. Estou perguntando do resto.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Aí, eu não sei. Cartucho, eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - De cartucho o senhor não tem conhecimento?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer, pólvora o senhor tem conhecimento.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Pólvora, eu sei. A gente sabe que tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Que tem nesse sentido.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora, o senhor sabe que essa sua história aí da R-15 vai ser difícil de alguém engolir, não é?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu acredito que nem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Que foi de um capitão que já morreu e que tinha 90 anos.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu acredito que nenhuma arma da... nenhuma munição daquelas funcione, porque elas, eu acredito que não tinham menos de 20 ou 30 anos, porque estavam todas cobertas de branco, aquela crosta branca. Ele que queria que eu polisse, meu armeiro disse na época: *"Eu não vou polir isso não, Seu Antônio. Não vou polir isso não".*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Polir a munição?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Sim, que era para dar brilho nela e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E por que, se ele disse que não era para polir, por que tu não deste de volta?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele não foi apanhar. Deixou lá e não foi mais. Foi tanto que não estava na minha loja. Estava num depósito fechado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu sabias quem era. Mandava lá para ele e mandava de volta.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Estava lá e ele não foi apanhar e ficou lá. Eu não sabia. Se eu soubesse eu teria tirado ela há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Me diz uma coisa, o Paulinho, tu conhecias o Paulinho, não conhecias o outro, o Leandro.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não o Paulo eu conheço há muitos anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E o Leandro lá da Brustolin...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Nunca vi na minha vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nunca viu. Falou com ele por telefone?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Falei com o Paulo. Eu falei com ele no dia que o meu caminhão vinha e que o chofer disse: amigo... Eu tinha que mandar mil reais para ele, porque não ia dar o dinheiro para ele voltar. E eu disse: Paulo, dá aí mil reais, que eu deposito. Aí ele pegou e mandou e disse: eu vou falar porque o caminhão já saiu daqui e vou mandar o Leandro dar o dinheiro ao chofer e você deposita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu fizeste a recomendação para o Paulo: ó, Paulo, manda botar aí num fundo falso que é para garantir para ninguém roubar. Tu fizeste essa recomendação?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, eu disse ao chofer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E ao Paulo, tu disseste alguma coisa?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, o Paulo, mandei ele apanhar botar a mercadoria, carregar, no carro, porque eu comprei para ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas ele podia estranhar e na hora de carregar e botar no fundo falso ali, tu não avisaste ele!

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não. Esse chofer é acostumado a buscar mercadoria lá em Amadeo Rossi com o caminhão para Zé Luiz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ah, ele buscava sempre para Zé Luiz com esse caminhão.



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Sempre, com o caminhão lá na Amadeo Rossi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ah, era sempre assim.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Esse caminhão tá... esse chofer trabalhava com o Zé Luiz há muitos anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E o Zé Luiz comprava e vendia mercadoria assim sem nota e sem problemas?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - O Zé Luiz vendia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sem nota, sem problema nenhum.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Vendia. A maneira...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E por que tu achas que ele acabou o negócio? Ele achou que estava ficando muito perigoso o negócio?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu não sei, eu desconheço. Eu sei que, de repente, ele disse que começou faltando mercadoria, faltando, e disse que não ia negociar mais no ramo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Achou que estava muito derrubado o negócio?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - As vendas estavam fracas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O Zé Luiz, quando fostes preso, tu falastes nele?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Quando eu fui preso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Falei. Que eu comprei o caminhão dele e tal?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não. De que sabia que ele comprava e vendia mercadoria sem nota?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu falei que comprei os estopins dele. Está tudo no depoimento da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está lá?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Está lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então é fácil encontrar esse Zé Luiz, que já devem ter feito o rastreamento dele.



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - É, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu conheces esse Zé Luiz de onde?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Conheci Zé Luiz... Ele esteve na minha loja, em Recife, há uns 2 anos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E o Paulinho conhecia também o Zé Luiz?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - O Paulo conhecia. O Paulo conhece o Zé Luiz demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Com certeza. Ele comprava mercadoria da Rossi. Se comprava mercadoria da Rossi, teria que comprar a Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tá certo. E já estava acostumado. Então Paulo já conhecia o caminhão também daquele ali?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Devia conhecer, porque ele ia apanhar mercadoria lá. Se ele não conhece, eu desconheço. Mas que ele apanhava... o chofer ia lá apanhar com o caminhão direto.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Só uma pergunta, Sr. Presidente. Só para tirar dúvida. Esse caminhão, a gente sabe, é um ator importante dentro desse processo, não é? O fundo falso, a mercadoria era guiada no fundo falso. O senhor já justificou que é para evitar questão de assalto, questão de segurança, mas ele transitava...era caminhão baú.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Baú.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Ele fazia o trajeto todo só com a mercadoria do fundo falso, o resto do baú vinha vazio ou vinha com outra mercadoria?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Vazio.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Era comum trazer uma carga de uma outra mercadoria e no fundo falso...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele só carregava a mercadoria...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - É que, quando vem com o fundo falso e vazio, fica mais fácil descobrir que está com fundo falso. Por isso que a gente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É bem mais fácil. Eu queria só lhe dispensar um pouco. Vou chamar daqui a pouco e vou chamar o Paulo Schiling aqui, por favor. O senhor pode voltar para lá, por favor, com seu advogado. Obrigado. O senhor aguarde lá um pouquinho, porque pode ter que perguntar mais algumas coisas para o senhor. Tá bom? Muito obrigado. *(Pausa.)*

Paulo, surgiram uns fatos novos aqui. E, diante dessa colaboração, tu continuas sob a palavra de dizer a verdade. Mas, o Antônio... Primeiro esse teu relacionamento com ele é de 15 anos. É isso?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - É aproximadamente, o tempo que tenho na fábrica, 14, 15 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas ele fez denúncias gravíssimas sobre o Zé Luiz, de Feira de Santana, que seria o primeiro dono desse caminhão. Ele fez denúncias de que o Zé Luiz transportava sem nota mercadorias e tal. Inclusive admitiu que entregou para ele mercadoria sem nota esse Zé Luiz. Perguntando sobre o Zé Luiz, ele disse: *"Não, quem conhece tudo do Zé Luiz é o Paulo"*. Então, queria saber como é esse negócio?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, esse senhor comprava da empresa, mas tinha um cliente, que comprava no nome do cliente. Não sei se ele tinha uma sociedade, o que era, não me lembro o nome. Isso faz há algum tempo. Com relação a isso, não tenho nada a declarar. Nada, absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É isso que eu quero entender, porque...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Mesmo porque é da região dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas ele disse que comprava muito de ti lá na Rossi.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Quem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O Zé Luiz.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Ele comprou uma época, ele comprou bastante espoleta na Rossi. Tem lá tudo direitinho, tudo especificado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Qual foi a época que isso aconteceu?



O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Acho que isso foi no ano passado, no começo de 2004. Em 2003 ele também comprou. Teve um período que ele comprou, eu não tenho de cabeça isso, excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Começo de 2004, 2003.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - É, 2004, 2003. Antes também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque com o que o Antônio disse, vou ter de chamar esse Zé Luiz aqui para saber como é esse negócio de vender tudo sem nota, sem coisa alguma.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Pois é, mas isso eu não sei lhe informar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele disse: *“Não, ele vende sem nota, não tem problema”*. Inclusive, o caminhão... Ele disse que esse caminhão que ia sempre buscar mercadoria, que tem esse fundo falso.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Tá. Eu não sei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tá. Eu quero saber, o Zé Luiz também fez compras do Brustolin? Isso no levantamento a gente vê depois.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, nunca fez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Fez compras de mais alguém indicado por você?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Ele só comprava da Rossi. O José Luiz só comprava da Rossi. O nome, não me lembro o nome do cliente. O nome dele era... Não sei lhe informar. Se eu lhe informar, não vou estar falando a verdade. Então, vou não afirmar-lhe nada com relação a isso. Mas só sei que ele comprou numa época da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Bom, você tem condição de me mandar toda essa ficha do Zé Luiz, quem era ele, o nome do cliente, tudo mais.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - O nome do cliente tem direitinho, tem na fábrica. Isso a fábrica pode informar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vocês lá não têm problema nenhum?



O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Sim, sem problema nenhum, tranqüilo. Informalmente, eu pedi solicitação para o Amadeo Rossi, para a fábrica. Não há problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu preciso dessa informação, porque tenho de chamar o Zé Luiz para saber que história é que ele vai falar nessa acusação que o Antônio fez, de ele vender mercadoria ilegalmente. Inclusive, usar esse caminhão ilegalmente, o que dá a entender que esse caminhão fez muitos roteiros nesse mesmo sentido, ilegais. Quer dizer, porque não tem maior sentido outra coisa. No Brustolin, foi a primeira vez que esse caminhão apareceu? Como é que se fazia as vendas para o Antônio, através do Brustolin?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - É por transportadora sempre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sempre transportadora?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Que eu saiba, pelo que me foi informado, é por transportadora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele me disse uma coisa que me deixou um pouco preocupado. Acontece muito furto de mercadoria no meio do caminho, que tem de repor essa mercadoria?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Olha, da nossa empresa algumas vezes ocorreram, mas não foi muito seguido não, nesse nosso tipo de mercadoria. Mesmo porque nos últimos tempos não se tem vendido quase nada praticamente. Não sei como funcionava a mercadoria dele. Com relação à CBC, no caso. Por isso sugeri hoje de manhã que fossem chamadas as outras empresas para informar como funcionava, etc.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Neucimar, tem alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sim. Você conheceu, começou a fazer transação comercial com o Luiz há quantos anos?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Com quem?

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O Zé Luiz, de Feira de Santana.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não me lembro.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Você vendia pelo o Zé Luiz?



O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Vendia para um cliente, que o Zé Luiz era o revendedor. Não sei qual o relacionamento que ele tinha com o cliente. Ele era comprador.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Você vendia para qual cliente?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu não me lembro o nome.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Acho que o importante é o seguinte: o que o Zé Luiz era?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Ele era um cliente da Amadeo Rossi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ah, ele tinha uma firma.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Uma firma, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E ele era o proprietário?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Exatamente. Ele comprava...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E ele era revendedor lá para o Nordeste?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Ele comprava e revendia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas ele vendia para os comerciantes ou vendia para o varejo mesmo?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Acho que ele vendia para o varejo. Não tenho idéia de como ele fazia as vendas dele, porque a fábrica não controla, nesse caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque o Antônio disse que o Zé Luiz vendia por atacado para outros revendedores.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Para vendedores, revendedores menores.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Certo.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Eu quero saber o seguinte: você era representante da Amadeo Rossi lá no Nordeste?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, eu sou gerente de vendas da Amadeo Rossi.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Você é gerente de vendas. O.k. Mas você, como gerente de venda, viajava também...



O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu trabalhava também na região Nordeste.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Com promoção de vendas?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Com vendas.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Isso. Então, você vendia para o Zé Luiz em Feira de Santana?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Nós vendíamos para o... exatamente para o cliente. Mas eu não tenho o nome do cliente.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Ah, mas você...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Vendíamos para ele, correto.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O Zé Luiz era o dono da empresa que você vendia.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Isso.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Você não sabe o nome da loja. O nome do cliente é Zé Luiz.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Você já visitou a loja do Zé Luiz em Feira de Santana?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu estive lá, eu já estive lá sim.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Quantas vezes?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Estive umas 2 vezes, eu acho.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Umas 2 vezes.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - É, não fui na loja, eu fui no escritório dele.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - No escritório dele.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - É.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Você chegou a efetuar venda direto para ele?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Sim, ele encomendava. Ele dizia: "*Olha, mande tantas caixas de espoleta para*"... Eu não lembro o nome da...



O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Só espoleta? Você não vendia...
Você chegou a vender arma para o Zé Luiz?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Nunca.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Nunca. Só munição.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Só... nem munição. Só espoleta.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Você só vendia espoleta para o Zé Luiz?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Só.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E a mercadoria para o Zé Luiz era transportada só por via transportadora, ou esse caminhão do Zé Luiz já esteve lá na Rossi pegando mercadoria também?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, foi o que ele mencionou que o caminhão já esteve lá buscando na Rossi e foi via transportadora também.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Então, o caminhão do Zé Luiz...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Foi um caminhão que veio de Feira de Santana, que era dele, que foi buscar mercadoria que ele adquiriu, não é?

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Por quantas vezes?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Ah, não tenho recordação.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas várias vezes?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Foi mais de uma vez, mais de 2, mais de 3 vezes, foi algumas vezes sim. Mas eu não me lembro quantas vezes foram. Eu não posso lhe precisar com relação a isso.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Quando o Zé Luiz parou a... quando que o Zé Luiz parou a atividade dele de vendas de armas e munição?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Acho que faz quase 1 ano que ele parou de vender... as espoletas, eu acho que já faz quase 1 ano.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mais de 1 ano?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - É, eu acredito que seja mais ou menos 1 ano.



O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E... ele vendeu, ficou com ponta de estoque lá, claro, fechou. E você ajudou a intermediar alguma venda dessa de resto de estoque dele para outras empresas?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Nunca. Eu nem sei se ele ficou com estoque. Nunca quis nenhuma negociação dele também. Nunca, nunca fiz nada. Nunca participei nada de ação dele.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - É... de Feira de Santana a Pernambuco a gente sabe que não é tão perto assim. Você sabe quantos quilômetros dá? Não, não é?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não tenho idéia não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas é bastante distante.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - É distante.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Você chegou a se encontrar com o Sr. Zé Luiz e o Sr. Antônio?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Nunca.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sempre foi encontro separado.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Nunca, nunca, nunca.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, eu só vou nos meus clientes. Eu vou no João, vou no Pedro, vou no Antônio. Eu nunca tenho, não tenho...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Então, vocês nunca estiveram os 3 juntos?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Nunca.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Você sempre esteve sozinho com o Zé Luiz ou só com o Antônio.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Nenhuma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Dos clientes lá, qual é o maior revendedor que tem?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Aonde? No caso do...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - No Nordeste.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Revendedor de... atualmente não tem maior revendedor, não é? Nunca teve assim...



O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O principal cliente seu no Nordeste, Paulo?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Como?

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O principal cliente seu no Nordeste é quem?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu não tenho um principal cliente. Antigamente chegou até a ser, na época...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Então, falando...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - ... chegou, na época, a ser o Sr. Antônio...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Esquece o...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - ... quando ele inaugurou uma loja, que era Rei das Armas o nome dela, ele chegou, naquela época, a ser o principal cliente. Depois parou, foi diminuindo tudo e aí parou geral. Nesses últimos anos, com esse problema do desarmamento, aquele negócio todo, não tem mais nem o que se salientar se era o maior cliente, o menor cliente.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas se diminuiu tanto as vendas assim, por que ele comprou uma quantidade tão grande de munição que foi presa?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu não sei te informar sobre isso.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Foi você que vendeu.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Sim, mas eu não sei por que ele comprou essa quantidade de...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Vocês está dizendo que se diminuiu o número de venda de armas, conseqüentemente tem que diminuir o número de venda de munição.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Aí eu te pergunto o seguinte: qual foi a maior venda de munição que você já fez para o Sr. Antônio?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Foi essa última aí agora.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Então, quer dizer, diminuiu o número de vendas, e a maior venda foi agora?



O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Foi essa última que foi feita.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Estranho, não é? Estranho. Vamos ter que checar. Então, eu peço só para me mandar essa questão do Zé Luiz. Eu não sei... o Deputado Luiz Couto tem alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Se ele, se ele... além da atividade que você tinha como gerente, você, depois, intermediou também venda com a Brustolin?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Se eu intermediei venda da Rossi pra Brustolin?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele é tipo um representante da...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No caso do Sr. Antônio, ele comprou munição lá na...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - ... na Brustolin.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... Brustolin. Essa intermediação era feita por você?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Sim, foi eu que fiz.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E você tinha, no momento que foi feita a carga lá em São Leopoldo, porque depois ele vai para Estação, não é? Onde lá termina carregando também munição na Brustolin. Você tinha informação de que esse caminhão tinha fundo falso?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nem o Zé Luiz nunca te falou disso?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - O Zé Luiz nunca comentou comigo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer, não tinha essa informação?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Nunca comentou nada comigo não.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o Sr. Humberto? Você conheceu o motorista do Sr. Zé Luiz. Ele, várias vezes, esteve lá comprando...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu não dava muita conversa para eles assim, no caso. A gente não conversava. Eles só apanhavam a mercadoria e iam embora. Não tinha assim muito relacionamento.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Só uma pergunta: você disse que não era representante da Rossi, você era gerente de vendas.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu sou funcionário e gerente de vendas da Amadeo Rossi.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Carteira assinada?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Exato.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - A empresa Rossi não se opunha pelo fato de você, sendo funcionário dela, gerente de vendas dela, ser também vendedor da Brustolin?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não, porque o produto não conflitava, né? Não era o mesmo produto.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Então, da Rossi você era funcionário, da Brustolin você era o representante?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Informal, exatamente.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O.k.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Como ele tem outras pessoas que vende para ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora o Zé Luiz tu conhecestes bem depois do que o Antônio, não é?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Sim, correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Foi bem depois. Alguém te apresentou o Zé Luiz? Como é que foi?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu não me lembro. Eu até acho que ele esteve na fábrica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele já tinha esse relacionamento com o Antônio antes?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não sei lhe informar. Não é do meu conhecimento.



O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Só uma pergunta, Presidente, você chegou a efetuar venda da Brustolin para o Zé Luiz?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Não?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Nunca.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Nunca?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Nunca.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Só da Rossi?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Só.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Você conheceu sempre o Zé Luiz ou você sabia...

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu acabei de responder aqui agora, fui conhecer ele lá pela fábrica.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mas o nome completo dele, o senhor... a referência era sempre Zé Luiz?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - É José Luiz... José... eu não me lembro do sobrenome dele.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - José Luiz.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Isso, José Luiz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Você sabe o nome da loja como é que era ou não?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Mas eu não me lembro. Era isso que eu quero pedir para o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aí você me manda.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - ...mandar um ofício para a Amadeo Rossi para a gente pegar a informação direitinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, tá. Mas alguma coisa, Deputados?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Além de Recife, a que outros Estados do Nordeste você também fazia essa intermediação?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu fiz a maior parte para Recife.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Paraíba?



O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não lembro. Paraíba não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Rio Grande do Norte?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não. A nossa negociação da fábrica sempre era feita só para aquela região ali que revendia e que repassava.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só Pernambuco?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - É, Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu ias 4 vezes por ano lá para o Nordeste?

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não chegava a 4 vezes. Não chegava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O Antônio disse: *“Em seguida, ele vai lá. Dá umas 4 vezes por ano mais ou menos”*.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Não chegava a 4 vezes por ano. É muito caro, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso eu estava achando uma frequência alta.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Está louco? Não, de jeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, tá. Mais alguma pergunta? Então, está dispensado.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Muito obrigado. Eu só pediria a gentileza de, se fosse possível, oficializar essa solicitação passada aí, da Amadeo Rossi, do nome do cliente, tudo certinho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, tudo bem.

O SR. PAULO ROBERTO SCHILING DA SILVA - Eu queria agradecer então. Muito obrigado. Estou à disposição para qualquer coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está bom. Obrigado. Se precisar, a gente chama. Até mais.

Vamos chamar aqui o Sr. Antônio, por favor. *(Pausa)* Sr. Antônio, por favor, pode sentar. Nós chamamos o Sr. Paulo e ele vai mandar as maiores informações sobre o Zé Luiz. O Zé Luiz trabalhou com isso quanto tempo, o senhor tem idéia?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Desconheço.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Desconhece? Não tem idéia de quanto tempo ele trabalhou com isso?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Tenho não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O que me deixa meio estranho assim... quando termina uma loja dessa, que tipo de fiscalização tem que ter?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele é quem tem que apresentar a pessoa. Se não tem mais mercadoria, zerar o mapa, apresentar ao Exército e o Exército ir lá fazer a vistoria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, ele não zerou? Ele deve ter zerado os mapas, mas não zerou o estoque, não é?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não zerou o estoque. Eu acredito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque, quer dizer, foi feita uma falsidade pelo Zé Luiz, se houve essa...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu não sei como ele fez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque isso é uma preocupação grande. Agora, Seu Antônio, como é feito esse comércio? Na sua opinião, onde é que os bandidos se abastecem para ter aquelas AR-15, aquelas coisas todas lá? O que o pessoal... veja que estou lhe perguntando uma coisa simples porque muita gente da Polícia frequenta lá sua casa e, volta e meia, conversam. Então, quero saber onde é que a bandidagem do Nordeste, principalmente, que é a sua atuação, se abastece de armas?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu não sei, mas, no comércio legal, tenho certeza que eles não se abastecem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Até eu tenho certeza, porque ninguém vai comprar arma registrada para ser bandido.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas eu quero saber como é que acontece esse comércio ilegal.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Isso eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nem tanto, não é? Porque o senhor mesmo fez parte dele quando pegou a mercadoria do Zé Luiz.



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Mas era mercadoria extremamente nacional que eu podia vender ela na minha loja. Não era mercadoria de outro país. Era pólvora negra, que tem uma fábrica em Pernambuco. A fábrica dela é em Pernambuco — Pernambuco Powder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, essa fábrica de pólvora é em Pernambuco e não precisa comprar com nota, não?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Precisa. As vezes que eu comprei a ela foi com nota.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas, se precisar comprar sem nota mesmo eles vende um pouco? Se precisar comprar um pouco sem nota também eles vendem?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu não sei. As vezes que eu comprei a ele era com nota.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Já chegou a importar alguma mercadoria?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Nunca comprou mercadoria importada?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, eu compro mercadoria de importadores, não é?

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - De importadores o senhor compra?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - De importadores, porque hoje a maioria das mercadorias que a gente vende são importadas.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas, arma também?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Arma eu comprei já muito: Bessa, Argentina, porque eu tinha um importador que era Carlos Rossi de Moraes. A Bessa, a Glock, que o importador era Carlos Rossi de Moraes. Mas vendia legalizadamente. E ela pode ser vendida no mercado legal.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sempre da Argentina? Já comprou do Paraguai?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não. Ela não é de Paraguai. A gente comprava ao importador brasileiro.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Do importador.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas ninguém disse que não pode comprar também do importador vindo do Paraguai também...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não. A gente comprava ao importador. Não sabia de onde ele trazia. A gente compra do importador legalizadamente.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Qual importador que o senhor comprava?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Carlos Rossi de Moraes.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Carlos Rossi...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - De Moraes.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - De Moraes. A empresa dele é onde?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - É no Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - A empresa de importação dele é no Rio Grande do Sul?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - É.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Só dele?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - É dele. Não é Amadeo Rossi. É Carlos Rossi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele é parente do Amadeo?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - É um da família que desligou-se da família e montou essa importadora.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Em vez de fabricar começou a importar. É intermediário de importação.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - É. Ele é importador. O único importador que tem de Glock e de Bessa argentina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E a Glock, qual era o calibre dela?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - 380.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - 380?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - É. A modelo 25 e a modelo 28.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - As duas, 380?



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Exato. Todas duas são 380. Uma maior e outra menor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E a Bessa também?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - A Bessa também, 380. Tinha a de 13 tiros e a de 8 tiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Bom, agora vamos fazer o resumo da ópera para ver como é que fica...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Seu Antônio, o senhor disse que recebeu um prêmio, não foi?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não. Eu não. Quem recebeu foi um funcionário meu.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Seu ?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Meu.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Porque vendeu...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Porque ele vendeu mais arma na época.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. E foi fornecido esse prêmio por quem?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Por Amadeo Rossi.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Amadeo Rossi.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Amadeo Rossi. Foi um carro Fiat. Deu um carro Fiat de presente a ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - E 200 litros de combustível.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Combustível. Uma outra coisa que queria .que o senhor esclarecesse: o Sr. Paulo Roberto Schiling, normalmente ele vinha a Pernambuco quantas vezes por ano?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele vinha a Pernambuco, no mínimo, umas 4 vezes ou 5, 6 por ano. Entre 4 a 6 vezes, ele vinha.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ele vinha de 4 a 6 vezes.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - É. Ele vinha fazer vendas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Aí fazia Pernambuco, fazia Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele diz que não, que vinha muito menos que isso.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, ele vinha 4 vezes, tanto que tem um distribuidor em Pernambuco que trabalha com ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quem é o distribuidor de Pernambuco?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - A gente conhece ele por Jojó, mas é o distribuidor dele, de Amadeo Rossi. É o distribuidor dele, se chegar Amadeo Rossi, vai informar. É Joanilson, o nome dele, e a gente chama Jojó.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Joanilson. Sr. Antônio, normalmente as suas lojas são fiscalizadas. Quantas vezes por ano?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Tem vez que o Exército vai uma vez ou duas por ano. Tem vez que passa 2 ou 1 ano sem ir.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Lá em Timbaúba, mais ou menos, fica quanto tempo sem ser fiscalizada?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ela passa lá em Timbaúba... essa loja que eu estou com ela em Timbaúba agora foi transferida. Ela era em Recife, na Conselheiro Aguiar, e eu transferi ela para Timbaúba.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Aí ela está há uns 6 meses. Agora, eu tinha loja antes que eu tinha fechado e passava 1 ano, 6 meses e já teve até época de mais de ano.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mais de ano sem fiscalizar.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Já teve época de mais de ano.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sr. Antônio, quando o senhor, Zé Luiz e o Paulo se encontravam lá em Pernambuco assim, vocês conversavam sobre negócio também, não?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Nunca nos encontramos, eu, Zé Luiz e Paulo Schiling.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Não, só por telefone esse contato.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - É, exato. Zé Luiz ia. O Zé Luiz só foi em Recife uma vez, que eu conheci ele em Recife. O Paulo Schiling sempre ia.



O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Então, vocês 3 nunca estiveram juntos?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Nunca estiveram os 3 juntos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Bom, nós vamos ter que fazer todo o levantamento. Casa de munição do Zé Luiz era casa Pulman, localizada em Feira de Santana e estava registrada em nome do seu tio Edval Lyra Peixoto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o nome do Zé Luiz é José Luiz Chaves Peixoto, não é? É isso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Hein? É José Luiz Chaves Peixoto. Já tem todo o nome dele, então, aqui fica mais tranquilo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer que o Sr. Zé Luiz tinha um laranja, que era o Sr. Edval Lyra Peixoto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está mais complicado aqui, Sr. Antônio.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sr. Antônio, quando o senhor comprou essa mercadoria do Zé Luiz agora por último, depois que ele fechou a loja, não é isso? O senhor comprou foi a pólvora dele, não é?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Foi pólvora, estopim e uns cartuchos.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas antes disso o senhor não tinha comprado nada dele, não é? Do Zé Luiz?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Já tinha comprado algumas vezes mercadoria dele.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - É. Que tipo de mercadoria?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Pólvora.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Arma também?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, nunca comprei arma.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Só pólvora e munição?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Era. Nunca comprei.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Então, do Zé Luiz, o senhor sempre comprava?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Comprei dele.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Várias vezes, então?



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Exato.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E ele era sempre...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Armas nunca comprei.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E essa mercadoria ia para o senhor de que forma? Transportadora?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele mesmo transportava.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Ele mesmo?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - É. O Humberto era que carregava.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Era o quê? Carro pequeno?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Era caminhão.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Ah, nesse caminhão que o senhor comprou?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Ah, tá.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas tem uma informação de que ele, esse Humberto, carregou munição para o senhor de forma regular e com nota, mas que, há mais ou menos 1 ano, ele fez um outro frete para Zé Luiz, levando munição para o senhor de forma irregular.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele fez da última vez que ele comprou, ele levou essas munições, esses cartuchos e a pólvora. Mas não fez frete para José Luiz. Ele era funcionário de José Luiz.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é, mas ele disse que foi de forma irregular, que essa munição foi de forma irregular, sem nota.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu falei... Comprei ela sem nota. Eu não falei que comprei ela sem nota.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo, certo.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Por isso é que ela estava no meu depósito sem nota.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E aí por que essa, o senhor tinha as suas lojas mais em Recife, que essa carga foi entregue lá em Timbaúba?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Porque eu tinha um depósito lá para acumular elas.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É porque em Timbaúba, também, era mais fácil de não ter fiscalização?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, fiscalização, em todas as lojas, eles fazem normais. Elas são de portas abertas e abro elas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, pergunto isso é porque, naquela região de Timbaúba, Itambé, Pedra de Fogo, etc é uma região onde efetivamente acontecia ação de grupo de extermínio e normalmente eles diziam que tinha até locais onde eles treinavam pistoleiros e a média diária era de 30 tiros por dia, que cada pessoa fazia. E que essa munição era comprada, também, na região. Tem alguma outra loja do senhor, além da do senhor naquela região, que vende armas ou que vende munição?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Tem a loja de Limoeiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Limoeiro.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Tem em Campina Grande, João Pessoa. É tudo perto, não é?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - João Pessoa...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - É tudo uma hora de viagem.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Itambé, também tinha ou não?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Itambé, não. Não conheço, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Goiana?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Goiana já teve uma loja lá.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Teve loja.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Teve.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aliança?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não. Tem não, tem não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não? Condado?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Também, não. Não é do meu conhecimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Camutanga?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Também não. Não é do meu conhecimento, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixe eu colocar, Sr. Antônio. O senhor se esqueceu de nos dizer que o Humberto levou uma carga de espoleta para o senhor que estava camuflada debaixo de 300 quilos de cravo-da-índia e entregou para o senhor lá na Loja Timbaúba.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele levou essa mercadoria para mim?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não. O senhor, até agora, tinha-me falado só na pólvora e naquele negócio de utilizar nas pedreiras lá.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ah! Estopim e cartucho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Estopim. É. Agora já está ficando maior o negócio.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - E cartucho. Foi exatamente a mercadoria que foi apreendida no depósito.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Mas o senhor disse que só recebeu uma carga irregular.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Do Zé Luiz?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Zé Luiz.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Zé Luiz, ele me vendeu várias vezes pólvora.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quantas vezes?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Umas 4 ou 5 vezes, todas elas entregues por Humberto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E sempre sem nota, o negócio, não é?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Era.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sempre escondido e alguma coisa. Era isso?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele entregava para a gente. Ninguém sabia como ele trazia. Ele entregava na loja. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É. O senhor conhece a loja que se chama Multiesporte?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Multiesportes? Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Loja de armas de Ricardo?



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer que, então, o Zé Luiz lhe mandava pólvora e, também, espoleta e cartucho nessa vez que ele mandava?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele mandou para mim cartucho, pólvora e estopim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Cartucho, pólvora e estopim.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - E estopim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Os cartuchos de que calibre eram?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Trinta e seis, 32, 24 e 16.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso durante umas 5, 6 vezes, mais ou menos?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, aquela sua teoria da queima de estoque ali já está meio complicada, não é? Ele ficou queimando o estoque um bom tempo, não é?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ah! Ele vendeu, ele ficava, dizia: só tenho isso agora. Ele ia dizendo o que tinha para a gente comprar: só tenho isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E como é que o senhor vendia os cartuchos sem nota?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Qualquer cartucho de metal. A gente vendia porque não precisa do registro. O cartucho de metal... A lei era a gente pegar só a identidade do cliente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Os cartuchos...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Metal. Não era cartucho 12...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E as espoletas? O que o senhor fazia com elas?



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - A espoleta soca-soca, também não precisava. Quando era a espoleta de cartucho — entendeu? — essa era controlada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E o que fazia a espoleta de cartucho aí?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Era a espoleta que carrega o cartucho. Cartucho 12, cartucho que precisa ser carregado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim. Como é que fazia para vender isso aí?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Mediante o registro da arma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim. Mas o senhor comprava sem nota e aí como é que fazia?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Mas aí era espoleta, quando se comprava com ele, era de soca-soca, não era de cartucho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele está falando de calibre 32 e 38.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Como a espoleta que comprei a Paulo Shiling era espoleta para espingarda soca-soca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, mas essa aqui era 32, 38, aí não é soca-soca.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não. Espoleta 38, essa aí...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Cartucho de 32, 38.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Cartucho de 32 e 28, metal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Botou aqui 38.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - É 28.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sr. Antônio, o senhor nos disse que quando o caminhão chegou para o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só um pouquinho.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Ah! Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Essas armas, elas não têm que ter registro, as armas?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Têm.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E qual é a diferença para vender essa munição?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Toda arma, quando a gente vende, ela tem um registro. E o registro dá direito ao cliente comprar mensalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso tudo eu entendi. Eu não entendi como é que o senhor vende sem nota para o cliente.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - A arma?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque o senhor comprou sem nota tem que vender sem nota.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - O cartucho. Esse daí se pode vender. Se comprou ele sem nota pode vender sem nota.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ah! Pode vender?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Agora, a arma jamais.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Se pode, não. Não tem outro jeito, não é? *(Risos.)* Tem que vender.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Agora, a arma é que não se pode.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor sabe que não pode vender sem nota cartucho nenhum. O senhor sabe disso, está nas regras do Exército e está na lei aqui. O senhor não pode vender sem nota isso.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Mas eu vendi esse é porque comprei um estoque dele. Ele acabou o negócio e me vendeu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É. Durante 5, 6 vezes o senhor foi terminando o estoque dele.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu comprei várias vezes a ele.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Estoque grande, não é?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Mas eu comprava pouco.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor, quando foi feita a documentação do carro, do caminhão 1320, junto ao DETRAN, fez isso através de uma emplacadora ou foi direto?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Foi Zé Luiz quem fez. Eu não fui lá em Feira de Santana, não saí de Recife, da minha loja. Entregou o caminhão pronto. Entregou-me, não, entregou ao chofer.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só que há uma acusação de que foi o senhor que, quer dizer, pediu até que fosse colocado no prontuário o endereço do Humberto.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Foi ele mesmo, o Zé Luiz, junto com o Humberto, que botou no endereço de Humberto. Não foi a mando meu.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E que esse esquema...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu desconheço.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... estaria sendo ajeitado por uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, só para saber outra coisa. O Paulo, então, sabia do fundo falso.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu não sei. Sei que ele comprava mercadoria a Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não. Porque aqui Humberto está dizendo que o senhor falou para ele que o Paulo sabia do fundo falso.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Quem mais sabia era Humberto, porque Humberto era quem trabalhava no caminhão, era o chofer do caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, eu sei. Mas o senhor falou que o Paulo sabia do fundo falso.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Sabia. Porque ele apanhava mercadoria lá com o Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ah! Agora, está... E o senhor fez eu dispensar o Paulo e ele dizendo que não sabia. E agora o senhor está me dizendo que o Paulo sabia do fundo falso.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Se ele não sabia... Mas que o rapaz apanhava mercadoria lá direito, todas as vezes que ia nesse próprio caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, o senhor mesmo disse: olha, o Paulo sabe, tanto é que vai lá e fala só com o Paulo e mais ninguém. O senhor disse: vai lá na roça e fala só com o Paulo.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Porque eu tinha comprado a Paulo. Eu tinha comprado a mercadoria a Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas o senhor disse porque ele já sabia do fundo falso. Foi isso que o senhor confirmou inclusive agora.



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Sim, que ele sabia devia saber, que o camarada apanhava mercadoria direto lá.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer que o senhor nunca teve nenhum relacionamento com a emplacadora Renan.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não conheço, nunca fui lá, não emplaquei, não tenho endereço lá, nem em Feira de Santana não tenho. Quem botou esse endereço foi ele. E disse que agora, no fim do ano, ia matricular o carro e transferir para Recife.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, é muito grave. No depoimento do Humberto, disse que essa emplacadora Renan tinha um esquema de ajeitamento de documentos para veículos. Nós temos que, ou seja, investigar ou ouvir o dono dessa emplacadora, que deve ser Renan também o nome. De acordo aqui, pela informação, é que o seu caminhão teria sido ajeitado para ficar regular através dessa emplacadora. O senhor nunca teve contato com essa emplacadora?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não sei quem é. Nunca fui lá. Lá foi tudo feito, eu em Recife e o dono do caminhão lá. Não fui eu.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Só uma pergunta, Sr. Presidente. Sr. Antônio, o senhor falou para nós que, quando o caminhão chegou até Pernambuco, quando o senhor conversou com o despachante, o despachante disse que dificilmente ele seria aprovado pelo INMETRO lá. O senhor mandou voltar o caminhão para Feira de Santana?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - É, eu liguei.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas o Humberto diz aqui que o senhor, sabendo que o INMETRO não iria aprovar a aferição do caminhão com fundo falso, que o senhor arrumou um outro baú, aprovou no INMETRO e, depois que estava aprovado, recolocou o fundo falso novamente no baú.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Quem fez qualquer coisa com o caminhão foi o ex-dono, que ele mandou mandar o caminhão de volta que ele resolvia na Bahia.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Não foi o senhor?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não fui eu.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Então, foi o Zé Luiz.



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Com certeza, o que houve com o caminhão foi o Zé Luiz, não fui eu. Tenha certeza disso, porque ele disse: manda o caminhão pelo chofer, que chegar aqui eu regularizo. Aí, foi tanto que ele chegou e me disse: olha o caminhão está pronto. Aí, Humberto foi que viajou para o Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Então, desse processo todo irregular que o senhor não praticou, quem praticou foi José Luiz?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - A irregularidade que houve com o caminhão foi Zé Luiz, não foi comigo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor conhece o Sr. Luiz Ferreira Vitório?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Luiz?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Luiz Ferreira Vitório.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não conheço não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Porque a informação é de que o baú que estava em cima do seu caminhão foi tirado de cima do caminhão de placa CYK-5975 e que pertencia ao Sr. Luiz Ferreira Vitório.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Se ele estava em cima do caminhão, era de Zé Luiz também, o outro caminhão.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Zé Luiz. Então, o Sr. Luiz Vitório poderia ser também...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - O dono desse outro caminhão.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Outro caminhão?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Exato.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Também era de Zé Luiz?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Tudo era de Zé Luiz.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Zé Luiz gostava muito de laranja. Não é? Colocava sempre na mão, no nome de outras pessoas, que o dele... esse Luiz Ferreira Vitório.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Esse eu nunca vi.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o senhor... Foi o senhor que contratou o Sr. Manoel Flávio como ajudante de Humberto?



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Foi. Manoel Flávio mora em Timbaúba. Quando eu contratei o chofer, quando eu chamei ele para fazer viagem, aí ele disse a mim: quero que você me arrume uma pessoa para ir comigo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E ele sabia que tinha esse fundo falso ou não?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - O Flávio, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Aí eu peguei, mandei o Flávio para Feira de Santana, para viajar com ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quanto é que o senhor pagava para seu Humberto?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Eu paguei... Eu acertei com ele por 500 reais.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E por mês?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, ele nunca trabalhou comigo. Era a primeira viagem que ele estava fazendo. Ele trabalhava com o José Luiz.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer, com Zé Luiz, ele tinha um...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele trabalhou muitos anos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Trabalhou muito. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Bom, eu acho que o importante aqui, Deputado Luiz Couto, é que nós vimos aqui várias irregularidades, irregularidades feitas durante algum tempo. Quer dizer, veja que é interessante. Se durante 5 ou 6 vezes o senhor recebeu carga do Zé Luiz sem a cobertura de nota fiscal, seria sem cobertura de nota fiscal e sem a guia do Exército também e, coincidentemente, o caminhão que o Zé Luiz já usava, o senhor usou e estava, mais uma vez, transportando carga sem a cobertura de nota fiscal e sem a cobertura do Exército. O senhor disse que vendia essas calibres 32 e 38 a quem quisesse, a quem viesse.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Vinte oito. Trinta e oito não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A quem viesse. Mas se vendia também essa 32, tanto faz vender 28, tanto faz vender 380, tanto faz qualquer outra, porque, de qualquer jeito, as armas tinham que ter o registro, tinham que ter o controle de qualquer jeito e tudo mais. Quer dizer, isso nos deixa



transparecer, em primeiro lugar, a frouxidão que há nessa fiscalização. Em segundo lugar, o que transparece? E o Paulo, quer dizer, depois nós vamos ouvir Zé Luiz e outros, mas parece, também, que não tem essa inocência toda que a gente, no início, parecia. Quer dizer, pessoas que vendem sem nota e que repassam mercadoria sem nota são pessoas... e pode dizer: não, mas pólvora e isso, pólvora é recarga. A recarga de todos os cartuchos de 12, de tudo, de arma de grosso calibre é pólvora. Há as pólvoras específicas que tu podes fazer. E, na verdade, isso é o que acontece. E o que nós vemos é que há uma facilitação enorme nesse negócio e o senhor diz aí, com a maior tranquilidade, que burlou tudo isso. E burlou foi agora, não foi? O ano passado. E, que, inclusive, esse caminhão passou por um monte de coisas irregulares e tudo continua como está, quer dizer, as suas lojas continuam abertas, o senhor está solto. É um crime que não permitiria liberdade provisória, no entanto, está aí todo mundo solto e fazendo o que bem entende. Eu espero... agora nós vamos convocar o Sr. José Luiz para vir prestar depoimento e saber que facilidade ele tinha nessa história toda aqui. A CPI vai entrar a fundo nessa história. Não quero dizer que o senhor seja o único lá que faça isso não. A impressão que me dá é que muitos outros ainda fazem isso também. E é por isso que a facilidade que todos esses bandos e essas quadrilhas têm de conseguir armamento, munição e tudo mais. Tanto faz, é a mesma coisa que um traficante dizer: olha, eu vendo maconha sim, mas, cocaína, não. Quer dizer, é a mesma coisa. É a mesma coisa que uma farmácia dizer: eu vendo o Ropinol, mas o Valium eu não vendo desse jeito. Eu vendo Ropinol desse jeito, agora, o Valium eu não vendo. Não adianta, é tudo a mesma coisa. Quer dizer, no momento em que tu burlastes a lei em um pedaço dela, tu estás burlando em toda ela. E, se tu burlastes a lei naquele pedaço, é sinal que tem facilidade para burlar em tudo, porque, pelo jeito... veja, o senhor comprou 5, 6 vezes pólvora, espoleta, cartucho e tudo mais por baixo do pano e ninguém chegou a fiscalizar coisa nenhuma. Quer dizer, aí aconteceu alguma coisa quando caiu lá. De repente, parece até que é o Zé Luiz que denunciou todo o esquema seu aí, viu? Porque ele saiu do negócio e lhe deixou pendurado no pincel lá. Então, eu não sei, nós vamos saber agora como é que é essa história do Zé Luiz aí, como é que descobriram tudo isso e tudo mais. Então, nós vamos saber. O senhor tem alguma coisa a mais a falar do Zé Luiz ou coisa parecida?



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, eu queria fazer mais uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Lá em Timbaúba, o senhor vendeu arma e munição para um senhor chamado Abdoral Gonçalves Queiroz?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Nunca. Nunca vendi, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não conhece essa figura?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Abdoral?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Abdoral, conheço ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Conhece? Nunca vendeu arma?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Nunca me comprou nem arma, nem munição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quem é esse, só para nós sabermos também?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Abdoral é o chefe de um grupo de extermínio que está preso em Pernambuco e que foi condenado, mas nunca... nunca...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Nunca.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É claro que ele não ia comprar, porque ele usava armas que não eram...

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Mas ele nunca me comprou nem arma nem munição. Conheço ele desde menino, o pai dele. Mas ele nunca me comprou arma nem munição de qualidade alguma.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o Prefeito de Timbaúba, o senhor vendeu arma alguma vez para ele?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não. Agilson... o atual?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - O anterior?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O anterior.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Os 2 mandatos...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Com o Dr. Fred, o senhor vendeu alguma vez?



O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Dr. Fred?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Lá de Itambé?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está bom. O senhor tem um tempo aí para fazer as suas considerações finais.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Tudo que me foi perguntado foi respondido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Assim, sem nota, o Zé Luiz vendia só para o senhor ou vendia para outros também?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Aí eu desconheço. As atividades dele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas era bom saber, porque, se foi só com o senhor, aí conota uma parceria, conota uma associação para a prática do delito.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - As atividades de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Se foi para todo mundo e o senhor foi mais um, aí é outra conversa.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - As atividades comerciais dele, aí eu não entro, porque eu não ia lá e não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, mas ele não conversava com o senhor?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Não, ele não conversava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele não conversava, só vendia as armas?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele nunca vendeu armas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, a munição.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Ele vendia por telefone.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Por telefone?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Por telefone.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele telefonava lá para Timbaú?

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Exatamente. Falava comigo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, nós vamos ver lá nas contas de telefone, vai ter o telefone dele para o senhor lá direto.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA DE FARIAS - Tem, deve ter.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está bom. Então, o senhor está dispensado até segunda ordem. Vamos ver o que é que o Humberto e o Zé Luiz vão falar a partir daí. Obrigado.

Antes de encerrar a sessão, eu gostaria de fazer... A cópia da Ata foi distribuída.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Posso pedir dispensa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não. Dispensada a leitura, coloco a Ata em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco a Ata em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Quero, também, deliberar sobre o requerimento do Deputado Luiz Couto que requer sejam realizadas diligências no Estado da Paraíba para ouvir diversas testemunhas que prestarão informações sobre tráfico de armas, em caráter reservado, em data a ser designada.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, são pessoas que têm informações, que gostariam de que uma Comissão ou... fosse designada uma Comissão para ouvi-los em caráter reservado. Após essa oitiva, nós podemos verificar se tem consistência as informações que eles possuem. Eles também têm receio de que fazendo em caráter aberto eles possam sofrer represálias. Então, nesse sentido, seria depois marcar, o senhor faria a designação de Parlamentares, com a presença de policial federal, que pudesse também ajudar nessas investigações, e a partir daí eles têm informações sobre pessoas, sobre rotas e sobre quem faz tráfico de armas no Estado da Paraíba .

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Quero, desde pronto, designar V.Exa., se quiser, também, ser acompanhado de mais 2 Deputados, V.Exa. pode...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É importante. O Deputado Colbert Martins já tinha dito que também estaria....



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pronto, então V.Exa. já tem a designação oficial desta CPI para poder fazer o contato com os Deputados e com a Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Passo a Presidência para o Deputado Luiz Couto, porque o próximo requerimento é de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Requerimento do Deputado Moroni Torgan, nº 5505, que solicita sejam convidados os Srs. Humberto Trezzi, Fábio Schaffaner, Mauro Maciel e Alessandra Barros, jornalistas do *Zero Hora* para prestarem depoimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Com a palavra o autor.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Eu gostaria de explicar, inclusive à Comissão e à Casa, dizendo que esses jornalistas fizeram toda uma matéria sobre tráfico de armas na fronteira. E são jornalistas que podem trazer informações úteis à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)* Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado, Deputado Luiz Couto.

O próximo requerimento é da Deputada Laura Carneiro, que requer seja oficiada a Procuradoria-Geral de Justiça do Paraná para informar a existência de qualquer procedimento contra o Sr. Luís Fernando Dellazari. Esse é um requerimento natural, depois dos depoimentos que ouvimos aqui e que tinha procedimentos contra o Sr. Luís Fernando. Então, antes de formar qualquer juízo, precisamos receber essa documentação para que a CPI possa, então, ter as informações necessárias para formar juízo.

Em discussão. *(Pausa.)* Não havendo quem queria discutir, em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado.

Quer dizer que dou entrada, hoje, num requerimento para oitiva do Sr. José Luiz Chaves Peixoto. Como deu entrada hoje, então, na próxima sessão nós votaremos esse requerimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu também, Sr. Presidente, estarei dando entrada a um requerimento para que um policial federal do Paraná, de nome



Francischini, que prestou também depoimento na CPI da Terra... Ele tem informações que pode nos ajudar sobre a situação que tivemos ontem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - V.Exa. dá entrada hoje, que a partir da próxima sessão já poderemos votar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nada mais havendo a tratar, encerro a sessão de hoje, convocando sessão para terça-feira, às 14h.

Está encerrada a presente sessão.